

PALESTINA, LÍBANO, IRÃ...

UMA ESCALADA DESEJADA POR ISRAEL

POR AKRAM BELKAÏD E OUTROS

21

O AVANÇO UCRANIANO NA RÚSSIA

POR QUE MOSCOU NÃO NEGOCIA?

POR ARNAUD DUBIEN

30

CASO TELEGRAM

A SUBMISSÃO DA FRANÇA

POR MATT TAIBBI

34

LE MONDE

diplomatie

BRASIL

PARA ONDE VÃO AS AMÉRICAS?



DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL AOS CONFLITOS NO ORIENTE MÉDIO

As manipulações da história

POR BENOÎT BRÉVILLE*

A capitulação da Alemanha mal havia sido assinada quando o Instituto Francês de Opinião Pública (Ifop) já interrogava os franceses: “Qual é, segundo você, a nação que mais contribuiu para a derrota da Alemanha?”. Na época, em maio de 1945, todos tinham em mente os milhões de soldados soviéticos que caíram no *front* oriental, seu papel decisivo no enfraquecimento do Exército nazista e o tardio engajamento dos norte-americanos no conflito. Assim, 57% das pessoas entrevistadas responderam “a União Soviética”, contra apenas 20% para “os Estados Unidos”. No entanto, em 2024, quando o Ifop fez a mesma pergunta, as respostas se inverteram: 60% dos entrevistados apontam os norte-americanos, e 25%, os soviéticos.

A memória coletiva é uma construção que varia conforme as épocas, as relações de poder e os interesses do momento. Com o passar do tempo, Hollywood erigiu os Estados Unidos como salvadores do mundo, com seus filmes celebrando o heroísmo de seus soldados, do *O mais longo dos dias* (1962) ao *O resgate do soldado Ryan* (1998), de *Patton: rebelde ou herói?* (1970) a *Agonia e glória* (1980), entre muitos outros. A União Soviética desapareceu; o Partido Comunista Francês (PCF), que contribuía para manter viva a lembrança do sacrifício soviético, entrou em colapso. E, há quarenta anos, o Estado francês celebra com grande pompa o desembarque na Normandia, transformando-o no ponto de virada da Segunda Guerra Mundial.

Contudo, esse evento foi por muito tempo considerado relativamente menor. Em 6 de junho de 1949, por exemplo, seu quinto aniversário se resumiu a uma cerimônia modesta: uma banda local de corneteiros, duas jovens colocando coroas de flores na praia, alguns bombardeiros sobrevoando o local, lançando buquês e soltando fogos. Mesmo que as festividades depois tenham ganhado mais magnitude, nenhum presidente norte-americano pensava em fazer a viagem para acompanhá-la. Em 1964, o próprio general De Gaulle se recusou a ir à Normandia: “Querem que eu comemore o desembarque deles, quando ele foi o prelúdio de uma segunda ocupação do país? Não, não contem comigo!”.¹ Tudo mudou em 1984, em um contexto de agravamento das tensões entre norte-americanos e soviéticos. Desde então, alinhadas com as transmissões matinais de TV nos Estados Unidos, as comemorações de 6 de junho adquiriram um caráter espetacular e uma dimensão geopolítica que jamais

perderam. François Mitterrand convidou então Ronald Reagan, Elizabeth II, o primeiro-ministro canadense Pierre Elliott Trudeau, o rei Balduino I da Bélgica... O “mundo livre” exibe sua unidade e se coloca como defensor da democracia. “As tropas soviéticas que vieram ao centro deste continente não partiram quando a paz retornou”, acusou Reagan em um discurso com tom ofensivo. “Elas ainda estão lá, sem ser convidadas, sem ser desejadas, sem descanso, quase quarenta anos depois da guerra.”

Desde então, cada celebração tornou-se uma oportunidade para enviar uma mensagem por meio da lista de convidados, da ordem e do teor dos discursos, do desenrolar das paradas militares... No último 6 de junho, para o aniversário de oitenta anos, nada menos que 25 chefes de Estado ou de governo e monarcas pisaram nas praias da Normandia. O campo da Otan estava completo. Pela primeira vez desde o fim da Guerra Fria, nenhum representante russo foi convidado, nem mesmo um conselheiro da embaixada. “A Rússia não foi convidada porque as condições não estão reunidas por causa da guerra de agressão que ela está conduzindo contra a Ucrânia”, justificou o Palácio do Eliseu. O presidente ucraniano, por sua vez, estava presente e foi longamente ovacionado pelos 4 mil espectadores selecionados. Enquanto Joe Biden exaltava o sacrifício dos soldados norte-americanos – “a liberdade vale a pena, a democracia vale a pena, a América vale a pena, o mundo vale a pena” –, Volodymyr Zelensky lançava uma de suas comparações históricas,² explicando “quanto o desembarque ressoa com a justa luta que a nação ucraniana trava hoje”. Assim, a Rússia, que esmagou a máquina hitlerista em Stalingrado, é sutilmente colocada ao lado do regime nazista.

Só um ingênuo poderia se surpreender com o fato de as comemorações oferecerem um espelho distorcido do passado. Elas servem, antes de tudo, para encenar uma narrativa que corresponde aos interesses de quem as organiza. Entretanto, a reescrita da história da Segunda Guerra Mundial é bem mais ampla. Ela também afeta a mídia, as apostilas escolares, os museus e, em certos países, as políticas públicas.

Há muito tempo a Rússia se habituou a ver seu papel minimizado em favor da contribuição norte-americana. Agora, é cada vez mais considerada responsável pelo desastre, em pé de igualdade com a Alemanha. Esse discurso surgiu primeiro na Europa Central e Oriental, e nos Estados bálticos, com o ressurgimento dos movimentos na-

cionalistas no fim dos anos 2000. Nesses países ocupados pelos nazistas, de quem foram libertados pelos soviéticos e que permaneceram, após a guerra, na órbita de Moscou, consolidou-se a ideia de uma “dupla ocupação”, primeiro pela Alemanha e depois pela União Soviética: os “dois totalitarismos”. Para ancorar essa narrativa, foi preciso apagar muitas marcas do passado, principalmente as que celebravam a vitória do Exército Vermelho ou a colaboração com o ocupante alemão.

Já em 2007, a Estônia decidiu destruir uma estátua erguida no centro de Tallinn em 1947 em homenagem aos soldados soviéticos mortos em combate: ela havia se tornado símbolo da “ocupação soviética”. A minoria russa protestou, a controvérsia degenerou em tumultos, e o governo decidiu apenas mudá-la de local. Esse tipo de operação tornou-se comum. Nos últimos quinze anos, centenas delas foram realizadas na Bulgária, Hungria, Letônia, Polônia, Romênia e Ucrânia. Em 2017, o governo polonês deu às autoridades locais doze meses para remover todos os monumentos públicos “que homenageassem pessoas, organizações, eventos ou datas que simbolizassem o comunismo ou outros regimes totalitários”. No ano seguinte, aprovou uma lei para punir a “imputação falsa de crimes contra a humanidade à nação ou ao Estado polonês”. Falar sobre colaboração com o nazismo era proibido: o “Instituto da Memória Nacional” supervisionava isso. Na Ucrânia, em 2018, um livro do historiador Antony Beevor sobre a Batalha de Stalingrado foi proibido. Seu erro? Alguns parágrafos mencionavam nacionalistas ucranianos que, recrutados pelo Exército nazista, executaram noventa crianças judias em 1941.

A ideia de uma corresponsabilidade entre Moscou e Berlim foi gradualmente ganhando terreno no Ocidente do Velho Continente, onde antes era restrita a círculos neoconservadores. Ela até se tornou uma doutrina oficial do Parlamento Europeu quando, em 19 de setembro de 2019, por iniciativa dos países do leste, os deputados votaram uma resolução sobre “a importância da preservação da memória histórica para o futuro da Europa”. Esse texto afirma que a guerra foi “a consequência imediata do tristemente célebre pacto de não agressão germano-soviético”. Ele recomenda declarar 25 de maio (data da execução de Witold Pilecki, um herói de Auschwitz) como o “Dia Mundial dos Heróis da Luta contra o Totalitarismo”, associando implicitamente a União Soviética ao genocídio dos judeus.

© Giorgia Massetani



IMAGINEM QUE O MÉXICO ASSINE UM ACORDO MILITAR COM A CHINA...

É problemático quando políticos escrevem e congelam a história. Em 1990, historiadores renomados, como Made-



leine Rebérioux e Pierre Vidal-Naquet, já se opunham à Lei Gayssot – adotada em meio à comoção dois meses após a profanação de um cemitério judeu em Carpentras –, que proibia a negação do

Holocausto. “Explicar o crime, dar-lhe sua dimensão histórica, comparar o genocídio nazista a outros crimes contra a humanidade. É assim – e não por meio da repressão – que formamos mentes

livres”, dizia a primeira.³ Pelo menos, o tema era consensual entre os pesquisadores. Assim como as leis memoriais subsequentes sobre o genocídio armênio de 1915 e sobre a escravidão: nenhum historiador sério negava o caráter genocida do primeiro, nem que o segundo se enquadrava como crime contra a humanidade. Agora, os legisladores intervêm em temas ainda debatidos por historiadores, sobre os quais nada sabem, com um objetivo unicamente político. Foi assim que, a pedido de Kiev, em 28 de março de 2023, poucas semanas após seus homólogos europeus, os deputados franceses reconheceram, por esmagadora maioria, o caráter genocida da “grande fome” ucraniana de 1933 – um qualificativo que é objeto de acalorados debates entre especialistas. Entretanto, como declarou um parlamentar favorável ao texto,⁴ “mesmo que eu entenda que possa haver debate sobre o caráter genocida do Holodomor, em algum momento é preciso fazer política!”.

Com a resolução de 2019, os parlamentares europeus não se limitaram a tomar partido em uma controvérsia. Eles revisam a história, eliminando todos os elementos que possam atrapalhar seu novo relato. Ora, é necessária uma evidente má-fé para responsabilizar Moscou pela Segunda Guerra Mundial ao mesmo tempo que se ocultam as responsabilidades francesas ou britânicas. Quando a União Soviética assinou seu pacto com a Alemanha, em 23 de agosto de 1939, o Reino Unido e a Polônia já haviam se empenhado em torpedear qualquer possibilidade de um acordo de segurança coletiva que incluísse os soviéticos. As elites britânicas apoiavam então uma política de “apaziguamento”, para não dizer de conivência, com os nazistas, que consideravam muito mais respeitáveis do que os comunistas. Essa complacência da classe política, dos financistas da City, da aristocracia e da imprensa é um elemento determinante para compreender o caminho rumo à guerra. No entanto, ela é ignorada nos discursos públicos e ausente dos livros didáticos e dos programas de televisão.

Diante dessa ofensiva ideológica, Vladimir Putin tem o jogo fácil ao denunciar o “revisionismo” anti-Rússia. “O revisionismo histórico, cujas manifestações se observam no Ocidente, sobretudo no que se refere à Segunda Guerra Mundial e suas consequências, é perigoso porque distorce grosseiramente a compreensão dos princípios de desenvolvimento pacífico definidos nas conferências de Yalta e de São Francisco em 1945”, acusou em junho de 2020, em um longo artigo sobre “As verdadeiras lições do 75º aniversário da Segunda Guerra Mundial”, publicado pela revista conservadora norte-americana *The National Interest*. Para desmontar as manipulações ocidentais, o presidente transformou-se em professor de história. Em discursos longos, ele

aponta a responsabilidade ocidental no desencadeamento do conflito, fustiga a “traição de Munique”, denuncia a conivência da Polônia com a Alemanha nazista e celebra o heroísmo dos soldados soviéticos. E, como seus adversários, também distorce o passado para servir a seus interesses, proibindo a menção aos laços entre a União Soviética e a Alemanha, reescrevendo os programas e os livros escolares, especialmente para justificar a “desnazificação” da Ucrânia e negar sua legitimidade histórica.

De fato, essa é uma das obsessões do presidente russo. Com documentos históricos em mãos, Putin há anos se empenha em contestar qualquer passado próprio de sua vizinha. Em maio de 2023, ele apareceu nas telas examinando um mapa do século XVII, antes de concluir: “O governo soviético criou a Ucrânia soviética. Isso é de conhecimento geral. Até então, nunca houve Ucrânia na história da humanidade”. Dois anos antes, em julho de 2021, o presidente havia publicado um texto de quinze páginas para demonstrar a “unidade histórica entre a Rússia e a Ucrânia”, remontando ao reino de Rus, fundado em Kiev no século IX. “Na planície de Kulikovo, o grande príncipe Dimitri de Moscou lutou ao lado do voivoda Bobrok da Volínia e dos filhos do grão-duque da Lituânia Olgierd, André de Polotsk e Dimitri de Briansk. Ao mesmo tempo, o grão-duque da Lituânia Jagellon, filho de uma princesa de Tver, conduzia suas tropas em auxílio ao Mamai. Essas são páginas de nossa história comum”, escreveu, por exemplo. Ao que Zelensky respondeu, em um longo discurso em 23 de agosto de 2021: “Nosso hryvnia [a moeda ucraniana] tem mais de mil anos. Ela existia na época de Volodymyr, o Grande. Nosso tridente [no brasão do país] foi aprovado pela Constituição ucraniana há 25 anos. Esse mesmo tridente já estava representado nos tijolos da Igreja do Dízimo há 1025 anos”.

Essas elucubrações cruzadas causariam sorrisos se a guerra das memórias não tivesse degenerado em um conflito sangrento e se outros países não estivessem usando o passado de forma igualmente fantasiosa e mortal. À semelhança de Israel, cujos dirigentes não hesitam em se referir ao reino de Judá, estabelecido por israelitas na Idade do Ferro, ou em brandir descobertas arqueológicas supostamente demonstrando uma continuidade da presença judaica na região. Moedas, túmulos, monumentos com milhares de anos e que hoje servem para justificar uma colonização e uma opressão também muito reais.

Manipulada para alimentar esses conflitos, a história deveria servir para compreendê-los, para captar suas raízes, seus desdobramentos. Todavia, a instantaneidade convém mais ao relato que os comentaristas desejam entregar ao público. Para eles, o assunto é claro: a guerra na Ucrânia começou

em 24 de fevereiro de 2022, e a de Gaza, em 7 de outubro de 2023; em um caso, a Rússia atacou a Ucrânia e, no outro, o Hamas atacou Israel. As vítimas, portanto, têm o direito de se defender; e o Ocidente, o direito de ajudá-las. Como queríamos demonstrar.

Isso não é falso. Entretanto, um passo para trás revela um cenário muito diferente. A guerra na Ucrânia não pode ser compreendida sem lembrar que, no momento da queda da União Soviética, enquanto a Rússia estava de joelhos e não representava mais uma ameaça, os Estados Unidos escolheram manter a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e então integrar um número crescente de países que haviam sido membros do Pacto de Varsóvia, assim como antigas repúblicas soviéticas, com o objetivo de incluir a Geórgia e a Ucrânia. Uma aliança antirussa, um considerável desdobramento militar e estratégico às portas da Rússia. Imaginemos, ironizou Noam Chomsky,⁵ que o México assinasse uma aliança militar com a China, permitindo-lhe estacionar tropas e armas bem na fronteira norte-americana, apesar dos avisos de Washington... E, se os Estados Unidos reagissem invadindo o território mexicano, quem poderia imaginar que a União Europeia, zelosa em fazer cumprir o direito internacional, enviaria dezenas de bilhões de dólares ao país agredido?

UM MÉTODO PARA ROMPER A CROSTA DAS IDEIAS PRECONCEBIDAS

O massacre perpetrado pelo Hamas também faz parte de uma história. A das seis operações punitivas israelenses organizadas contra Gaza em dezoito anos; a de um bloqueio terrestre e marítimo entre os mais severos do planeta; a de uma ocupação ilegal dos territórios palestinos, repetidamente denunciada pelas Nações Unidas desde 1967. Em vez dessa contextualização, os meios de comunicação favorecem uma cronologia imediata que lhes permite omitir as humilhações cotidianas infligidas aos palestinos, os controles permanentes, a ocupação militar, o muro de separação, a demolição de suas casas, a colonização de suas terras. O ataque de 7 de outubro de 2023, assim, se torna desprovido de qualquer razão, exceto étnica ou religiosa. Uma matança de judeus, um “pogrom”, e até “o maior pogrom desde o Holocausto”, como disseram jornalistas e líderes políticos, situando dessa forma o evento na longa história da perseguição aos judeus – o que permitirá tachar de antisemita qualquer pessoa que tente explicar o ataque do Hamas (ler artigo na pág. 26).⁶

Assim, a história é manipulada de todas as formas. Ela justifica guerras, desqualifica adversários, fortalece identidades coletivas. Qualquer um pode ocultá-la, reescrevê-la, distorcê-la, pegar uma analogia ou referência, desde que reforce sua tese. Nesta batalha para

moldar o debate público em torno de um relato ajustado a seus interesses, aqueles que detêm os grandes meios de comunicação possuem uma arma poderosa. Como seu principal poder reside em definir os contornos do debate, os meios de comunicação se esforçam para manter “fora do quadro” as páginas que possam manchar a imagem das democracias liberais. Quem no Ocidente se lembra da relutância dos Estados Unidos em entrar na guerra contra o nazismo? Da responsabilidade de Winston Churchill na fome de 1943 em Bengala (3 milhões de mortos)? Do massacre de centenas de milhares de comunistas na Indonésia, com o aval de Paris e Washington? Do firme apoio dos círculos liberais à ditadura de Augusto Pinochet?

Diante do esmagador poder dos meios de comunicação e da indústria editorial, a clepsidra de Clio, musa da história, e as suaves palavras de Mnémosine, deusa da memória, não são suficientes. Enfrentar o pensamento dominante sempre requer um trabalho duplo. Isso porque, antes mesmo de expor uma visão pouco conhecida do passado, é preciso extirpar as ideias preconcebidas que obstruem nossa clareza. Os contestadores, assim, nadam contra a corrente, lutando contra “noções implícitas, jamais examinadas mas comumente aceitas, que são autovalidadas, em razão de sua conformidade com o que já é aceito como verdade. Essa familiaridade estabelecida, essa unanimidade de preconceitos, é frequentemente tomada como ‘objetividade’”, observava o historiador norte-americano Michael Parenti. “É por isso que os dissidentes devem constantemente se defender e estruturar minuciosamente todas as suas demonstrações.”⁷ Fornecer um método e ferramentas que permitam a cada um romper com as ideias preconcebidas e se orientar no emaranhado de narrativas, essa é a ambição do *Manuel d'autodéfense intellectuelle* [Manual de autodefesa intelectual], publicado em setembro pelo *Le Monde Diplomatique*. Clio, ela mesma, teria encomendado várias dezenas de exemplares para abastecer os quiosques do Olimpo.

*Benoît Bréville é diretor do *Le Monde Diplomatique*.

- 1 Citado nas memórias de Alain Peyrefitte, *C'était de Gaulle* [Foi De Gaulle], v.II, Fayard, Paris, 1997.
- 2 Ler “L'histoire comme arme de guerre” [A história como arma de guerra], *Le Monde Diplomatique*, abr. 2024.
- 3 Madeleine Rebérioux, “Le génocide, le juge et l'historien” [O genocídio, o juiz e o historiador], *L'Histoire*, Paris, nov. 1990.
- 4 Aurélien Taché, então deputado do Europe Écologie – Les Verts, depois de ter sido membro do En Marche!. Atualmente eleito pelo La France Insoumise. Citado pelo Mediapart, 31 mar. 2023.
- 5 Entrevista entre Noam Chomsky e Jeremy Scahill, *The Intercept*, 14 abr. 2022.
- 6 Cf. Enzo Traverso, *Gaza devant l'histoire* [Gaza diante da história], Lux, Montreal, 2024.
- 7 Michael Parenti, *History as Mystery* [A história como mistério], City Lights Books, São Francisco, 1999.

EDITORIAL

Democracia para quem?

POR SILVIO CACCIA BAVA

Depois destas eleições, em que a exposição dos candidatos e suas propostas se mostraram divisores de águas entre a democracia e o autoritarismo, precisamos avaliar o próprio sistema político que nos leva ao conservadorismo.

Temos um sistema político criado para garantir, pela via do voto, o controle das classes dominantes sobre o resto da população. Esse controle visa preservar privilégios, reafirmar discriminações, garantir os recursos públicos para alavancar seus negócios, impor o terror sobre os mais pobres e, ao drenar a riqueza social na forma de lucro e especulação financeira, aprofundar a desigualdade e aumentar a exclusão social.¹

Estudo do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) identificou, em agosto de 2022, que nada menos que 49,6% dos deputados e senadores votaram contra propostas de interesse da sociedade e dos trabalhadores.²

A bancada ruralista é a expressão maior de defesa desses interesses conservadores. Ela conta com 290 deputados federais (56% da Câmara dos Deputados) e cinquenta senadores (62% do Senado).³ Com esse poder, tem paralisado toda iniciativa de controle e fiscalização das queimadas, do desmatamento, da grilagem de terras e da invasão de reservas indígenas. Também impõe que o Estado desembolse quantias astronômicas para financiar suas atividades e exportações, exige isenção de impostos sobre suas atividades, faz uso extensivo de agrotóxicos banidos em outras partes do planeta, cria obstáculos para que se investigue o trabalho escravo, tenta estabelecer o marco temporal para definição das terras indígenas, entre outras iniciativas. E este ano criou um braço armado – o Invasão Zero –, que tem expulsado populações indígenas de seus territórios, com a conivência dos poderes públicos.

Dito dessa forma, nua e crua, precisamos reconhecer a fragilidade de nossa democracia e o elitismo de nosso sistema político. Nem mesmo os clássicos liberais se reconhecem nesse novo modelo que ataca os direitos individuais.⁴ O mantra neoliberal da necessidade de

contenção dos gastos públicos demanda cortes nos orçamentos de educação, saúde, assistência social, pesquisa científica, entre outras áreas estratégicas para atender às necessidades do povo e alavancar um novo desenvolvimento. Esse mantra visa concentrar recursos públicos para o pagamento do serviço da dívida pública em mãos de agentes privados do setor financeiro. Ano passado foram pagos R\$ 816,2 bilhões como juros para os detentores dessa dívida.⁵ “Os gastos sociais não cabem no orçamento da União”, dizem os neoliberais, mas os recursos para o pagamento dos juros estão assegurados.

Não se trata apenas do resultado das eleições, controladas pelo dinheiro e pela mídia corporativa, mas também do próprio arcabouço institucional, que garante a continuidade das oligarquias locais no poder e de um Congresso extremamente conservador.

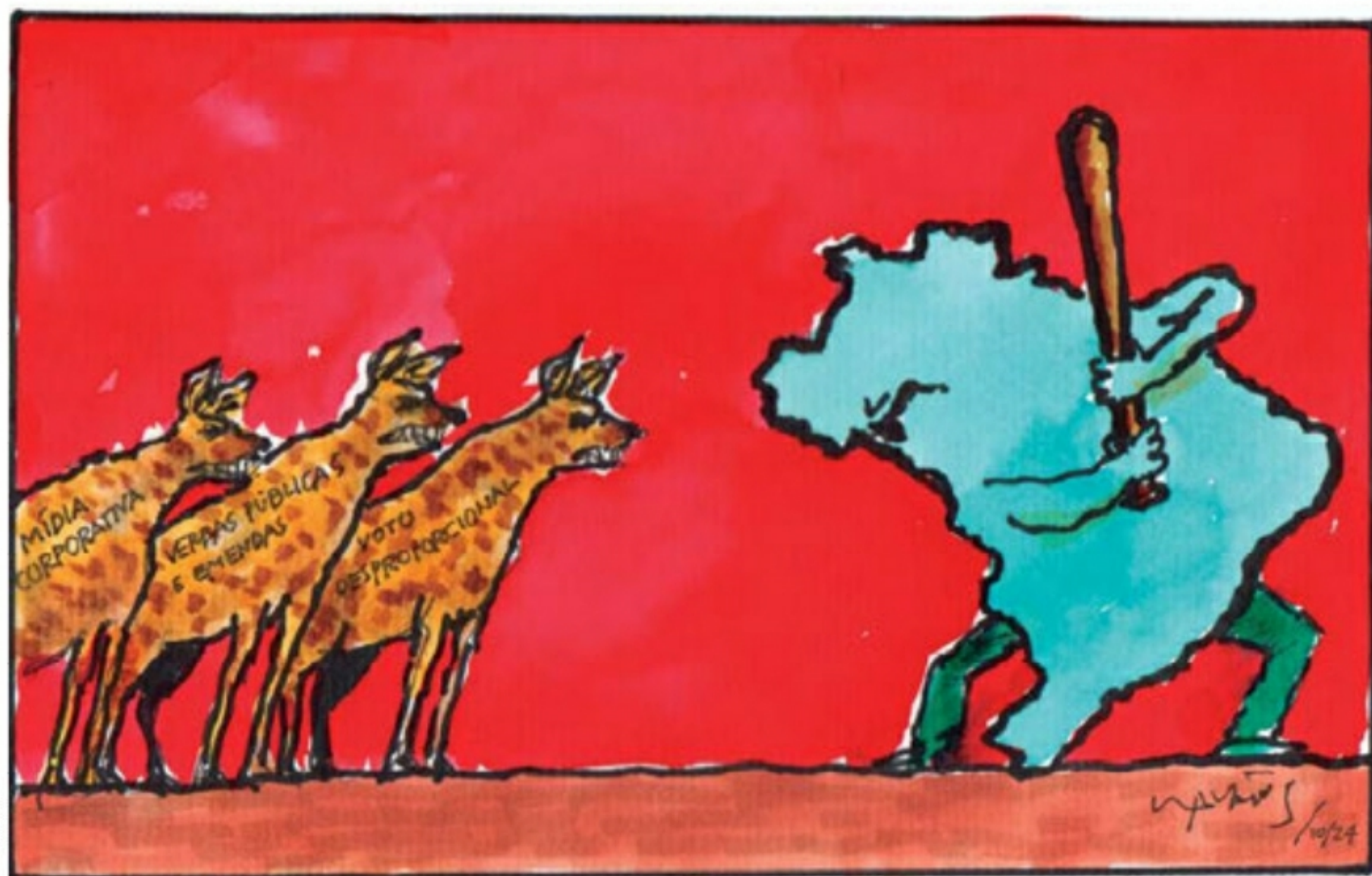
Vejam alguns aspectos.

I. O VOTO DESPROPORCIONAL

Ao favorecer os estados com menor população, o Congresso acolhe uma representação das regiões em que o controle político é dos grandes fazendeiros e das empresas do agronegócio. Isso se dá impondo um limite mínimo e máximo para deputados e senadores de cada estado. O mínimo são oito deputados federais e três senadores por estado.

As eleições nos mostram que são os grandes centros urbanos que hoje definem os cargos majoritários, seja no governo federal, seja no estadual. São essas cidades que permitem a eleição de setores progressistas e ameaçam o poder instituído. Esse piso mínimo de parlamentares por estado traz para o Congresso uma maior representação das oligarquias regionais, que de outra forma não estariam presentes.

O favorecimento é gritante. Chico Rodrigues (PSB), senador eleito por Roraima, conquistou sua cadeira no Senado, em 2018, com 111.348 votos. Em uma investigação policial, ele foi flagrado com R\$ 30 mil escondidos na cueca. Mecias de Jesus (Republicanos), bolsonarista, eleger-se senador pelo mesmo estado com 85.283 votos.⁶ Para se eleger por São Paulo, Marcos Pontes teve 10.040.453 votos.



Essa distorção em favor dos estados menos populosos expressa o favorecimento de oligarquias regionais, que ganham um peso desproporcional na composição do Congresso Nacional.

É preciso rever esses critérios para assegurar igual direito de voto para todos, tornar o Congresso mais republicano e acabar com os feudos políticos.

II. VERBAS PÚBLICAS PARA FINANCIAR ELEIÇÕES

Em 2018, o Congresso votou o fim do financiamento de campanhas eleitorais por empresas, mas o Centrão exigiu uma compensação com fundos públicos. Assim, foi criado o fundo eleitoral, distribuído entre os partidos segundo o tamanho de suas bancadas na Câmara dos Deputados. Este ano, para financiar as eleições, foram destinados R\$ 4,9 bilhões. A esse valor extraordinário, sem paralelo no mundo inteiro, somam-se as emendas parlamentares, que em 2024 totalizam R\$ 49,2 bilhões: R\$ 25 bilhões são emendas individuais; R\$ 8,5 bilhões, de bancadas estaduais; e R\$ 15,5 bilhões, de comissões permanentes da Câmara e do Senado.⁷ E não estamos falando da ocupação de rádios e TVs com o espaço eleitoral obrigatório, que é pago também pelo poder público às empresas de comunicação.

Todo esse dinheiro, nas mãos dos parlamentares e dirigentes dos partidos políticos, serve para reduzir a capacidade de gasto do Executivo (defesa do Estado mínimo) e garantir a continuidade das relações de poder. É o continuísmo.

É preciso corrigir essa distorção, eliminando essas verbas para campanhas eleitorais. Além disso, deputado e vereador não são profissões. É necessário impor um limite aos mandatos de continuidade. Apenas uma reeleição, por exemplo.

III. A MÍDIA CORPORATIVA

A televisão e os jornais ainda ocupam lugar de destaque para influenciar a opinião pública. Mesmo com o crescimento da importância das redes sociais, essa mídia corporativa continua determinando a agenda dos debates e o que é importante ser considerado. Como não existe mídia imparcial, seu papel é fazer o debate público seguir suas premissas neoliberais: Estado mínimo e privatizações, redução dos custos de reprodução da força de trabalho, isenções e subsídios para setores econômicos, financiamento público de empresas e anistia para devedores, abertura do mercado brasileiro e subordinação às empresas e setores financeiros multinacionais, combate permanente das visões desenvolvimentistas e dos setores progressistas, violência como forma de controle social e imposição da necropolítica, entre outros aspectos.

É preciso uma mídia independente. E temos na BBC um exemplo de sucesso: um sistema de comunicação financiado por uma doação (*endowment*) que torna a emissora independente do Estado e das empresas.

A DEFESA DA DEMOCRACIA⁸

A Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político é uma articulação de movimentos, entidades, fóruns e redes que, desde 2004, atua para mudar a maneira como o sistema político brasileiro está organizado institucionalmente. Quatro de seus eixos são:

1. Fortalecimento da democracia direta

A política não é monopólio exclusivo dos detentores de mandatos nem dos partidos, mas do conjunto da sociedade, sendo fundamentais a ampliação dos es-

paços de participação e de decisões políticas e o estabelecimento de políticas públicas de educação para a cidadania.

2. Fortalecimento da democracia participativa

É necessário superar a atual fragmentação e paralelismo da arquitetura da participação. Os inúmeros espaços de participação, em especial os conselhos de políticas e as conferências, não dialogam entre si e muito menos tensionam o atual sistema político representativo.

É preciso ampliar os espaços públicos, institucionais ou não, de debate, bem como nossa capacidade de mobilização e de pressão política, além de desenvolver e fortalecer os espaços de participação para o controle das políticas e de recursos públicos, garantindo-lhes mecanismos para o efetivo compartilhamento do poder de decisão.

3. Aprimoramento da democracia representativa: sistema eleitoral e partidos políticos

Apesar de defendermos que reforma política diz respeito não somente aos processos eleitorais ou aos partidos, mas também a todos os processos decisórios, portanto ao exercício do poder, entendemos necessário aperfeiçoar a democracia representativa. Isso implica mudanças no sistema eleitoral e partidário.


4. Democratização da informação e da comunicação

O direito à comunicação é um dos pilares de uma sociedade democrática. Informação é poder, e a qualidade da informação ou o nível de informação de um povo influenciam direta e necessariamente a qualidade do processo democrático. Não é possível falar em democracia plena com um cenário de

concentração dos meios de comunicação como o brasileiro. A concentração inviabiliza o princípio de uma sociedade democrática, bem informada e com capacidade de analisar criticamente a informação, porque sufoca a pluralidade de visões e a diversidade de meios de produção de comunicação, elementos constituintes da esfera pública.

Assumir a comunicação como um direito fundamental significa reconhecer o direito de todo ser humano de ter voz, de se expressar. Entendê-la como um direito é compreender que é preciso elaborar e implementar políticas públicas que o garantam enquanto tal.

Deve-se democratizar os meios de produção e difusão da comunicação, que, em uma sociedade democrática, pertencem ao povo. Seu espaço é necessariamente público, e o único poder legítimo para regular suas práticas emana da coletividade, que é quem deveria decidir sobre as questões relacionadas ao tema.

Essas proposições da Plataforma são um começo, uma referência para a ação política. Elas precisam ganhar musculatura, tomar as ruas, transformarem-se em propostas de reformas, projetos de lei, constituírem bancadas parlamentares para atuar em conjunto com os movimentos sociais. A democracia que queremos não cai do céu, é uma conquista que depende de nossa mobilização. 

1 De acordo com o levantamento, dos 594 parlamentares – sendo 513 deputados e 81 senadores – analisados, 295 votaram contra todas as propostas de interesse da classe trabalhadora. Votaram a favor dos trabalhadores 129 parlamentares (21,7%).

2 <https://www.cut.org.br/noticias/quase-metade-do-congresso-nacional-votou-contra-os-interesses-dos-trabalhadores-5a11>.

3 <https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/>.

4 Ver “A manifesto for renewing liberalism”, *The Economist*, set. 2018.

5 <https://www.google.com/search?q=juros+divida+publica+pagos+em+2023>.

6 <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/08/roaima-escolhe-chico-rodrigues-e-mecias-de-jesus>.

7 Fonte: Agência Câmara de Notícias, <https://www.camara.leg.br/noticias/1090187-poderes-acertam-mudancas-nas-emendas-parlamentares-ao-orcamento/>.

8 Reproduzimos aqui as proposições da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.

CAPA

América Latina, até onde a vista alcança

Que tempos são estes, em que o melhor que a história construiu na América Latina sonha com o menos pior que o império pode oferecer? Em que a subversão bandeou para a direita, enquanto a esquerda defende as instituições e a ordem? Ou ainda, em que a esquerda se confunde com a direita; o progressismo, com os Estados Unidos; e os militares se misturam com todos?

POR FABIO LUIS BARBOSA DOS SANTOS*

Sobrevoando os acontecimentos da América Latina no último ano, o que se vê? É possível identificar uma tendência geral? Neste caso, seria uma tendência ao progressismo ou à extrema direita? A seguir, passaremos em revista o continente em um movimento que vai da direita para a esquerda. No entanto, veremos que dirigir o olhar dessa maneira não é tão simples.

1.

Na Argentina, Javier Milei avançou uma casa na batalha da extrema direita por hegemonia.

No Brasil, Bolsonaro deslocou o debate da economia para a moral e os costumes por meio de artifícios de guerra cultural. Em campanha, sua agenda econômica foi nebulosa para seus próprios eleitores. Na Argentina, a questão econômica esteve no centro do debate. A crise se arrasta há muito e a desconfiância também. O governo Cristina Kirchner ocultou dados para mascarar a inflação, enquanto o mais do mesmo de Macri piorou os mesmos problemas.

Milei não resolverá, mas instalou a novidade: é o primeiro presidente libertário do planeta. Em certa medida, a dolarização que prega se assemelha ao *bitcoin* de Bukele em El Salvador: é uma medida improvável e pouco prática. Porém, sua eficácia não está na economia, mas em mobilizar o imaginário de quem cansou de sonhar com cesta básica.

Não é que a cesta básica seja ruim. Entretanto, será que serve como sonho?

2.

Como Bolsonaro, Milei não foi um voto de alternância, mas de ruptura. Ambos encarnam um rechaço ao país que a democracia pariu. Contudo, o rechaço argentino vai mais fundo na história: rejeitam-se os direitos sociais consagrados pelo peronismo, a educação pública que lhe antecede e até mesmo o federalismo, que tem raiz no século XIX, em que as províncias ricas bancam as pobres.

Como Bolsonaro, Milei não é apenas

um fenômeno eleitoral, mas também um sintoma. Sua eleição indica que o horizonte de expectativas aberto pela democratização se esgotou.

Como o chavismo em seu momento, Milei promete uma refundação. Ou seria uma nova forma de afundação?

3.

Como Bolsonaro, Milei pouco se ocupa em governar. Ambos operam criando conflitos. É por meio da ruptura que produzem unidade em torno de si.

Diferentemente de Bolsonaro, parece que pouco importa a Milei ser minoria no Congresso ou até ser derrubado. O argentino se enxerga como instrumento de uma causa maior, da qual se converteu em um pregador global.

A alquimia da pactuação em um mundo cindido fez de Lula um embaixador internacional da conciliação. O encantamento de subjetividades ressentidas faz de Milei um profeta do messianismo libertário. O primeiro está no registro do direito e das instituições, enquanto o segundo flerta com o apocalipse. Um é advogado mundial das políticas públicas, enquanto o outro prega seu fim.

4.

Lula foi embaixador, mas também foi pop. Em seu melhor momento, Obama o glorificou como o político mais popular da Terra.

O ícone pop da direita não é Milei, mas Nayib Bukele. O autocoroado “rei filósofo” salvadorenho bomba na América hispânica, inclusive na Argentina. E bomba nos Estados Unidos, onde foi recebido como uma “estrela do rock” em um encontro da direita.¹

Se no século XX os Estados Unidos interferiam em eleições na América Latina, agora é Bukele quem chama votos da diáspora latino-americana para a direita nos Estados Unidos.

Contudo, Trump esbraveja que El Salvador só foi pacificado porque Bukele mandou os criminosos para os Estados Unidos.² Afinal, cada um com sua guerra.

5.

Na realidade, Bukele mandou os salvadorenhos para a prisão. Em março de 2022, o governo declarou guerra às *pan-dillas* e instituiu estado de exceção. Desde então, essa condição foi renovada 29 vezes, e o país alcançou a maior taxa de encarceramento do planeta.

Portanto, foi sob estado de exceção que Bukele se reelegeu em 2024. A Constituição não permitia. Contudo, esse problema o “ditador mais *cool* do mundo mundial” não terá mais, pois no novo mandato a Carta Magna já foi reformada.

6.

Sabemos que Bukele não foi o primeiro a driblar a Constituição para se reeleger.

Em 2019, Evo Morales insistiu em candidatar-se pela quarta vez, a despeito da Constituição e do referendo que perdeu. Antes dele, o narcoditador Juan Orlando Hernández (JOH) se reelegeu em Honduras em 2017. Isso foi poucos anos depois de derrubarem Manuel Zelaya, a pretexto de que ele pretendia... se reeleger. Pouco antes de JOH, Daniel Ortega seguiu essa via na Nicarágua.

Como se vê, por esse prisma é difícil diferenciar esquerda e direita.

7.

Todavia, quem abriu essa trilha foi o Prêmio Nobel da Paz Óscar Arias na Costa Rica, em 2006. Evocando o artigo 23 da Convenção Americana de Direitos Humanos, o então presidente argumentou que sua candidatura era um direito humano acima da Constituição, como fariam Ortega, JOH e Morales.

Por essas e outras, a crise de legitimidade não poupa esse país, que se vê como excepcional. A despeito da aura pacífica, a Costa Rica é presidida desde 2022 por uma versão local da política do ódio. Na contramão da marca verde, o novo presidente deixou morrer o Acordo de Escazú sobre o meio ambiente que o país promoveu.

Acusado de assédio sexual, Rodrigo Chaves mantém boas relações com seu vizinho Ortega, acusado de estupro. Tal-

vez se mereçam, talvez se complementem. Afinal, sem os *nicas* expelidos pelo orteguismo, não haveria xenofobia para o presidente *tico* alimentar.

8.

Vinte e nove estados de sítio depois, é difícil saber em El Salvador o que é a norma e o que é a exceção.

No Equador também. Assim como El Salvador, esse país sul-americano tem a economia dolarizada, atravessada pelo narco e sustentada pelas remessas de quem migrou. Porém, a violenta estabilidade salvadorenha ainda não encontrou equivalente ao sul.

Mas não por falta de violência. Aos 36 anos, Daniel Noboa chegou à presidência em 2023, coisa que seu pai tentou cinco vezes sem sucesso. De cara, Noboa enquadrou o crime organizado como um “conflito armado interno” e decretou estado de exceção. Como no país de Bukele, que chegou à presidência aos 38 anos, a exceção se prolonga e se renova indefinidamente.

Na realidade, Noboa intensificou uma tendência. Em quase dois anos de mandato, seu antecessor Guillermo Lasso decretou onze vezes o estado de exceção. Acssado pela oposição, ejetou-se do poder por meio da “morte cruzada”, um dispositivo constitucional que abreviou sua presidência, mas lhe permitiu governar por decreto enquanto durou. Foi uma exceção na exceção.

Antes de Lasso, governaram o progressista Rafael Correa e seu vice tornado inimigo, Lenín Moreno. Em quinze anos, contaram-se 109 estados de exceção, locais e nacionais. Fazendo as contas, ao menos parte do território equatoriano esteve em estado de exceção durante treze anos e meio, por um motivo ou outro. Em quinze anos, a exceção só não foi a regra durante dezoito meses.³

9.

A exceção da esquerda é diferente da da direita?

A pergunta do Equador de Correa cabe em Honduras. Em 2009, o liberal

bolivariano Manuel Zelaya foi deposto por um golpe. Treze anos depois, sua esposa assumiu a presidência com apoio tácito dos Estados Unidos, onde o golpista JOH foi condenado a 45 anos de prisão. Preocupada com a migração e o narcotráfico, a potência norte-americana apoiou o progressismo na expectativa de políticas sociais que contenham a sangria de gente e de drogas. Contudo, em pouco tempo, a espetacular guerra contra as *pandillas* de Bukele inspirou o governo de Xiomara Castro. E dá-lhe estado de exceção.

Na outra ponta, o povo garífuna acusa o Estado hondurenho de planejar um genocídio e marcha exigindo o cumprimento de sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos reconhecendo um território que o progressismo não lhe assegura.

10.

Como Honduras, a Guatemala se converteu em uma engrenagem de expulsar gente e traficar drogas. Como em Honduras, os Estados Unidos viram com bons olhos a eleição de um representante da política que ajudaram a derrubar. No caso da Guatemala, isso aconteceu setenta anos depois.

Bernardo Arévalo é filho de Juan José Arévalo, que inaugurou a primavera democrática radicalizada por Jacobo Arbenz, até ser derrubado pela CIA em 1954. Se Juan Noboa nasceu por capricho em Miami, Bernardo Arévalo nasceu por exílio em Montevideu.

Contra tudo e contra todos, Arévalo se elegeu. No entanto, sua posse esteve ameaçada até o último momento. Em 2015, uma convergência de povo nas ruas e ação judicial derrubou o militar Perez Molina da presidência. Em vez de abrir caminho para uma segunda primavera, a elite se unificou no “pacto de corruptos”, que não exclui o narcotráfico. Dizem que Arévalo não pactuou com este último. Foi necessária muita mobilização popular, da Igreja e do Tribunal Constitucional e o aval estadunidense para garantir sua posse.

11.

Em 2024, na Guatemala, Arévalo se elegeu, mas quase não tomou posse.

Em 2023, no Brasil, o terceiro mandato de Lula sofreu uma tentativa de golpe uma semana depois da posse. Entretanto, o PT teve três mandatos e meio na Presidência antes de encarar o bolsonarismo.

Em 2021, no Chile, Gabriel Boric enfrentou José Antonio Kast em sua primeira eleição. Pouco depois, a direita afundou o barco da Constituição que prometia virar a página do pinochetismo. Em lugar de se abrirem as alamedas, como imaginou Allende, periga o sinal fechar de novo.

Guatemala, Brasil, Chile: fazendo as contas, a brecha progressista parece se estreitar.

12.

E, no entanto, Andrés Manuel López Obrador (AMLO) elegeu sua sucessora no México em uma vitória contundente. O progressismo mexicano demorou, mas chegou para ficar.

Em 1988, Cuauhtémoc Cárdenas ganhou a eleição, mas não levou. A fraude encaminhou o país para o Nafta. Em 2006, suspeita-se que AMLO ganhou, mas não levou. Eram anos de Chávez, Lula e Kirchner: o México poderia fazer da onda progressista um tsunami, pensava a reação. E a fraude encaminhou o país para a guerra às drogas.

Quando AMLO chegou à presidência, em 2018, já estava claro que o progressismo não mordida, mas assoprava. A corrosão do PRI e de seu *alter ego* PAN foi lenta, gradual e segura. Como na América do Sul, o progressismo mexicano reconstituiu a legitimidade que a política perdeu.

Como no Brasil petista, programas sociais e militarização da vida se misturam como areia e cimento na tentativa de manter de pé uma sociedade que desmorona. Enquanto a transferência de renda constrói lealdades, a militarização se converteu em um negócio. Fosse um empresário, o Exército seria o terceiro maior do país. Além de administrarem orçamentos e aeroportos, os militares estão a cargo de projetos de infraestrutura socialmente sensíveis, como o famigerado “trem Maia”.⁴

De Chiapas à Auracanía mapuche, o progressismo segue atropelando indígenas e militarizando territórios.

13.

Militares nos negócios e nos territórios não é novidade no progressismo mais longo do continente. A novidade é o presidente Nicolás Maduro assumir essa aliança para se segurar na presidência.

As eleições de julho de 2024 foram percebidas como uma fraude, dentro e fora do país. O governo anunciou a vitória de Maduro, mas não publicou as atas eleitorais, como sempre fez. Cópias de 83,5% das atas foram divulgadas pela oposição, revelando 67% de votos para Edmundo González, contra 30% para Maduro. Em reação, o governo endureceu. E assegurou que garantirá a paz graças a uma “união cívico-militar-policial perfeita”.⁵

A inflexão antidemocrática não foi súbita. Em 2015, o bolivarianismo se viu reduzido a menos de um terço do Congresso. Uma oposição com maioria absoluta poderia destituí-lo e nunca disfarçou essa intenção. Na visão do governo, colocava-se um dilema similar ao que os sandinistas enfrentaram quando perderam as eleições em 1990: entregar uma revolução derrotada nas urnas ou desconhecê-las? Desde então, o governo venezuelano se segura cada vez menos pelo consenso e cada vez mais pela coerção.⁶

14.

Por linhas tortas, a Venezuela bolivariana se reencontra com a Nicarágua orteguista, onde o sandinismo foi pervertido em uma tirania conjugal de retórica anti-imperialista e verniz esotérico. A paranoia é tamanha que o regime brigou até com o lulismo, que não briga com ninguém (a não ser com quem luta, como professores universitários em greve que enfrentaram mentira e desinformação, em um sintoma de que o bolsonarismo atravessa a esfera pública em sua totalidade, incluindo a transformação de professores lulistas em violentos antigrevistas, fecha parênteses).

Em agosto de 2024, o diplomata Breno da Costa foi expulso depois que o *Brasil* se ausentou da celebração oficial dos 45 anos da Revolução Sandinista.

Como na América do Sul, o progressismo mexicano reconstituiu a legitimidade que a política perdeu

15.

O capítulo latino-americano do drama global se revela de modo concentrado no Caribe. Desde o assassinato de Jovenel Moïse em 2021, o Haiti não tem um presidente. É certo que a instabilidade institucional caracteriza o país desde o fim da Guerra Fria. A novidade é a força do crime organizado e do narcotráfico. Como explicá-la? Difícil encontrar uma resposta dissociada da Minustah liderada pelo Exército brasileiro e comandada inicialmente pelo general Augusto Heleno no governo Lula.

No outro lado da ilha, reelegeu-se Luis Abinader, que promete construir um muro separando a República Dominicana do Haiti. Muitos imigrantes haitianos trabalham cortando cana-de-açúcar ou como empregadas domésticas. Outros vivem na República Dominicana há gerações. No entanto, o governo dominicano suspendeu todas as formas legais para que essas pessoas trabalhem, estudem ou residam no país, enquanto deportou 250 mil haitianos em 2023. Acusado de racista, Abinader culpa a comunidade internacional, que teria abandonado o Haiti.

Enquanto haitianos localizam nas intervenções internacionais um agravamento de seus problemas, o presidente dominicano atribui os seus à ausência de intervenção. Uns querem menos Estados Unidos, enquanto outros querem mais.

16.

E do outro lado do Caribe está Cuba. Apesar da condição insular e da extraordinária epopeia revolucionária, Cuba


não escapou de sua condição latino-americana. E, como tal, está atravessada pela crise. Evangélicos se opõem à união homoafetiva, militares comandam negócios, o empreendedorismo se trasveste em *cuentapropismo*, o turismo acentua desigualdades. Cada vez mais cubanos cansam e emigram.

É certo que nenhum cubano migra por causa do crime organizado, como na América Central. A crise é diferente, mas não deixa de ser crise.⁷ E o Estado não deixa de ser Estado: a vida endurece e o governo também.

Muitos localizam na efêmera aproximação com os Estados Unidos seu último momento de otimismo. Em meio ao desfile da Chanel, ao show dos Rolling Stones e à visita de Obama, acreditou-se que as coisas melhorariam. Mas em seguida veio Trump. E veio Biden, e nada mudou.

17.

Que tempos são estes, em que o melhor que a história construiu na América Latina sonha com o menos pior que o império pode oferecer? Em que a subversão bandeou para a direita, enquanto a esquerda defende as instituições e a ordem? Ou ainda, em que a esquerda se confunde com a direita; o progressismo, com os Estados Unidos; e os militares se misturam com todos?

São tempos sombrios, em que a política emancipatória precisa reencontrar uma radicalidade própria para não ser engolida por seu contrário nem se confundir com ela. E para que voltemos a ver para além de onde a vista alcança. 

***Fabio Luis Barbosa dos Santos** é professor da Unifesp e do Prolam-USP. Com Daniel Feldmann, escreveu *O médico e o monstro. Uma leitura do progressismo latino-americano e seus opositos*, Elefante, São Paulo, 2022.

1 Adriana Gomez Licon, “El Salvador’s president gets rock-star welcome at conservative gathering outside Washington” [Presidente de El Salvador recebe boas-vindas de rock star em encontro conservador nos arredores de Washington], Associated Press, 23 fev. 2024.

2 Juan Pablo Spinetto, “Trump Shows His Contempt for Latin America” [Trump mostra seu desprezo pela América Latina], Bloomberg, 23 jul. 2024.

3 Adriana Noboa, “Los ecuatorianos han vivido 13 años en estado de excepción desde 2007” [Os equatorianos viveram treze anos de estado de exceção desde 2007], Primicias, 21 nov. 2021.

4 Luis Reygada, “Um trem chamado Maia”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, jan. 2024.

5 Juan Francisco Alonso, “Qué es la ‘unión cívico-militar-policial perfecta’ con la que Maduro responde a las protestas por el resultado de las elecciones en Venezuela” [O que é a “união cívico-militar-policial perfeita” com a qual Maduro responde aos protestos pelo resultado das eleições na Venezuela], BBC News Mundo, 2 ago. 2024.

6 Emiliano Terán Mantovani, “Venezuela: un régimen ‘cívico-militar-policial’. Entrevista” [Venezuela: um regime “cívico-militar-policial”. Entrevista], Sin Permiso, 8 set. 2024.

7 Aline Miglioli, Fabio Luis Barbosa dos Santos e Vanessa de Oliveira, *Entre a utopia e o cansaço. Pensar Cuba na atualidade*, Elefante, São Paulo, 2024.

CRISE ECONÔMICA, ECOLÓGICA E POLÍTICA NA BOLÍVIA

Um país em constante ebulição

Esgotamento do modelo político e de desenvolvimento econômico do Movimento ao Socialismo (MAS) se expressa em elementos econômicos e ecológicos, mas também políticos

POR MARÍLIA CLOSS*

Os meses de junho, julho e agosto de 2024 representaram uma espécie de aceleração do tempo político na Bolívia. Diversas crises que estavam em gestação eclodiram. Uma quartelada – caricatural tentativa de golpe militar – para depor o presidente Luis Arce, uma disputa fratricida dentro do maior partido do país, o desabastecimento de combustíveis e sinais de um colapso ecológico crescente: todos parecem ser elementos de um país em ebulição.

O quadro de instabilidade é bastante diverso do que o país viveu na primeira década e meia dos anos 2000, quando o Movimento ao Socialismo (MAS-IPSP, partido de Arce e do ex-presidente Evo Morales) conduziu um importante ciclo de inclusão social e distribuição de renda, com bons resultados no combate à pobreza e com uma economia alavancada pela exportação de *commodities*. Desde 2016, porém, o cenário político boliviano parece estar preso tanto nas raízes como nas consequências do golpe

reacionário de Estado de 2019, que destituiu Morales e foi interrompido pela eleição de Arce em 2020.

Diversas tensões políticas e sociais se acumularam desde então. Em primeiro lugar, o país tem atravessado uma crise econômica. Seu modelo de desenvolvimento, adotado desde o primeiro governo do MAS e baseado na geração de rendas da extração de gás natural, dá claros sinais de esgotamento. As reservas de gás têm diminuído e rendido menos recursos ao Estado.

A queda na exportação de gás e a necessidade de importação do recurso têm ocasionado também uma crise de divisas, gerando uma grave escassez de dólares e uma decorrente crise energética. Como consequência, há desabastecimento de produtos pontuais nos mercados. A tentativa de substituição da extração de gás pela extração – e industrialização da cadeia – do lítio não tem se mostrado à altura do desafio.

Bastante relacionada com isso está a crise ecológica. As secas e os incêndios –

naturais e criminosos – dos últimos meses na Bolívia, apesar de mais intensos e numerosos, não são novidade em um país cujo modelo econômico é baseado exclusivamente na extração de recursos e, por isso, majoritariamente predatório com a natureza. O país apresenta números recordes ligados ao desmatamento, ao mesmo tempo que tem aprovado, nos últimos anos, legislações amplamente tolerantes com crimes ambientais.

Tudo isso se combina com uma profunda crise política. O MAS é responsável pelo ciclo de transformações sociais e pela construção do Estado plurinacional – tecnologia política que, apesar de suas limitações, é vanguarda constitucional. Porém, desde o começo de 2021, é um partido paralisado por uma disputa interna, que opõe “evistas” a “arcistas”. A maior parte das ações do partido está voltada, de um lado e de outro, a vencer a contenda interna, que mais se relaciona com uma disputa pessoal de poder entre duas grandes figuras do que com conflitos ideológicos.

A disputa fratricida divide seus dirigentes, suas bases e os movimentos sociais que o compõem, estagnando o partido mais importante da Bolívia. Ainda mais grave, no entanto, é a dimensão daquilo que Clayton Cunha¹ chamou de desinstitucionalização do conflito: o racha interno do partido tem se manifestado em espaços institucionais, como o Parlamento, mas também em espaços não institucionais.

A tentativa de golpe liderada pelo general Juan José Zúñiga foi expressão desse processo. As ofensas e ameaças proferidas por ele, até então partidário de Arce, contra Morales chegaram a um limite que levaram Arce a depor Zúñiga, cuja resposta foi a caricata quartelada. As reações de Zúñiga – como o pedido de deposição de todo o gabinete de Arce e a ameaça de soltura de presos políticos –, de Morales e dos setores evistas – chamar a ação de autogolpe – mostram não só o profundo conflito político e social que o país atravessa, mas também a incapacidade institucional de resolvê-lo.

O GOVERNO BORIC NO CHILE

Derrotas e recuos

Após fracasso em duas constituintes, o presidente Gabriel Boric tenta reformar a Constituição de 1980

POR DIOGO IVES E JÚLIA FURTADO REIS*

“Ser um adiantado à sua época é uma forma elegante de estar equivocado.” Gabriel Boric reconheceu assim, em 2022, o rechaço popular a uma Constituição mais progressista para substituir a Carta neoliberal de 1980, legada pela ditadura de Augusto Pinochet. O projeto foi elaborado por uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC) com maioria de figuras independentes e de partidos de esquerda, eleitas em um pleito de voto facultativo, em 2021. Porém, 61,8% da população rejeitou o texto, em um referendo com voto obrigatório.

A declaração de Boric simbolizou a redução de ambições e expectativas que passariam a orientar seu governo. Meses antes, ele chegara à presidência chilena em meio aos trabalhos da ANC,

após uma vitória apertada contra José Antonio Kast, líder da extrema direita. Ambos representavam encaminhamentos diferentes ao *estallido social* de 2019, marcado por insatisfações amplas e difusas da população, sobretudo com os altos custos dos sistemas privados de aposentadoria, saúde e educação. Boric articulou a ideia de uma nova Constituição para encerrar a revolta.

Empossado, perseguiu três estratégias subsequentes para implementar um reformismo pautado por maior bem-estar social. Seu plano A era esperar a aprovação da nova Carta e colocá-la em prática em seguida, o que o referendo de 2022 impediu. Diante da capacidade de mobilização da direita tradicional (crítica àquele projeto) e da extrema direita (contrária ao fim da Constituição de 1980), ele optou por

não chamar uma nova ANC nos moldes de 2019. E adotou um plano B: dar brevidade ao processo constituinte levando-o para o Congresso, na tentativa de facilitar negociações entre os partidos da esquerda e da direita tradicional. Fez trocas importantes em seu ministério para privilegiar a antiga Concertación, afeita à política institucional.

No fim de 2022, o Congresso anunciou o Acuerdo por Chile, em que definiu doze princípios constitucionais para balizar a nova Carta (mais conservadores que os do projeto da extinta ANC), e se incumbiu de criar uma comissão de especialistas para redigir um anteprojeto. À população, caberia eleger um conselho constituinte (espécie de ANC menor, com cinquenta assentos, em vez de 155, como em 2019) para redigir a nova Carta com base no anteprojeto.

Contudo, o “acordo por cima” fracassou. O Partido Republicano, liderado por Kast, conquistou maioria no conselho e dificultou o controle do processo na forma imaginada. Uma vez finalizado, o novo projeto atualizava concepções de Estado mínimo e, se aprovado, legitimaria a liderança de Kast. Terminou rejeitado por 55,7% da população, em referendo realizado no fim de 2023. A quase vitória da extrema

direita foi o alerta para Boric declarar por encerrado o processo constituinte do qual era fiador.


Passou-se, então, a um plano C: tentar reformar a própria Constituição de 1980. Após a derrota de uma reforma tributária em 2023, Boric busca hoje uma reforma do sistema previdenciário, a fim de ampliar o papel do Estado nele. A proposta passou na Câmara, em janeiro de 2024, e tramita no Senado. O desafio da aprovação é o mesmo que mina as iniciativas dos últimos anos: a falta de uma base aliada expressiva no Congresso e o declínio do apoio popular.

A perda de popularidade é agravada por uma crise de segurança pública. Índices de criminalidade subiram desde 2022, em meio à expansão do crime organizado. Em 2023, a repercussão de casos de violência perpetrada por imigrantes gerou críticas às políticas de imigração na opinião pública e na oposição, sobretudo por parte de Kast. Boric respondeu com um plano de ação que deu mais poderes à polícia e fortaleceu o controle migratório.

Na política externa, elevou críticas a Nicolás Maduro diante da dificuldade de negociar uma solução para a crise de emigração na Venezuela e para o controle do Tren de Aragua, rede criminosa ve-

A PRIMEIRA MULHER NA PRESIDÊNCIA DO PAÍS

Isso se complementa com o papel das Forças Armadas e, mais amplamente, da mobilização da violência no conflito social do país. Desde o golpe de 2019 – mas também em tantos outros momentos anteriores da história política boliviana –, as forças militares, policiais e paramilitares estão presentes e são, frequentemente, protagonistas. O crescimento político da extrema direita agrava esse quadro, por sua particular relação com a mobilização da violência e seu tradicional desprezo pelas regras do Estado democrático de direito.


A Bolívia é hoje uma panela de pressão em ebulição desde 2019. Há um esgotamento do modelo político e de desenvolvimento econômico do MAS. Esse esgotamento se expressa em elementos econômicos e ecológicos, mas também políticos do país. Não é mais possível extrair do solo os recursos para a execução de políticas públicas, dado o limite ecológico e econômico que isso coloca. Sem uma reorganização mais ampla do projeto político de um dos mais importantes grupos de esquerda do globo, o caminho será possivelmente explosivo. 

***Marília Closs** é pesquisadora do Observatório Político Sul-Americano (Opsa) e coordenadora de projetos da Plataforma Cipó.

1 Clayton Cunha, "A quartelada de Zúñiga, o futuro da Bolívia e lições para a América Latina", *Boletim Opsa*, n.2, 2024.

nezuelana que passou a atuar no Chile. As relações foram rompidas no último mês de agosto, após Boric não reconhecer a reeleição de Maduro e este expulsar diplomatas chilenos do país.

Por um lado, o episódio teve o efeito colateral de somar convergências entre Chile e Estados Unidos. Além de ambos condenarem o regime de Maduro e a Rússia na guerra na Ucrânia, um acordo que evita a dupla tributação no comércio foi ratificado pelo Legislativo norte-americano em 2023. O gesto refletiu o aumento do interesse dos Estados Unidos pelo lítio chileno, estratégico para transições energéticas.

Por outro lado, Boric mobiliza a proteção dos direitos humanos para cobrar que os Estados Unidos divulguem documentos sobre seu apoio à ditadura de Pinochet e para criticar Israel pela invasão de Gaza. Na eleição norte-americana, demonstra simpatia por Kamala Harris. Constranger, por meio de discurso, apoios internacionais à extrema direita chilena, ontem e hoje, é o pouco que parece ter lhe restado na luta contra Kast, que não terminou em 2022. 

***Diogo Ives e Júlia Furtado Reis** são pesquisadores do Observatório Político Sul-Americano (Opsa) do Iesp-Uerj.

Mudanças e continuidades com Sheinbaum no México

Presidenta assume o poder em um cenário amplamente favorável do ponto de vista da governabilidade, mas com desafios na economia e na segurança

POR MARCELA FRANZONI E CARLOS EDUARDO CARVALHO*

Claudia Sheinbaum, a primeira mulher na presidência do México, assume o cargo em 1º de outubro com a força e as sombras do governo de seu antecessor e padrinho político, Andrés Manuel Lopes Obrador. Suas origens e trajetória, inclusive bem mais à esquerda que Obrador, poderiam sugerir alguma mudança, mas, pelo menos até agora, as indicações são mais de continuidade.

A herança de Obrador rendeu aprovação de 60% no fim de seu mandato, algo incomum na América Latina hoje; o mesmo percentual de votos válidos recebidos pela nova presidenta nas eleições. Sheinbaum pretende obviamente manter programas sociais de grande peso na avaliação positiva de Obrador, como pensão para idosos, auxílio financeiro para estudantes e projetos para as áreas rurais.

As promessas de maior engajamento nos direitos femininos e na pauta climática buscam atribuir a Sheinbaum um diferencial em relação a Obrador, mas ainda são insuficientes como bandeiras do novo governo. Afinal, ela promete manter e expandir o trem Maia para integrar a região sul do país, projeto muito criticado por seus impactos sociais e ambientais, pauta de grande interesse da nova presidenta, pós-graduada em Engenharia Ambiental.

Um dos principais desafios vem da economia, em razão do crescimento baixo: apenas 2,5% ao ano nos últimos dez anos. A indústria exportadora mexicana avançou muito, inclusive alcançando a liderança nas vendas de automóveis para os Estados Unidos, beneficiada pelos termos do Acordo Estados Unidos-México-Canadá (UMSCA), assinado em 2018 e que substituiu o Nafta, abandonado por Donald Trump. No entanto, a remuneração ainda é baixa no setor, apesar do aumento do salário mínimo na gestão Obrador, e o índice de informalidade é alto.

A estagnação econômica e a degradação social de regiões inteiras fortaleceram o crime organizado, o principal problema deixado pelo governo anterior. Sheinbaum manteve a promessa

inicial de Obrador de uma política de segurança menos militarizada, mas o que ocorreu de fato foi um inédito protagonismo do Exército em seu governo, na contramão da tradição da esquerda latino-americana. Ainda sem maior detalhamento, a mandatária prometeu aumentar investimentos nos setores de inteligência e na coordenação das forças de segurança. Sheinbaum se apoia na redução de aproximadamente 40% do número de homicídios dolosos na Cidade do México durante seu mandato como prefeita (2018-2023).

Um dos principais desafios vem da economia, em razão do crescimento baixo: apenas 2,5% ao ano nos últimos dez anos

As diferenças em relação a Obrador e as hesitações de Sheinbaum podem ser apenas parte da natureza eclética ou pouco definida de seu partido, o Movimento Regeneração Nacional (Morena). O partido foi criado por Obrador em 2014, depois de ter deixado o Partido da Revolução Democrática (PRD), que representava o que se poderia chamar de esquerda renovada no México desde os anos finais do século passado.

A presidenta assume o poder em um cenário amplamente favorável do ponto de vista da governabilidade. A coalizão pela qual foi eleita conquistou 364 dos quinhentos assentos na Câmara dos Deputados, sendo 236 morenistas, e 85 dos 128 no Senado, sessenta do Morena. A nova configuração do Congresso será a mais favorável à presidência da República desde 1982.


O amplo apoio no Congresso se soma a uma oposição muito enfraquecida. O Partido Revolucionário Institucional e o Partido Ação Nacional conquistaram 107 deputados e quarenta senadores. E o PRD teve o registro suspenso por não

alcançar o nível mínimo de representação no Legislativo.

O apoio amplo levanta incertezas sobre a concentração de poder nas mãos do Executivo e seus impactos no regime democrático, sobretudo depois da aprovação da reforma do poder judiciário, em 11 de setembro, que possibilitará a eleição direta para juízes e magistrados, inclusive os da Suprema Corte, a partir de 2025. A reforma também diminuiu de onze para nove o número de juízes e flexibilizou as exigências para ocupar o cargo.

A reforma foi alvo de críticas do governo dos Estados Unidos e do Canadá. Ken Salazar, embaixador norte-americano no México, afirmou que ela representa uma "ameaça" às relações comerciais entre os países e um "risco" para a democracia mexicana. O embaixador do Canadá, Graeme Clark, mostrou preocupação com a autonomia das instituições mexicanas. As declarações foram criticadas por Obrador, alegando ingerência em questões internas.

Favorável à reforma, Sheinbaum busca impedir que as críticas abertas dos sócios do USMCA contaminem o ambiente de negócios e aumentem a instabilidade econômica no período de transição.

As questões internas se somam ao cenário de indefinições na campanha eleitoral dos Estados Unidos. O acirramento do conflito no Oriente Médio, a guerra na Ucrânia e a crise política na Venezuela ajudam a explicar a pouca atenção dispensada ao México na corrida pela Casa Branca. Esse "esquecimento" poderia dar algum espaço para iniciativas de Sheinbaum em direção à América Latina, como houve em governos anteriores a Obrador, mas certamente dentro dos limites de não criar conflitos significativos com Washington, diante da conhecida dependência do país em relação ao poderoso vizinho. 

***Marcela Franzoni** é professora de Relações Internacionais da Belas Artes e do Ib-mec-SP, e pesquisadora do ODR; e **Carlos Eduardo Carvalho** é professor do Departamento de Economia da PUC-SP.

ELEIÇÃO CONTESTADA E TENSÕES DIPLOMÁTICAS

A crise sem fim na Venezuela

Ao longo da última década, a Venezuela enfrentou todo tipo de disfunções internas e sofreu ingerências desestabilizadoras. O país da “revolução bolivariana” se consome. Por que a eleição presidencial de 28 de julho de 2024 não resolveu nada?

POR CHRISTOPHE VENTURA*

Caracas é um barulho. Na noite de 2 de setembro, o canto dos *coquis*, essas pequenas rãs que aparecem com as chuvas tempestuosas, toma conta da cidade, enquanto o presidente Nicolás Maduro abre o “encontro das cinco gerações”. Aquele cujo terceiro mandato (2025-2031) começará em 10 de janeiro de 2025 reúne uma plateia de militantes, intelectuais, militares, milicianos e dirigentes históricos do chavismo no salão Boyacá do palácio presidencial de Miraflores, situado no coração da capital.

Forjado com base no nome de Hugo Chávez, presidente da Venezuela de 1999 até sua morte, em 2013, o chavismo reúne o conjunto das forças sociais, políticas e militares que constituem o movimento sociopolítico – fala-se aqui de “aliança cívico-militar” – que defende a “revolução bolivariana”. O Partido Socialista Unido da Venezuela (Psuv), com seus 4 milhões de membros reivindicados (em uma população de cerca de 28 milhões), é hoje a força central desse “bloco histórico”. Nos últimos anos, no entanto, um chavismo dissidente emergiu dentro da esquerda, notadamente do Partido Comunista Venezuelano (PCV) e das organizações sociais do país. Seus atores denunciam uma guinada autoritária e repressiva do governo contra seus opositores, entre os quais agora se encontram sindicalistas e grevistas. Juntos, eles contestam as medidas liberais colocadas em prática em resposta à crise econômica e às sanções impostas pelos Estados Unidos;¹ a política de dolarização, que gera, de fato, grandes desigualdades sociais; a liberalização de vários setores de atividade (recursos naturais, agricultura, exploração do subsolo) por meio das zonas econômicas especiais (ZEEs) inspiradas no modelo chinês; a privatização de terras cultiváveis; e as leis favoráveis aos investidores estrangeiros (isenções fiscais, facilidades para o repatriamento de lucros etc.).

A iniciativa presidencial de Miraflores persegue vários objetivos políticos poucas semanas após o anúncio dos resultados eleitorais mais contestados desde o início do ciclo bolivariano. De fato, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) proclamou a vitória do presidente em exercício em 28 de julho contra o candidato da Plataforma Unitária Democrática

(PUD), Edmundo González Urrutia,² resultado validado em 22 de agosto pelo Tribunal Superior de Justiça (TSJ), a mais alta instância judicial do país. No entanto, muitas vezes, que não provêm mais apenas da oposição de direita, nacional e regional, de Washington e de seus aliados ocidentais, se levantaram para questionar ou contestar a transparência do CNE na organização e apuração dos votos, assim como para constatar sua impossibilidade de autenticar e corroborar, de forma independente, os resultados anunciados. Nenhuma publicação oficial e detalhada do material eleitoral (seção eleitoral por seção eleitoral), e nenhuma auditoria do sistema informatizado e de transmissão dos resultados foram realizadas pelo CNE dentro dos prazos legais que lhe cabiam. A autoridade invoca um ataque cibernético maciço para justificar suas falhas.

Hoje, entre aqueles que questionam ou denunciam os resultados estão também forças de esquerda venezuelanas, regionais e internacionais, e governos progressistas latino-americanos. O Brasil e a Colômbia não reconhecem a vitória de Maduro nem a de seu antigo adversário, agora exilado na Espanha após a emissão de um mandado de prisão contra ele pelo Ministério Público venezuelano. Eles exortam Caracas a publicar os resultados detalhados da eleição. Por sua vez, o presidente chileno, Gabriel Boric (centro-esquerda), escolheu a ruptura e denunciou uma “ditadura que falsifica eleições” (em seu perfil no X em 22 de agosto passado). O México, inicialmente alinhado com a posição de Bogotá e Brasília, posteriormente reconheceu a decisão do TSJ.

Por fim, o Centro Carter, especializado em missões eleitorais em dezenas de países ao redor do mundo, e a missão de especialistas eleitorais das Nações Unidas, presentes durante o pleito, consideram que este não atendeu às normas mínimas de transparência para verificar sua integridade e certificar sua veracidade. Esses dois atores sempre defenderam até então a lisura das eleições venezuelanas.

Contestada – com razão – em virtude da impossibilidade de autenticar os resultados, essa eleição não resolveu em nada a crise multifatorial – econômica, social, política e geopolítica – que exaure a Venezuela há uma década. Ela pro-

longa a crise e a projeta para uma nova fase... que pode durar. Uma pergunta, no entanto, permanece: seria possível organizar uma eleição “normal” nas atuais condições materiais e políticas do país?

Certamente não. Os Estados Unidos têm responsabilidade central na degradação contínua da situação do Estado caribenho. Eles nunca deixaram de se intrometer em seus assuntos internos e de apoiar todas as tentativas de desestabilização desde o golpe de Estado contra Chávez em abril de 2002.³ Alimentaram a polarização extrema e a violência política que progressivamente minaram o quadro da vida democrática nacional. Apenas para mencionar o período iniciado com a chegada ao poder de Maduro em 2013, sua hostilidade se traduziu pela aplicação de sanções ilegais à luz do direito internacional. As primeiras, decididas em 2015 pelo presidente Barack Obama (2008-2016) sob o falacioso pretexto de que o país constituía uma “ameaça incomum e extraordinária para a segurança nacional e a política externa dos Estados Unidos”, foram reforçadas por seu sucessor, Donald Trump (2016-2020), e mantidas por Joe Biden (2020-2024), apesar de alguns afrouxamentos que permitiram a várias multinacionais (incluindo a Chevron) obter licenças de exploração petrolífera no território.⁴ Essas medidas coercitivas unilaterais visam os dirigentes chavistas, bem como qualquer “pessoa” ou “entidade” que mantenha uma relação comercial ou financeira (ou faça uso do dólar) com o Estado venezuelano e empresas públicas nacionais (incluindo a Petróleos de Venezuela, PDVSA), ou tenha vínculo com as instituições. Desde 2019, o país está impedido de acessar o mercado energético (exceto por derrogações), bem como o sistema financeiro e bancário dos Estados Unidos e seus operadores ao redor do mundo. Assim, a Venezuela não pode financiar sua dívida nos mercados internacionais, e sua companhia petrolífera não pode mais utilizar o dólar. Essa política de Washington acelera, em contradição com seus próprios interesses, as aproximações de Caracas com a Rússia e com a China...

SEM VOTAÇÃO LIVRE SOB SANÇÕES

A ação norte-americana sufoca a economia do país, seca suas receitas de di-

visas, aniquila seu comércio exterior e o expõe a um risco-país proibitivo para os investidores internacionais. Segundo as autoridades venezuelanas, 930 medidas miraram o governo, a indústria petrolífera e o comércio exterior entre 2015 e 2023. Elas contribuíram significativamente, junto com a falta de investimentos na PDVSA (e a corrupção dentro dela), para corroer as exportações vitais de petróleo do país. Estas passaram de cerca de 3 milhões de barris por dia em 2015 para 340 mil em 2020 (até 2019, os Estados Unidos permaneciam o principal cliente da Venezuela), antes de ultrapassarem novamente a marca de 850 mil em 2024, permitindo uma recuperação sensível da economia. O governo avalia as perdas da indústria petrolífera em US\$ 232 bilhões desde 2015. Outro exemplo: o bloqueio dos recursos financeiros e o confisco dos ativos venezuelanos no exterior. Segundo Caracas, isso representaria entre US\$ 24 bilhões e US\$ 30 bilhões (contas bancárias, reservas de ouro, empresa Citgo, filial da PDVSA estabelecida nos Estados Unidos etc.).⁵

A política norte-americana contribui diretamente para o empobrecimento da população venezuelana, para seus problemas econômicos diários e para a partida de milhões de pessoas. As “sanções também influenciam as eleições”, destaca o Center for Economic and Policy Research (CEPR). O *think tank* progressista, sediado em Washington e reconhecido por sua competência em análise eleitoral, conclui que os resultados não foram transparentes, mas considera que a política norte-americana constitui uma forma determinante de guerra econômica que “pode convencer as pessoas a votar como os Estados Unidos desejam ou a se livrarem do governo por outros meios”.⁶

Portanto, não pode haver eleições livres e justas em um país sob sanções, mas também disfuncional no plano institucional há uma década. Um país onde, mais do que adversários, inimigos se enfrentam pelo poder e pelo controle da renda petrolífera. O aparelho de Estado, o Exército, os tribunais, as forças de segurança e o núcleo militante “oficialista” são mobilizados por Maduro. Por outro lado, e de acordo com seus interesses circunstanciais, a oposição aceita ou não o jogo democrático. Desde 2002, ela contesta a maioria das eleições que

perdeu, mesmo quando estas foram validadas pelas missões de observação e pela “comunidade internacional”. Ela as boicotou (como em 2005, nas legislativas, ou, para suas principais forças, em 2018, nas presidenciais, e novamente em 2020, nas legislativas), deixando plenos poderes aos chavistas, especialmente no TSJ, cujos magistrados são nomeados por um período de doze anos pela Assembleia Nacional. Ela também sabe recorrer à opção insurrecional e violenta (como nas manifestações de 2014 e 2017) e mobiliza o apoio político e financeiro sistemático dos Estados Unidos, até mesmo militar, como fez em 2020 María Corina Machado, líder da ala intransigente pró-sanções e pró-queda de Maduro, declarada inelegível para a eleição de 2024.

Uma dialética destrutiva se estabeleceu entre os dois campos ao longo desses anos. A espiral que leva aos últimos acontecimentos resulta da combinação de várias dinâmicas relacionadas a isso. Por um lado, as tentativas de desestabilização, muitas: golpe de Estado em 2002, greve petrolífera em 2003, tentativa de assassinato por drones contra Maduro em 2018, operações de incursão “humanitária” a partir da Colômbia em 2019 (durante o período da presidência interina autoproclamada de Juan Guaidó, apoiado por Washington)⁷ e mercenarismo paramilitar (Operação Gedeão no ano seguinte). Também podemos lembrar a recompensa oferecida pelo governo norte-americano desde 2020: US\$ 15 milhões em troca de informações que levassem à prisão e condenação do presidente venezuelano por narcoterrorismo.

Por outro lado, o desgaste de um poder que está no comando há um quarto de século favoreceu fenômenos de corrupção e clientelismo característicos de países onde existe um vínculo orgânico entre o poder político e a apropriação da renda petrolífera.⁸ O enfraquecimento da hegemonia chavista, iniciado após a morte de Chávez em 2013, levou Maduro a reforçar o componente militar do chavismo dentro do Estado. Sua má gestão econômica durante a crise mundial dos anos 2010, em meio ao colapso do preço do petróleo e à exaustão produtiva da PDVSA, o fragilizou. Nesse contexto, a oposição adotou uma postura de obstrução sistemática para impedir suas tentativas de recuperação. Assim, em 2015, a Assembleia Nacional, recém-controlada pela direita, prometeu destituir o presidente “em seis meses” e lhe negou a possibilidade de renegociar a dívida soberana do país. Essa dupla decisão provocou a ruptura e a radicalização irreversível de Maduro. Forçado a reduzir drástica e bruscamente os gastos do Estado e as importações vitais do país, o governo provocou um choque de austeridade e uma explosão social. Então começou o ciclo disfuncional que

levou à eleição de 2024, durante o qual a Venezuela chegou até a experimentar, entre 2017 e 2022, um sistema de poder duplo. De um lado, um governo apoiado por uma Assembleia Nacional Constituinte (que nunca apresentou um projeto de nova Constituição) cuja função era contornar a Assembleia Nacional e aprovar leis propostas pelo Executivo. Maduro não hesitou, durante esse período, em mudar as regras do jogo político para paralisar seus adversários. De outro lado, uma Assembleia Nacional com competências suspensas e um presidente interino autoproclamado – Juan Guaidó –, oriundo das fileiras desse poder legislativo neutralizado, mas apoiado e financiado pelos Estados Unidos e por cerca de sessenta países, em meio a uma crise econômica agravada e a manifestações violentas e reprimidas em 2017 (*guarimbas*). Isso levou o presidente venezuelano a enfrentar, desde 2021, a abertura de uma investigação no Tribunal Penal Internacional (TPI) por alegações de crimes contra a humanidade.

EVITAR A DIAGONAL EM DIREÇÃO AO PIOR

Lógicas de confronto extremistas, ressentimentos e interferências sistêmicas constituem o tripé da erosão democrática venezuelana e explicam como Maduro, detentor do poder real do Estado, entrou em uma dinâmica


autoritária por meio de suas escolhas. O chavismo de Estado agora se percebe como um poder civil-militar envolvido em uma luta pela sobrevivência. A promessa de exílio, prisão, julgamento internacional ou expurgo no caso de retorno da oposição ao poder não encoraja o afrouxamento do controle sobre seus adversários. Manter-se a qualquer custo se torna um projeto.

Eis por que, durante o “encontro das cinco gerações”, Maduro defendeu suas posições com unhas e dentes, buscando remobilizar o chavismo oficial e demonstrar sua indestrutível unidade “civil-militar-policial” diante das violências “terroristas” conduzidas, segundo ele, pelos setores “fascistas” da oposição em uma tentativa de “golpe de Estado” apoiada por Washington. Ele não deu seguimento às ofertas de mediação regional propostas pelo Brasil e pela Colômbia e se orgulha de ter procedido à prisão de 2.400 pessoas nos dias que se seguiram ao 28 de julho.⁹ Dar um golpe decisivo, marcar a memória e advertir que nenhuma tentativa de desestabilização será tolerada. O encontro transmite, dessa perspectiva, uma mensagem clara a seus detratores e às chancelarias do mundo inteiro: “Quando chegar o momento de entregar meu mandato, eu o confiarei a um presidente ou a uma presidenta chavista, bolivariano(a) e revolucionário(a)!” afirma Maduro. Ele

promete a continuidade da revolução “pelos próximos trinta anos”. Por sua vez, a oposição denuncia uma “fraude histórica” e define o poder chavista como “terrorismo de Estado”.

É um impasse. Não se trata mais de debater o caráter socialista de um processo que perdeu sua força motriz há vários anos, que aplica políticas econômicas ortodoxas após anos de sanções e recorre a ações repressivas para manter seu grupo dirigente no poder. Porém, quanto mais continuar a política de “pressão máxima” e sanções, mais a Venezuela seguirá uma trajetória ao estilo da Nicarágua (fechamento do espaço político, militarização do poder e da sociedade), com o apoio da China, da Rússia e do Irã.

Tal perspectiva poderia levar a uma guerra civil em um país onde circulam milhões de armas? As consequências – bomba migratória, instabilidade fronteiriça, atoleiro militar – seriam catastróficas para a região, especialmente para os vizinhos Brasil e Colômbia, bem como para os Estados Unidos. Temida por muitos, a escalada para esse cenário de radicalização explica a cautela de várias capitais e da União Europeia que, tendo aprendido com o fracasso da “tentativa Guaidó”, não reconhecem nenhum vencedor na eleição de 28 de julho e pedem uma solução política negociada. Ou mesmo de Washington, que, embora tenha reconhecido a vitória da oposição, apoiou a proposta de uma nova eleição – rejeitada por todos os protagonistas em Caracas –, formulada pelo Brasil e pela Colômbia. Enquanto isso, cerca de sessenta outros países no mundo reconheceram a vitória do presidente em exercício.

Evitar a diagonal em direção ao pior impõe menos a organização de uma eleição formal em condições impossíveis do que negociações liberadas do peso das sanções. 

*Christophe Ventura é jornalista do *Le Monde Diplomatique*.



Crise venezuelana exirá mais do que as eleições para reduzir insegurança social

© Wilfredor/Wikimedia

- 1 Ler Maëlle Mariette, “Le Venezuela brisé par les sanctions” [A Venezuela quebrada pelas sanções], *Le Monde Diplomatique*, abr. 2022.
- 2 Com 51,95% dos votos contra 43,18%, de acordo com o segundo boletim oficial do Conselho Nacional Eleitoral publicado em 2 de agosto.
- 3 Ler Maurice Lemoine, “Dans les laboratoires du mensonge au Venezuela” [Nos laboratórios da mentira na Venezuela], *Le Monde Diplomatique*, ago. 2002.
- 4 A multinacional espanhola Repsol e a empresa francesa Maurel & Prom também se beneficiam.
- 5 Dados fornecidos pelo Observatório Venezuelano Antibloqueio, <https://observatorio.gob.ve>.
- 6 “Venezuela’s disputed election and the path forward” [A eleição contestada na Venezuela e o caminho a seguir], CEPR, 12 ago. 2024, <https://cepr.net>.
- 7 Ler Julia Buxton, “Où va l’opposition à Nicolás Maduro?” [Para onde vai a oposição a Nicolás Maduro?], *Le Monde Diplomatique*, mar. 2019.
- 8 Ler Gregory Wilpert, “Le Venezuela se noie dans son pétrole” [A Venezuela se afoga em seu petróleo], *Le Monde Diplomatique*, nov. 2013.
- 9 Aos quais se somam 25 mortos e 192 feridos (manifestantes, funcionários públicos, militantes chavistas).

O GOVERNO MILEI E AS DIREITAS LATINO-AMERICANAS

A política na praia de tombo

Na última década, a política latino-americana parece mais com uma praia de tombo em dia de mar agitado. Quanto maior é o declive, mais curtas são as ondas, mas também mais agitadas e violentas

POR MARÍA JULIA GIMÉNEZ*

Há poucas semanas, voltei da Argentina. Uma viagem de quinze dias para visitar família e amigos, realizar alguns trâmites pessoais e participar de atividades acadêmicas. Transcorridos os primeiros oito meses do governo de Javier Milei, o país não dá sinais de sair da crise; pelo contrário, as políticas pró-cíclicas em tempos de recessão abrem caminho para a queda livre. O preço do transporte público, da comida, dos produtos de higiene pessoal e das roupas causam assombro, e eu (local e visitante ao mesmo tempo) demorei uns três dias para entender como fazer uso de um monte de notas que não valem nada. A Universidade de Buenos Aires, sob ataque do governo como o resto das universidades públicas, estava em greve, mas conseguimos desenvolver as atividades planejadas, e os trâmites no Ministério de Educação são bastante demorados. Na verdade, já não há tal ministério; agora a educação depende do novíssimo Ministério de Capital Humano. E, neste contexto, as notícias que cobriam as denúncias contra o ex-presidente Alberto Fernández por violência de gênero e infidelidade desorientaram qualquer tentativa de conversar sobre o futuro político do país.

Triste, sim. No entanto, devo reconhecer que o impacto foi menor do que aquele que levei em 2016, quando se completava o primeiro semestre do governo do empresário Mauricio Macri. Lembro-me, naquele momento, das conversas de casais de amigos, no desespero, fechando a loja e saindo para buscar algum emprego ou bico, num contexto desalentador. O radical aumento do preço do gás e da energia elétrica prenunciava um cruel e longo inverno macrista, que deixou como saldo a dívida externa mais elevada da história. Foram sete dias que me deixaram completamente angustiada. Na volta, subi no avião com náuseas e desci pior. Afinal de contas, o Brasil já atravessava o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e tudo indicava que o rumo poderia ser o mesmo. Passados poucos dias daquele regresso, ainda atrapalhada pelos pensamentos sobre meu país, durante uma atividade de formação, rodei pela escada de um auditório. Um tombo que provocou sete pontos na cabeça. Foi ao entrar num hospital do interior de São Paulo que decidi soltar o choro. Enquanto a enfermeira realizava os preparativos



© Walter Piedras/Flickr

Crise na Argentina é um reflexo do panorama da extrema direita na América Latina

e limpava a área para iniciar a costura, lembro-me de repetir: “Fica tranquila, não estou sentindo dor, estou chorando porque o desgraçado do Macri está destruindo meu país!”. Será que a enfermeira entendeu quem era esse tal Macri que eu maldizia em portunhol? Acho que não... Talvez ela pensasse que era algum homem que me empurrara da escada. Às vezes tenho a sensação de que o desastre provocado pelo governo Macri passava despercebido nestas coordenadas de Nuestra América. A extravagância de Javier Milei e seu empenho em apontar os holofotes em direção a si mesmo têm gerado o alarme e o desespero que ele próprio veio provocar e que transcendem as fronteiras. Acho que essa perplexidade pouco ajuda, ou apenas serve de consolo para os apostadores da política ansiosos e com dificuldades para compreender o processo histórico do qual somos parte.

Refletindo sobre a mais recente viagem em comparação com aquela de 2016 e as diferentes reações que elas me provocaram, pensei que talvez, com o passar dos anos e o acúmulo do estudo das direitas latino-americanas, fui me tornando uma pessoa mais insensível (endureci e perdi a ternura, é possível).

Também considerei o fator geracional e a possibilidade de que esse mesmo correr dos anos tenha permitido aos meus amigos, amigas e familiares adquirir as manhas para atravessar uma crise que leva praticamente uma década. Será que eu e meu entorno temos começado a normalizar a tragédia, ou será “meu psicológico” que, adequado aos novos tempos, me poupa de novos tombos? Seja como for, nada minimiza a grave situação que, uma vez mais, atravessa o povo argentino.

O plano orçamentário de 2025, recentemente lançado por Milei em cadeia nacional, está em sintonia com aqueles apresentados por Martínez de Hoz em 1980, em plena ditadura, ou por Domingo Cavallo, meses antes do *estallido social* de dezembro de 2001. Um plano que se repete a cada vinte anos e não parece dar certo. No atual cenário, o tal “déficit zero” não anima nem os aliados do governo, mas ocupa as manchetes dos principais jornais, horas de análise e debate. O argumento de que Milei faz parte de uma onda de extrema ou ultradireita que atinge a região parece justificar a comoção de quem defendemos a democracia e os direitos humanos. Uma surpresa constante que incita a correr

atrás de velhas novidades, contribuindo para perder o horizonte político e levar um tombo. Como sair deste ciclo?

Viajemos ao México. Após duas décadas como bastião do bloco da direita latino-americana na sequência presidencial de Vicente Fox, Felipe Calderón e Enrique Peña Nieto, o campo popular unificado em torno do Movimento de Regeneração Nacional (Morena), da mão de Andrés Manuel López Obrador, conseguiu arrebatar o poder pela via eleitoral e garantir a continuidade do programa de governo centrado no humanismo e na soberania do povo mexicano com a recente vitória de Claudia Sheinbaum Pardo. “Eu afirmo que não existe a ultradireita, é direita, aqui e em qualquer lugar”, expressou meses atrás o então presidente mexicano ao analisar as últimas eleições na França. “Respeito muito quem fala de ultra; o que acontece é que a ultradireita é mais cínica e a direita é mais hipócrita, mas no fim das contas é a mesma coisa”, acrescentou López Obrador. Embora essa frase possa resultar simplista ou inoportuna diante da necessidade de desmembrar e compreender as particularidades do atual momento político, ela não apenas resulta adequada à estratégia de comunicação do governo, mas é também um chamado de atenção regional. Por que o cinismo perturba mais do que a hipocrisia? Há diferença de fundo ou são apenas diferenças conjunturais?

De forma alguma estou induzindo a pensar que aquilo que foi feito até aqui, em termos de estudos das direitas, carece de sentido. Acredito que López Obrador também iria desconsiderar essa sentença. De fato, nos últimos dez anos, esses estudos têm mostrado uma série de mudanças no campo das direitas americanas (europeias também, mas por questões de espaço ficaram fora desta reflexão). O cinismo performatizado como rebeldia parece canalizar grande parte do descontentamento generalizado diante da profunda crise econômica, política, social e ambiental imposta pelo regime capitalista e da falta de respostas dos poderes públicos, modelados ao receituário neoliberal. E, quando acoplada às crises de legitimidade dos consensos sociais, instituições e discursos, o caos reina. Contudo, até aqui poderíamos perguntar: por que o campo de esquerda não consegue aproveitar o clima de crise?

Por acaso não seria favorável essa atmosfera de crítica contra o Estado [burguês] e a perda da legitimidade de discursos e instituições que sustentam a principal estrutura que garante a reprodução de uma sociedade desigual? Acredito que sim, mas esse é outro assunto. Já dizia Paulo Freire: “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”.

A efetividade dessa ultradireita contemporânea depende desse caos e do lucro nesse caos. Hoje, ser de direita aparenta ser lucrativo, e isso não poderia ser pensado sem o dedicado empenho na apropriação e no aperfeiçoamento do uso das tecnologias de comunicação e informação – as redes sociais e suas lógicas algorítmicas como mecanismo de massificação em uma economia da atenção que transformou a política em algo menos que um espetáculo. Agora é um corte ou uma pirâmide de cortes que funcionam como barreira para ingressar no campo da política, enquanto se avança com menos hipocrisia e mais cinismo em um programa desvantajoso para a grande maioria. O resultado já é conhecido na região: menos soberania, mais desigualdade e repressão.

PROMESSA É DÍVIDA

Iniciado o segundo semestre do governo Milei, perderam-se mais de 150 mil empregos com o fechamento de indústrias e a queda da produtividade. O valor da comida, do transporte e dos serviços básicos consome o total dos ingressos percebidos por um amplo setor da sociedade que declara não chegar ao fim de mês. O poder aquisitivo das famílias trabalhadoras rende um terço menos e, segundo os dados do próprio Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec), a pobreza alcança 52,9% da população. “Bom, se as pessoas não conseguissem chegar ao fim de mês, já teriam morrido”, declarou cinicamente Milei, provocando um novo barulho de comunicação e milhares de cortes, enquanto a ministra da Segurança, Patricia Bullrich, põe em marcha o plano de “bukelização” da segurança pública e desvia fundos reservados milionários para o novo sistema de inteligência.

A submissão ao eixo Estados Unidos-Israel se mantém inalterável; a servil entrega de soberania à Coroa Britânica ganha um novo capítulo na história de pirataria com a concessão das reservas de ouro; o novo regime de incentivo a grandes investimentos (Rigi) renova os votos do livre saqueio; e a pasta de Economia, composta dos mesmos que fizeram parte do governo Macri, aguarda (sem acertos) sinais favoráveis para contrair novas dívidas externas. Embora não seja, a desapareição do Ministério da Educação parece um dano supérfluo diante do feroz sucateamento do Estado. Porém, a promessa de acabar com a casta parece avançar. “Agora a casta é

a avó”, como dizia um cartaz durante a última manifestação em defesa dos aposentados e pensionistas. Segundo os dados do Indec, o governo Milei duplicou a quantidade de aposentados pobres e triplicou a de indigentes.

Embora tenham ocorrido grandes manifestações, muitas delas seguidas de forte repressão, só agora as pesquisas de opinião anunciam queda no apoio do governo Milei. Segundo indicam algumas consultoras, no mês de setembro a avaliação positiva, que até então superava 50%, baixou para 37%, dando os primeiros sinais de desgaste. Isso ainda está longe de resultar em uma queda de popularidade que o impeça de completar os próximos três anos de mandato, mas é um indício das dificuldades que terá para alcançar a reeleição. Sem dúvida, as eleições legislativas intermediárias de 2025 vão oferecer dados mais certos para projetar o 2027, mas será que a Argentina está pronta para pegar uma nova onda que a afaste da cínica tragédia? É sabido, isso não depende apenas dos infortúnios da direita. Lição também útil em outras latitudes latino-americanas.

ENTRE ONDAS E TOMBOS

A ideia de ondas ou marés de direita e de esquerda, ou progressistas e reacionárias, tem ocupado importantes debates em torno da política latino-americana. No transcorrer da primeira década do século XXI, foi possível identificar dois blocos relativamente estáveis que, embora diversos, representavam distintos programas de desenvolvimento e integração regional. De forma esquemática, o primeiro esteve liderado por Colômbia, México, Peru e, intermitentemente, Chile, subsumido ao projeto de Área de Livre Comércio das Américas (Alca), proposto pelos Estados Unidos desde 1994. E o segundo, muito mais diverso, liderado por Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador, Honduras, Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile, também de forma intermitente, representando um projeto de integração dos povos do Sul Global, pondo limites à ingerência do Norte. Contudo, no transcorrer da segunda década deste século evidenciaram-se mudanças no mapa regional, provocando alguns impedimentos para definir os movimentos da maré. Essa dificuldade de dar continuidade é uma evidência de que a esquerda está em crise; mas a direita também. E, por momentos, parece que a cautela e a moderação de uns se compensam com a excêntrica e a radicalidade dos outros, mas nada parece funcionar.

Seria difícil entender os golpes do século XXI no Haiti, Honduras, Paraguai, Brasil e Bolívia sem compreender a crise da direita, as dificuldades para colocar-se na direção dos governos da região e a necessidade de reunificar forças com ajuda norte-americana e seu satélite eu-


ropeu localizado na Espanha, que vem fazendo de Madri uma nova Miami, fantasiada de iberismo. Do mesmo jeito, temos o criminoso embargo contra Cuba e Venezuela e as dinamizadas práticas de *lawfare* e traições que abalaram países como Brasil, Argentina, Equador e, mais recentemente, Peru. E também a intensificação em terras latino-americanas de atividades desenvolvidas por redes transacionais da direita liberal e conservadora, como Atlas Network e Conservative Political Action Conference (CPAC), para mudar o clima da opinião pública e transferir apoios e recursos, o que vem traçando um movimento ofensivo na tentativa de demarcar territórios propícios para empreender a chamada batalha cultural, em um clima de instabilidade de que agita as águas.

Hoje o mapa latino-americano apresenta um bloco à direita, liderado por presidentes como Nayib Bukele, de El Salvador; Milei, da Argentina; Daniel Noboa, do Equador; Dina Boluarte, do Peru; e figuras como José Antonio Kast, do Chile; Luis Fernando Camacho, da Bolívia; Maria Corina Machado, da Venezuela; e o clã Bolsonaro, do Brasil. Do outro lado, um bloco à esquerda, encabeçado por López Obrador e Claudia Sheinbaum, do México; Gustavo Petro, da Colômbia; Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil; Luis Arce, da Bolívia; Nicolás Maduro, da Venezuela; Xiomara Castro, de Honduras; e Díaz Canel, na continuidade das transformações iniciadas por Raúl Castro em Cuba. Essa divisão não reflete apenas as políticas internas de cada país. Nos últimos tempos temos visto uma série de crises diplomáticas que parecem atingir a tranquilidade das relações regionais. Os casos de Equador *versus* México e Argentina *versus* Venezuela, por exemplo, parecem ter consonância com os posicionamentos assumidos diante do genocídio contra o povo palestino dirigido pelo Estado de Israel.

Contudo, as chances de manter esse mesmo mapa nessa sintonia não parecem evidentes. Se observamos à direita, a diminuição dos apoios ao governo de Milei condiz com a incapacidade desse bloco de dar continuidade aos governos, à exceção de Bukele, que este ano conseguiu a reeleição via reforma constitucional. Nem Macri, nem Bolsonaro, nem Guillermo Lasso o conseguiram; e as chances de Noboa no Equador parecem estar cada vez mais distantes. Embora figuras como Macri e Bolsonaro continuem sendo importantes aglutinadoras de uma direita orgulhosa de ser de direita (elemento que a distancia da direita dos anos 1990), também são fonte de conflitos. De algum modo, o fenômeno Milei na Argentina prenunciava um possível Pablo Marçal no Brasil. Os imbróglios em torno do candidato a prefeito nas eleições municipais em São Paulo dão o tom desses en-

contros, desencontros e oportunismos que, embora sejam performaticamente diferentes, assumem e conseguem aglutinar bandeiras comuns.

A agenda ocidentalista e neocolonial desenhada para garantir a reprimarização das economias e a entrega de nossos recursos, a criminalização da pobreza, dos movimentos sociais, sindicais e dos defensores e defensoras dos territórios, a guerra interna tingida de “guerra ao narco”, a instauração de uma lógica empresarial e privatizadora orientada pela Estadofobia e o individualismo, o desmantelamento das políticas sociais e a garantia de direitos humanos, a inserção do fundamentalismo religioso como *ethos* político e a defesa da democracia restrita desenhada desde os anos 1980 após o fim das ditaduras parecem ter tomado um novo impulso da mão de novos/velhos inimigos. Os discursos anticomunistas que unificaram as direitas em tempos de Guerra Fria voltam a impregnar a cena política; as lutas por direitos e o protagonismo assumido pelos movimentos feministas, LGBTQIA+ e antirracistas são esvaziados de conteúdo sob a etiqueta de uma “esquerda *woke*”, deturpando as pautas até levá-las ao ridículo ou à perversidade; e as denúncias da evidente crise ambiental vêm sendo atacadas pelo negacionismo, que se acopla aos desastres e crimes. A intensidade, o cinismo e a violência do momento atual parecem mais um rasgo do mundo em crise do que uma inovação impressa pelos novos rostos das direitas que saturam as redes sociais digitais com pseudoacontecimentos. Como economista e *showman*, Milei sabe que um cálculo errado entre a recessão na economia real e a superprodução na economia da atenção pode ser o tombo que arraste ele, sua irmã e os cachorros pela corrente de retorno. Seja como for, o estrago foi feito.

Na última década, a política latino-americana parece mais com uma praia de tombo em dia de mar agitado. Quanto maior é o declive, mais curtas são as ondas, mas também mais agitadas e violentas. Como passar a linha de arrebatamento sem ser impedido pela sequência de ondas curtas que rompem como turbilhão? Ficar na beira parado, perplexo, emocionado ou apenas observando não parece ser a melhor opção; atrás vêm outras. 

***María Julia Giménez** nasceu em Bahía Blanca, Argentina. É doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), licenciada e bacharel em História pela Universidad Nacional del Sur, mestre em História e Memória pela Universidad Nacional de La Plata e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente faz pós-doutorado na UFRRJ com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

A INFLEXÃO AUTORITÁRIA DE NAYIB BUKELE

Os giros de El Salvador

A chegada de Nayib Bukele à presidência fez as análises citarem um “giro bukelista” no país. Contudo, esse é também um giro autoritário, notadamente à luz da tentativa de autogolpe em 2020, da destituição dos cinco magistrados não alinhados da Corte Suprema do país em 2021 e da reinterpretação da Constituição que lhe permitiu concorrer à reeleição em 2024

POR SIMONE DA SILVA RIBEIRO GOMES*

El Salvador, localizado na América Central, tem 6,5 milhões de habitantes em 20.935 km². Na segunda metade do século XX, o país sofreu com guerras cujos efeitos foram devastadores. Um de seus legados foi um país enxuto em recursos e mão de obra. Nas cadeias globais de valor, suas exportações se concentram em manufaturas de baixo valor agregado, principalmente têxteis, voltadas ao mercado norte-americano. Ao lado dessas exportações, a principal fonte de divisas salvadorenhas são remessas de migrantes, cujo valor equivale a um quarto do PIB do país.

A história recente de El Salvador se confunde com a figura do presidente Nayib Bukele. Prefeito em Nuevo Cuscatlán em 2012, Bukele passou de quadro do partido advindo da guerrilha Frente Farabundo Martí para la Libera-

ción Nacional (FMLN) para artífice da virada autoritária no país. Atualmente em seu segundo mandato, o presidente pode ser caracterizado como um populista sem propósitos ideológicos firmes.¹ Em 1994, deu-se a primeira eleição após a guerra civil disputada por partidos de posições ideológicas antagônicas, com o polo à direita ocupado pelo Alianza Republicana Nacionalista (Arena). No entanto, foi o conflito na FMLN – força política de esquerda – iniciado pelo já popular Bukele, terminando em sua expulsão em 2017, que facilitou sua aproximação com a direita, filiando-se ao recém-criado partido Gana.

A chegada à presidência da figura do jovem mandatário conhecido pelos tuítes em 2019 fez as análises citarem um “giro bukelista” no país. Contudo, esse é também um giro autoritário, notadamente à luz da tentativa de autogolpe

em 2020, passando pela destituição dos cinco magistrados não alinhados da Corte Suprema do país em 2021, seguido de uma reinterpretação da Constituição que lhe permitiu concorrer à reeleição. Em 2024, o incumbente foi reeleito com 83% dos votos. Entre pesos e (retirada de) contrapesos, a governança política do século XXI personificada por Bukele vem demonstrando um desapeço pela democracia.

O imbróglio e o fascínio exercidos por Bukele extrapolam suas posições controversas expressas on-line, para a propaganda da segurança pública do governo. Afinal, El Salvador foi de país mais violento do mundo em 2015, com um assassinato por hora e 4 mil por ano, a um dos países mais seguros da América Latina em 2023. A violência criminal remonta à década de 1990. E essa violência não é acidental, dado que, passadas

três décadas da assinatura dos Acordos de Paz, foram muitos os planos para lidar com a insegurança no país. Desde a presidência de Francisco Flores Pérez (1999-2004), da Arena, as políticas de mano dura, ou seja, de endurecimento da repressão, foram aprofundadas, salvo por uma exceção. Foi Mauricio Funes (2009-2014), presidente pela FMLN, quem entrou para a história pelo inédito diálogo com as principais gangues do país: Mara Salvatrucha e Barrio 18. A ideia era dialogar intra e extracarceralmente para melhorar as condições de vida dos membros nos estabelecimentos penais, de forma a reduzir o número de assassinatos.

Bukele, à época, era prefeito da capital San Salvador e também ficou conhecido pelo engajamento nesse pacto, mas jamais admitiu. Para ele, os avanços de seu governo eram resultado de mais um dos planos de segurança pública. Março de 2022 marcou o giro autocrático de Bukele, quando a Mara Salvatrucha assassinou 87 pessoas em menos de 72 horas. Esse episódio serviu de subterfúgio para uma inflexão autoritária, com a instauração de um regime de exceção renovado periodicamente desde então. O Legislativo endossou a suspensão de diversos direitos constitucionais, e desde então mais de 70 mil salvadorenhas foram presos.

O mesmo giro – autoritário – bukelista responsável pela alta popularidade

A DISPUTA ENTRE LACALLE POU E YAMANDÚ ORSI NO URUGUAI

Uma eleição anunciada

Governo liberal conservador chega para a disputa desgastado por dificuldades nas áreas econômica e de segurança, e esquerda deve voltar ao poder no Uruguai

POR MARIANNA ALBUQUERQUE E DÉBORA BEDIM*

No próximo dia 27 de outubro, o Uruguai passará por uma eleição presidencial para decidir quem sucederá a Luis Lacalle Pou no comando do país. Em 2019, o político do Partido Nacional (ou Blanco) pôs fim a quinze anos de governos de centro-esquerda da coalizão Frente Ampla, liderados por Tabaré Vázquez e José Mujica. As pesquisas de intenção de voto mais recentes indicam que o candidato da Frente Ampla, Yamandú Orsi, deve ganhar o pleito. O que explica essa tendência de reversão de rumos políticos após cinco anos?

Os temas mais abordados na campanha eleitoral dão algumas pistas. O contraste entre visões de desenvolvimento opõe, de um lado, o conhecido apoio da Frente Ampla a políticas econômicas e sociais progressistas e, do outro, a visão mais liberal conservadora dos *blancos*, hoje li-

derados por Álvaro Delgado, ex-secretário da presidência de Lacalle Pou. Além disso, a segurança pública ganhou destaque em razão do aumento da criminalidade, especialmente relacionada ao narcotráfico.

Foi precisamente nas agendas de economia e segurança que o atual governo teve resultados limitados. Em ambas, atuou em estreita vinculação com a política externa. Nos primeiros anos do mandato, após os acontecimentos desencadeados pela pandemia de Covid-19, buscou fortalecer as relações econômicas com a China, sobretudo por meio da proposta de um tratado de livre comércio entre o Mercosul e o país asiático. Apesar de as regras do bloco sul-americano exigirem consenso entre os membros para um acordo desse tipo, Lacalle Pou demonstrou interesse em perseguir uma associação de livre comércio com a China em bases bilaterais.

A postura se intensificou em 2024, quando o país assumiu a presidência *pro tempore* do bloco. No cargo, propôs a reativação do Mecanismo de Diálogo Bilateral com a China, a fim de identificar instrumentos para avançar uma integração econômica. O assunto, porém, gerou resistências de Argentina, Brasil e Uruguai e não prosperou.

Por sua vez, a aproximação em termos de segurança e defesa com os Estados Unidos foi marcante. Em 2023, as comissões de Assuntos Internacionais e Defesa Nacional do Congresso uruguaio aprovaram um acordo militar bilateral. A cooperação passou a englobar áreas como preparação para desastres ambientais, segurança marítima, cibersegurança e missões de paz. Em fevereiro último, a chefe militar do Comando Sul norte-americano, Laura Richardson, visitou o país e se reuniu com diversas autoridades


e líderes militares, a fim de mostrar publicamente a força do diálogo estabelecido.

Um episódio, porém, mostrou os limites da interação. Em abril deste ano, um navio da Guarda Costeira do Exército norte-americano entrou no espaço marítimo uruguaio sem receber autorização do Congresso do país, que dispõe da prerrogativa de permitir a incursão de militares estrangeiros em seu território. Apesar de os Estados Unidos terem declarado que o movimento se deu no âmbito de uma política para aumentar a interoperabilidade com países sul-americanos para combater a pesca ilegal, a atividade foi cancelada pelo Executivo após uma grande repercussão negativa.

Ainda assim, convergências com Washington voltaram a se manifestar após a eleição na Venezuela, em julho. Lacalle Pou declarou que o processo eleitoral conduzido por Nicolás Maduro foi fraudulento, pediu a divulgação das atas eleitorais e, na ausência delas, reconheceu a vitória do candidato de oposição, Edmundo González, em uma réplica da postura adotada pela chancelaria norte-americana. Em resposta, Maduro expulsou os diplomatas uruguaios do país e, até o momento, não há previsão de normalização das relações.

Além de China e Estados Unidos, o governo buscou outras parcerias internacionais. Diante do imperativo da transição


O MANDATO-TAMPÃO DE DANIEL NOBOA NO EQUADOR

entre os salvadorenhos e com a direita global é criticado por organizações de direitos humanos. Se os primeiros afirmam que foram os planos de segurança pública que funcionaram – logo, os índices de homicídio caíram drasticamente –, os últimos sublinham as condições em que isso se deu, com base em sistemáticas violações de direitos. Não à toa, nessa mesma época houve uma *cristianização* da retórica do presidente, notadamente em relação aos direitos LGBTQIA+ e ao aborto, criminalizado em todas as instâncias. Essa popularidade pode ser lida, ao menos entre a população, como efeito de uma grande tolerância à ausência de liberdades² e da satisfação com a *resolução* do problema das gangues. Previsto originalmente para durar um mês, o estado de exceção do país já foi estendido por outros trinta meses. Resta saber quantos direitos serão violados e quão mais securitizada a segurança pública será em troca de uma vida sem as gangues. 

***Simone da Silva Ribeiro Gomes** é professora do Departamento de Sociologia e Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPel.

- 1 Ver o relatório de Manuel Meléndez-Sánchez: "Democracia y derechos humanos: la ultraderecha en El Salvador: el peculiar caso de Nayib Bukele", Fundación Friedrich Ebert, nov. 2023.
- 2 Ver Latinobarómetro, "Informe 2023: la recesión democrática de América Latina", Santiago, 21 jul. 2023.

energética, investiu mais em energias renováveis, especialmente eólica e solar. Um projeto para produzir hidrogênio verde procura vincular o capital privado nacional a investimentos estrangeiros, sobretudo da Europa e da Ásia. Em infraestrutura, procurou o Brasil. Novas obras acordadas com o governo Lula incluem a binacionalização do aeroporto de Rivera, a construção da Hidrovia Uruguai-Brasil na Bacia da Lagoa Mirim e a construção de uma ponte sobre o Rio Jaguarão.

Em suma, o quinquênio de Lacalle Pou foi marcado por uma política de incremento da dependência de mercados, capitais, militares e chancelarias de outros países, buscados de forma preferencialmente bilateral, para lidar com desafios econômicos e securitários. Faltou combinar melhor, porém, com os vizinhos do Mercosul, o Congresso e a opinião pública. A provável volta da Frente Ampla ao poder tende a mudar esse curso de ação, mas isso dependerá, em parte, das pressões que o novo governo dos Estados Unidos, a partir de 2025, exercerá sobre o pequeno país sul-americano. 

***Marianna Albuquerque** é professora do Irid-UFRJ e coordenadora do Observatório Político Sul-Americano (Opsa) do Iesp-Uerj; e **Débora Bedim** é pesquisadora do Opsa.

Influência em queda do presidente *influencer*

O cenário de instabilidades vem levando a uma queda gradual na popularidade de Daniel Noboa, que conta hoje com 52% de aprovação da população. Enquanto isso, a próxima eleição presidencial já desponta no horizonte, marcada para fevereiro de 2025

POR GHAIO NICODEMOS E BEATRIZ BANDEIRA DE MELLO*

Em novembro de 2023, Daniel Noboa chegou à presidência do Equador para cumprir um mandato-tampão de dezoito meses, após o antecessor, Guilherme Lasso, renunciar em meio a uma crise política. Filho jovem de um magnata do país, Noboa, até então deputado federal, cresceu nas redes sociais, durante a eleição, amparado por uma comunicação digital eficiente em atingir públicos diversos. Seu discurso combinava as promessas de recuperar a economia nacional por meio de um projeto liberal e promover um plano de segurança pública capaz de conter a crescente violência do narcotráfico.

Uma vez no governo, Noboa compôs um gabinete ministerial baseado em equidade de gênero e orientado, no plano retórico, para atender a demandas sociais ligadas à juventude, ao meio ambiente e aos movimentos sociais. Indicou a postos-chave, em sua maioria, egressos das maiores empresas privadas do Equador, ativistas ligados a ONGs estrangeiras e *influencers* digitais.

Em nome da governabilidade, buscou o apaziguamento ao costurar uma aproximação com o *Revolución Ciudadana*, partido de esquerda ligado ao ex-presidente Rafael Correa, que saiu derrotado do segundo turno da eleição presidencial (quando foi representado por Luisa González), mas conquistou a maior bancada na Assembleia Nacional. Noboa também se afastou da própria vice-presidente, Verónica Abad, apoiadora de figuras da extrema direita regional, como Nayib Bukele e Javier Milei. Mandou-a servir como embaixadora em Israel, o que abriu uma crise na relação entre ambos.

Feitos tais movimentos iniciais, o primeiro teste do governo ocorreu em janeiro de 2024, quando houve uma fuga em massa de presidiários ligados ao narcotráfico, que, em seguida, promoveram uma onda de violência e assassinatos no país. Invadiram, inclusive, estações de

televisão, que transmitiram as imagens ao vivo. Noboa decretou estado de sítio, determinou toque de recolher e mandou militares para as ruas. As medidas seguem em vigor até hoje em algumas províncias do país.

Registrando uma alta aprovação (80%) da população em março, Noboa conseguiu aprovar uma série de mudanças legais e constitucionais para combater o crime organizado. Com os Estados Unidos, firmou acordos para a realização de operações militares conjuntas, com concessão de privilégios, imunidades e livre trânsito de veículos operados pelo Departamento de Defesa norte-americano em território equatoriano.

Noboa ainda não confirmou se tentará a reeleição, mas dá sinais de que apostará na agenda de segurança para se cacifar

Na prática, tais ações significaram um aprofundamento da estratégia de militarização da segurança pública, amparada por uma relação estreita com Washington, em vigor no país desde o fim do governo Correa, a partir de 2017. As medidas de Noboa levaram, entretanto, a um tensionamento do acordo de governabilidade com o *Revolución Ciudadana*, crítico delas.


A ruptura definitiva entre as partes ocorreu em abril, quando o ex-presidente correísta Jorge Glas foi retirado, por policiais federais, da embaixada do México, onde buscava asilo diplomático por se considerar perseguido pela Justiça equatoriana em um caso de corrupção. O incidente pôs fim à maioria que o governo detinha na Assembleia Nacional.

Além das instituições, Noboa perdeu apoio popular ao não cumprir outra

promessa que teve destaque na campanha eleitoral: concretizar a decisão de um plebiscito de 2023 no qual a maioria da população votou pelo fim da exploração de petróleo na reserva de Yasuní. A continuidade das atividades suscitou protestos de rua liderados pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie) e organizações ambientalistas, que também reivindicam a redução do uso de gás natural.

Pressionado por um acordo assinado com o FMI em 2019 e mantido em vigor, o governo adota uma política de austeridade fiscal. Dada a pressão por mais investimentos em segurança, tornou-se mais dependente dos recursos oriundos do setor de combustíveis fósseis (no qual empresas estrangeiras atuam) para pagar a dívida externa contraída, em um círculo vicioso de dependência externa.

O cenário de tantas instabilidades vem levando a uma queda gradual na popularidade de Noboa, que conta hoje com 52% de aprovação da população. Enquanto isso, a próxima eleição presidencial já desponta no horizonte, marcada para fevereiro de 2025. Noboa ainda não confirmou se tentará a reeleição, mas dá sinais de que apostará na agenda de segurança para se cacifar.

Medidas anunciadas incluem a busca de capital estrangeiro para financiar o ambicioso Plano Fênix (que almeja reformar o sistema penitenciário, ampliar presídios de segurança máxima e reequipar as forças policiais e militares) e uma reforma constitucional para permitir a instalação de bases militares estrangeiras no país (como os Estados Unidos tinham no passado até serem proibidas no governo Correa). Se reeleito, Noboa indica ter muito o que conversar com quem ocupar a Casa Branca a partir do ano que vem. 

***Ghaio Nicodemos** e **Beatriz Bandeira de Mello** são pesquisadores do Observatório Político Sul-Americano (Opsa) do Iesp-Uerj.

DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE REPUBLICANOS E DEMOCRATAS

A corrida pela Casa Branca e seus impactos no Brasil e América Latina

Qualquer que seja o resultado da disputa marcada para 5 de novembro, a América Latina permanece central para a manutenção da posição global dos Estados Unidos como uma superpotência. A maior diferença parece ocorrer quando se examinam os impactos sobre forças políticas nos planos nacionais: a vitória republicana deve fortalecer os movimentos de ultradireita, enquanto um triunfo democrata tende a manter uma abordagem mais discreta e um discurso mais progressista

POR LÍVIA PERES MILANI E LUCIANA WIETCHIKOSKI*

Faltando cerca de um mês para as eleições presidenciais dos Estados Unidos, a América Latina praticamente não é mencionada nas plataformas de política externa dos candidatos. As referências claras de Kamala Harris e Donald Trump à região surgem apenas em pautas relacionadas à imigração e ao controle de fronteiras, e não em debates sobre diplomacia. Contudo, isso não quer dizer que o chamado “Hemisfério Ocidental” será negligenciado a partir do próximo mandato, seja qual for o vencedor do pleito. A América Latina tem relevância geopolítica e econômica inegável para os Estados Unidos e atualmente permanece central para a manutenção da posição global do país como uma superpotência. Portanto, fica a pergunta: o que podemos esperar dessas eleições para a América Latina?

Destacamos dois pontos: em primeiro lugar, há expectativa de continuidade, independentemente do candidato eleito, na agenda de contraposição à presença de potências externas. O segundo sugere que uma vitória republicana tende a fortalecer a extrema direita no Brasil e na América Latina. Entender as semelhanças entre os dois candidatos é crucial para pensar os impactos da disputa eleitoral em termos de política externa para a América Latina e para o Brasil. A narrativa que apresenta o pleito como uma oposição entre duas visões de mundo distintas obscurece as convergências entre republicanos e democratas – especialmente no que diz respeito à defesa consistente da hegemonia global norte-americana. A eleição reflete escolhas estratégicas mais amplas, como a continuidade no enfrentamento de rivais globais, como a China, e o impacto dessas políticas na estabilidade política regional.

A maior diferença parece ocorrer quando se examinam os impactos sobre forças políticas nos planos nacionais, pois uma vitória do Partido Republicano tende a fortalecer os movimentos de ultradireita;¹ em particular, pode intensificar o avanço da extrema direita na América Latina. Já uma vitória democra-

ta tende a manter uma abordagem mais discreta e um discurso mais progressista, sem grandes mudanças estruturais. Assim, neste texto, analisamos as possíveis repercussões das eleições nos Estados Unidos para a América Latina, explorando tanto o papel estratégico da região como os impactos indiretos no cenário político interno dos países latino-americanos, com destaque para o Brasil.

OPOSTOS, MAS NÃO TÃO DISTANTES: POLÍTICA EXTERNA E GRANDES POTÊNCIAS NA REGIÃO

Tradicionalmente, a narrativa sobre a América Latina nos debates eleitorais é definida pela agenda da imigração em massa e sua associação com o crime organizado. Nesse contexto, a região deve receber atenção pública em razão de ser representada como uma fonte de

instabilidade. No atual pleito, essa visão se mantém, e, apesar de ambos os candidatos afirmarem ter soluções distintas, uma análise do perfil de Harris e de Trump aponta para uma provável continuação das políticas de bloqueio de fronteiras e repressão.

Embora Donald Trump tenha uma postura mais agressiva nesse campo, Kamala Harris não fica muito atrás. Durante seu mandato como vice-presidente, ela aconselhou potenciais migrantes guatemaltecos da seguinte forma: “Não venham”.² Em sua gestão, que inclui a responsabilidade pela imigração na América Latina, o governo democrata manteve diretrizes polêmicas da administração Trump, como o uso do Título 42 para controle rigoroso das fronteiras e uma grande dificuldade para desmantelar o programa Permanecer no México.

Isso demonstra uma continuidade maior do que diferenças na abordagem em relação à migração latino-americana.

Além dos temas mais constantes da agenda de campanha para a América Latina, outra questão revela as semelhanças entre os candidatos: a crescente desconfiança em relação à presença econômica da China na América Latina. Tanto o alarmismo como as políticas propostas são bastante similares entre os partidos. Assessores do Partido Democrata, assim como do Republicano, entendem que a contraposição com a China deve passar pela adoção de políticas que incentivem o comércio e os investimentos norte-americanos na América Latina. Contudo, tanto o programa Growth in the Americas, lançado pela administração Trump, como o Americas Partnership for Economic Prospe-



Nos EUA, tanto administrações democratas quanto republicanas defendem ideais imperialistas sobre a América Latina

rity, encabeçado por Biden, não tiveram grandes repercussões. A promessa de que o *nearshoring* – o deslocamento da produção de filiais de empresas transnacionais com sede nos Estados Unidos para áreas geograficamente próximas de seu território – seria benéfico para a região permanece no papel.

Se a expectativa de benefícios econômicos não se reverte em resultados concretos, algo normal na política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina, não podemos dizer o mesmo do esforço nos círculos da burocracia estatal da grande potência: Departamento de Estado, de Defesa e agências como a U.S. Agency for International Development (Usaid) e a Central Intelligence Agency (CIA). Com crescente atuação do Departamento de Defesa e sua principal burocracia na região, o Comando Sul, observa-se uma intensificação da militarização da presença dos Estados Unidos, que objetiva contrapor-se à China.

Com participação integrada das outras burocracias norte-americanas presentes na região, desde a administração Trump, em 2017, tem-se intensificado a pressão sobre os países latino-americanos para se distanciarem da China e, em menor escala, da Rússia e do Irã. Isso passa por treinamentos militares, mas também por relações de alto nível proporcionadas pelo acesso do Departamento de Estado às burocracias latino-americanas. Nesse contexto, o grande alerta das duas últimas administrações se concentra ao acesso dessas potências estrangeiras aos recursos estratégicos.

Desde os primórdios da construção da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina, o projeto se deu por meio da negação de influências externas. Desde o século XIX, em diversos momentos os Estados Unidos lutaram e mantiveram sua primazia: com os ingleses, os franceses no século XIX, os alemães e os italianos durante a Segunda Guerra Mundial e, em seguida, com a União Soviética. Hoje, os Estados Unidos enfrentam a presença da China, país que se tornou o principal parceiro comercial da maioria das nações sul-americanas e tem projetos infraestruturais importantes e, principalmente, acesso a minerais estratégicos. É algo estrutural, muito mais perene do que governos, uma vez que ambos os partidos sempre agem em defesa da hegemonia.

Tanto a volta da contraposição a grandes potências como o crescente protagonismo do Comando Sul tem impactos relevantes para o Brasil. Em primeiro lugar, coloca dificuldades à tentativa do governo Lula de reconstruir uma política externa baseada na diversificação de parcerias, defesa da paz e multilateralismo. Retomar a política externa “ativa e ativa” da passagem anterior pelo governo torna-se mais desafiador. Ao mesmo tempo, também se observa a continuidade e mesmo a intensificação das relações entre os militares brasileiros e dos

Estados Unidos, refletindo a militarização da presença da potência na região.

Desde a ratificação do Acordo de Cooperação em Defesa, em 2015, observamos aumento da proximidade entre as Forças Armadas dos dois países, com a realização de exercícios conjuntos – inclusive em território nacional – e de cursos e formações continuadas de oficiais brasileiros nos Estados Unidos.³ O empréstimo de um oficial brasileiro para atuação no Comando Sul reflete essa tendência, inclusive a preferência dos militares brasileiros por relações com a potência. Assim, os Estados Unidos reforçam sua parceria com um ator influente na política nacional e que, historicamente, demonstrou pouco apreço à democracia ou aos direitos humanos.

IMPACTOS POLÍTICOS IDEOLÓGICOS DE UMA VITÓRIA DE TRUMP: O FORTALECIMENTO DA ULTRADIREITA

O resultado do pleito eleitoral de novembro também pode alterar as relações de força em âmbito transnacional. Em 2016, o referendo para a saída do Reino Unido da União Europeia, em junho, e a eleição de Donald Trump, em novembro, sinalizaram a ascensão política das ultradireitas no Norte Global, tendência que se complementou na América Latina com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018. Se naquele momento a ascensão das ultradireitas parecia irreversível, os resultados eleitorais de 2019, nos Estados Unidos, e de 2022, no Brasil, mostraram que é possível derrotar tais forças por meio da mobilização popular e de alianças de forças progressistas. Por outro lado, consolidou-se a “normalização”⁴ dessas forças políticas, ou seja, o fato de que saíram das margens e se tornaram parte do *mainstream* político.

Uma das características das ultradireitas contemporâneas é sua articulação no plano transnacional. Ainda que com especificidades locais importantes, a retórica contrária à governança global, à expansão dos direitos humanos e ao multilateralismo une transnacionalmente as vertentes nacionais da ultradireita. Exemplo disso são as reuniões da Conservative Political Action Conference (CPAC), evento que ocorre desde a década de 1970 nos Estados Unidos. Hoje, contam com edições no Leste Europeu, Ásia e América Latina, inclusive no Brasil. Na visão de Camila Rocha, esses eventos são uma forma de gerar audiência nas redes sociais e “alavancar a militância orgânica da extrema direita”.⁵

No âmbito do bolsonarismo, Eduardo Bolsonaro é o nome principal dessa tentativa de articulação global e responsável pela importação das CPACs para o país.⁶ No caso do Brasil, a ultradireita norte-americana tem sido a referência principal, e eventos ocorridos aqui transmitem sensação de *déjà-vu* de situações passadas na potência global. A referência à política norte-americana está presente


desde o apelido de “Trump dos Trópicos” para Bolsonaro até a invasão dos prédios dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023, que replicaram a invasão do Capitólio ocorrida no ano anterior. Também é semelhante a estratégia de Bolsonaro e Trump de incentivar, sem apresentar provas, a desconfiança em relação ao resultado eleitoral, disseminando entre seus apoiadores a ideia de fraude.

A derrota de Trump em 2019 sinalizou um enfraquecimento do movimento global e contribuiu para um definitivo isolamento internacional do governo Bolsonaro. Da mesma forma, sua volta ao poder seria comemorada pela militância bolsonarista – além de gerar recursos de poder para fortalecer as pautas reacionárias no cenário global.

Nesse contexto, os assessores do Partido Democrata enfatizam o papel que a potência teve na transição de governo no Brasil, quando procurou desincentivar as tentativas de ruptura democrática. De fato, o rápido reconhecimento internacional da vitória eleitoral de Lula, em outubro de 2022, e a imediata condenação de autoridades norte-americanas ao 8 de janeiro compõem, com outros elementos, a falta de apoio à tentativa de golpe no Brasil. De acordo com reportagem do *Financial Times*, a Casa Branca instruiu diplomatas e militares a passar para seus homólogos brasileiros a mensagem de que não tolerariam tentativas de minar o processo eleitoral.⁷ Em tal cenário, o Partido Democrata busca construir a narrativa de que um governo de continuidade seria mais interessante para a vitalidade da democracia na América Latina, refletindo o discurso da campanha interna, no qual o partido se apresenta como bastião da democracia.⁸

A referida reportagem do *Financial Times*, contudo, mostra também algumas das nuances da defesa da democracia pelo atual governo dos Estados Unidos. O ex-vice-presidente, Hamilton Mourão, por exemplo, é citado como alguém do núcleo central do governo Bolsonaro que seria confiável para transmitir a mensagem da Casa Branca – apesar das homenagens feitas por este ao regime burocrático-autoritário. Além disso, destaca-se a confiança do periódico nas Forças Armadas brasileiras como uma instituição confiável, que teria tentado ficar “fora da política desde que o poder foi devolvido aos civis em 1985”,⁹ negligenciando o crescente protagonismo político dos militares, que antecede Bolsonaro. O governo Biden também pouco fez pela regulamentação das mídias sociais sediadas em Washington, especialmente de suas atividades em língua estrangeira, que são um dos meios de propagação da desinformação que permeia o discurso das ultradireitas no Sul Global.¹⁰ A visão da democracia pelos Estados Unidos é limitada: trata-se de uma versão liberal representativa que não preza pela participação social.

Além disso, no plano global, o discurso de defesa da democracia pelo governo dos Estados Unidos é mediado por questões geopolíticas e contradições derivadas dessa prioridade. A Estratégia de Segurança Nacional¹¹ desse governo, por exemplo, apresenta a rivalidade com a China como parte de uma competição global entre Estados democráticos e Estados autoritários. No caso do Brasil, a mobilização pró-democracia e a aproximação entre forças progressistas dos dois países pouco contribuíram para avanços nas relações bilaterais: a defesa de uma ordem multipolar e a proximidade do Brasil com Rússia e China continuam a ser percebidas com desconfiança por Washington.

Se a história é um bom guia, quando questões de segurança nacional entram em cena as contradições da política externa dos Estados Unidos tendem à intensificação. Se as limitações da defesa à democracia persistem em um governo do Partido Democrata, o cenário é ainda mais sombrio caso os cidadãos, via colégio eleitoral, optem por um presidente que reforça tendências autoritárias interna e externamente. A situação fica ainda mais complexa quando se adiciona o fato de que os militares têm se tornado os grandes protagonistas das relações bilaterais. 

***Livia Peres Milani** é pesquisadora de pós-doutorado do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Tiradentes (Unit-SE), com financiamento Capes, processo 88887.964784/2024-00; e **Luciana Wietchikoski** é professora de Relações Internacionais da Unisinos e colunista da *Interesse Nacional*.

1 O termo “ultradireita” é usado em convergência com Cas Mudde, que o emprega como um termo guarda-chuva, que abrange tanto a direita radical como a extrema direita. Esta contesta a democracia liberal, aquela mantém um verniz democrático ao mesmo tempo que limita os direitos das minorias. Cas Mudde, *The far right today* [A ultradireita hoje], John Wiley & Sons, 2019.

2 Courtney Subramanian, “Como Kamala Harris superou desconfianças de democratas para ser candidata a presidente dos EUA”, BBC News Brasil, 20 ago. 2024.

3 Ana Amélia Penido, Livia Peres Milani e Luciana Wietchikoski, “As relações militares Estados Unidos-Brasil e a dependência estratégica (2016-2022)”, *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v.12, n.23, p.134-170, 2023.

4 Mudde, op. cit.

5 Andrea Dip et al., “CPAC põe Brasil no centro da extrema direita internacional, diz cientista política”, Agência Pública, 13 jul. 2024.

6 Ver: <https://cpacbr.com.br/>.

7 Michael Stott, Michael Pooler e Bryan Harris, “The discreet US campaign to defend Brazil's election” [A discreta campanha dos EUA para defender as eleições no Brasil], *Financial Times*, 21 jun. 2023.

8 Ricardo Zúñiga e Nicholas Zimmerman, “In the Americas, Democrats’ ‘Soft Power Matters’” [Nas Américas, “soft power democrata importa”], *Americas Quarterly*, 16 jul. 2024.

9 Stott, Pooler e Harris, op. cit.

10 Natalia Viana, “Biden Can't Ignore America's Role in Brazil's Insurrection” [Biden não pode ignorar o papel dos Estados Unidos na insurreição do Brasil], *Foreign Policy*, 10 fev. 2023.

11 The White House, National Security Strategy [Estratégia de Segurança Nacional], out. 2022.

QUAL POLÍTICA OS DEMOCRATAS ADOTARIAM EM CASO DE VITÓRIA?

Kamala ou a ilusão da mudança

Quem é Kamala Harris e o que ela propõe? Candidata do Partido Democrata sem ter feito campanha, a vice-presidenta revigorou seu partido. No entanto, a adulação que a cerca não se refere nem à sua ação passada nem ao seu programa, mas à esperança de que ela impedirá uma nova eleição de Donald Trump. Kamala venceu amplamente o primeiro debate televisivo. Será que agora ela vai esclarecer suas intenções?

POR THOMAS FRANK*, ENVIADO ESPECIAL

Falando há algumas semanas diante da convenção democrata, Michelle Obama descreveu “a impaciência, o entusiasmo e a euforia de ver renascer a perspectiva de um futuro mais radiante”. No conjunto, o público apreciou. No entanto, alguns consideraram essas palavras terrivelmente inoportunas e até mesmo insultantes. Um apoiador democrata não deveria acreditar que o presente já é radiante? O atual ocupante da Casa Branca, Joe Biden, que havia feito um discurso menos elaborado no mesmo palco na noite anterior, é há muito tempo um fiel membro do partido. Sua presidência não deveria simbolizar uma apoteose política?

De certa forma, Michelle Obama apenas constatou o óbvio. Era inegável que o ginásio de Chicago que sediava o evento transbordava de energia e excitação. Estava-se muito longe do encontro fútil e sonolento havia muito anunciado; estar no meio de democratas subitamente otimistas tinha algo de inebriante. Toda noite, no horário nobre, o local estava lotado, uma multidão de militantes eufóricos gritava e aplaudia freneticamente entre as ovações. Claramente, substituir Biden por sua vice, Kamala Harris, havia sido o golpe do século.

Apenas um mês antes, esses mesmos democratas estavam presos ao passado e frustrados em frente à televisão, vendo seu candidato, de boca aberta e braços caídos, ser superado por seu adversário. E que adversário! Aquele terrível republicano Donald Trump, o pior dos canalhas, uma mistura de bobo, criminoso, plutocrata, idiota e tirano, estava destroçando o pobre velho Joe diante das câmeras e nas pesquisas.

E então tudo se inverteu. Agora era Trump quem estava paralisado, perplexo e desorientado diante do novo desafio. E Harris avançava com seus planos para ocupar o vasto terreno central e ganhar vantagem nas pesquisas. Ela organizava comícios gigantes em todo o Meio-Oeste. O Partido Democrata encarnou o glamour, o dinamismo, a exuberância, a energia e até mesmo a juventude.

Essa virada se deveu simplesmente ao fato de finalmente terem encontrado alguém que pode derrotar Trump? A explosão de fervor na convenção parece sugerir que há algo mais. Ao ver os veteranos

do partido no palco repetindo platitudes, é possível imaginar que, dessa vez, estaria de fato acabando o tempo para esse triste grupo de líderes medíocres que haviam comandado o aparato democrata e o país por tantos anos. Seria o fim das obscuras obsessões dos anos 1960. Essa velha guarda, paralisada pelo medo de retaliações da direita e relutante em enfrentar os republicanos diretamente sobre qualquer questão, da guerra à reforma da seguridade social, estaria saindo de cena. Chegava ao fim sua brilhante arte do compromisso, que ao final devastou seu próprio partido. Sua veneração pelos bancos e pela “inovação financeira”. Sua cruel indiferença em relação ao destino dos trabalhadores. Suas ternas declarações de amor à “classe criativa”. Toda essa geração, que nos atormentava desde os anos 1980, deixava para trás um legado calamitoso, e hoje, finalmente, estaria sendo empurrada para fora.

O Partido Democrata está realmente à beira de um renascimento? Três elementos podem sugerir que sim. Primeiro, Harris escolheu como companheiro de chapa Timothy Walz, governador de Minnesota, um populista à moda antiga do Meio-Oeste, uma espécie de homem comum que personifica uma orientação operária que os democratas há muito tempo não tinham. (Pode-se objetar, é claro, que a vice-presidência é uma função quase exclusivamente simbólica.) Segundo, vários líderes sindicais tiveram a honra de discursar no horário nobre durante a convenção, entre eles o temível Shawn Fain, presidente do United Auto Workers (UAW, o sindicato dos trabalhadores da indústria automobilística). O público foi até agraciado com uma breve explicação sobre o sentido original, positivo, da palavra “populismo”.¹ Terceiro, o otimismo está de volta. Se Harris conquistou tanto apoio, é também por causa de sua alegria incontida. Mesmo que as pessoas sérias minimizem esse fator, seu efeito revigorante após anos de pandemia, inflação e guerras culturais nas redes sociais não deve ser subestimado.

Pensando bem, essa lista não é muito impressionante. Trata-se de mudanças mais cosméticas do que qualquer outra coisa, indicando sobretudo um aprimoramento da estratégia de mar-

keting. A verdade é que, como sempre, a continuidade tem grandes chances de prevalecer, e os defensores do empresariado provavelmente manterão o controle sobre o partido. Afinal, não é a primeira vez que os norte-americanos são apresentados a uma nova geração de democratas elogiada por sua juventude, idealismo e originalidade que acaba se revelando pior que a anterior.

Foi, aliás, no mesmo local em Chicago que Bill Clinton aceitou a nomeação democrata em 1996. Em uma atmosfera igualmente eletrizante, o “homem de Hope” (sua cidade natal no Arkansas, cujo nome significa “esperança”) prometeu construir “uma ponte para o século XXI”, uma visão magnífica, cheia de promessas futuristas. Jovem, inteligente, otimista, ele conseguiu um segundo mandato. E construiu essa ponte: acordos de livre comércio que desindustrializaram regiões inteiras do país e um programa de desregulamentação financeira que levou diretamente à crise de 2008. Obrigado, idealistas.

Contrariamente às aparências, assistir aos quatro dias da convenção democrata foi menos um prazer e mais um teste de resistência. Além de pagar caro por comida ruim, era difícil encontrar um lugar para se sentar, e os assentos eram desconfortáveis. A hierarquia oficial estabelecida entre os participantes era complementada por outra, ainda mais impenetrável, uma “casta baseada nos recursos”, segundo a fórmula do jornalista David Sirota. Visivelmente, os democratas queriam transpor sua filosofia de governo para o plano de assentos do salão.

Como espectador, foi como estar preso em um comercial de TV interminável. Os dias passaram, e nada de espontâneo aconteceu. Tudo era roteirizado, ensaiado, cronometrado. Nenhuma pergunta do público. Nem sinal de desacordo. A multidão aplaudia sob comando e gritava os mesmos slogans *ad nauseam* (“Não vamos voltar atrás”, “Quando lutamos, vencemos”). A máquina funcionou perfeitamente.

Dado que a mídia havia alertado por meses sobre o risco de confrontos feroces em torno de Gaza e a respeito de questões ambientais, e todos os discursos tiveram de ser reescritos às pressas para refletir a mudança da candidatura

presidencial, pode-se considerar notável que a máquina não tenha emperrado.

Contudo, visto de arquibancadas bombardeadas incessantemente por estroboscópios, aquele longo desfile de políticos de segunda linha lendo seus textos no teleprompter tendia a embotar a mente, como um concurso de beleza em que todos os concorrentes começavam a se misturar. Já no segundo dia, parecia inútil gastar a ponta do lápis anotando o que eles diziam.

O que sobressai nesse oceano de banalidades é a lembrança de algumas justaposições incongruentes, à imagem das próprias políticas democratas. Como quando a cantora Pink subiu ao palco para entoar “What About Us?” [E nós?], um hino comovente sobre a traição de nossos líderes. “O que acontecerá com nossos ‘bilhões de belas almas’ agora que fomos enganados?”, ela perguntava. “E todas essas promessas de um belo futuro que foram quebradas? [...] E todos esses planos que deram errado?”

Quando se ouviram essas palavras de infinita tristeza, por um momento pareceu que os democratas iriam fazer isso – enviar alguém ao palco para reconhecer todos os erros acumulados ao longo do tempo. Mas não. Assim que a música terminou, os telões mostraram um vídeo destacando o compromisso da vice-presidenta com o poder militar e a “estabilidade internacional”, seja lá o que isso signifique. Depois, o senador do Arizona Mark Kelly apareceu para falar sobre seus anos nas Forças Armadas e exortar a multidão extasiada de democratas a recuperar o rigor militar. Em seguida, o ex-secretário de Defesa Leon Panetta citou Ronald Reagan e expressou sua confiança de que o Exército norte-americano permaneceria “o mais poderoso do mundo”. Mais tarde, na mesma noite, Harris expressou sua admiração pelas Forças Armadas nacionais, “as mais mortíferas do planeta”. Que as guerras perpétuas continuem *ad infinitum*!

CELEBRAR A DEMOCRACIA, EM QUALQUER LUGAR, MENOS EM CASA

O tema central da convenção era a democracia: se conseguirmos salvá-la, todos os nossos problemas serão resolvidos. Afinal, o estilo de vida norte-americano estaria ameaçado pelo terrível

Trump, um ditador em potencial, cúmplice de autocratas e racistas, que pretenderia arrastar seus rivais à justiça, interromper o processo eleitoral, censurar a imprensa e encorajar seus apoiadores à violência quando não consegue o que quer (pelo menos essa última acusação se baseia em provas bastante convincentes). Como disse um orador: “Você não está votando em uma democrata, está votando pela democracia”.

Entretanto, uma convenção política não deveria ser justamente a democracia em ação? Um local onde os norte-americanos, além de ouvir discursos sobre a defesa da democracia, pudessem debater, decidir as medidas que seu partido deve adotar e escolher seus líderes? De certa forma, a democracia começa em casa. Pelo menos, costumava ser assim.

Todavia, por mais fragilizado que Biden estivesse, ele não enfrentou um rival sério nas primárias democratas. Nenhum debate foi organizado, e em alguns estados a votação foi cancelada por falta de outros concorrentes. Quando seu declínio físico se tornou impossível de ignorar, o presidente retirou-se da corrida em favor de Harris, até então pouco conhecida do grande público (durante as primárias de 2020, ela havia desistido antes mesmo do início das votações). Isso não impediu os líderes do partido de se unir em torno dela em poucos dias, entronizando-a muito antes da convenção e garantindo que a hipótese assustadora de haver dissidências em Chicago fosse eliminada.

Vários palestrantes lembraram o heroísmo da ativista dos direitos civis Fannie Lou Hamer, que, durante a convenção democrata de 1964, denunciou as manobras do partido para excluir os eleitores negros do processo de nomeação. É desnecessário dizer que nenhum ato de bravura desse tipo perturbou o grandioso espetáculo cuidadosamente coreografado que foi a convenção de 2024. A nomeação da candidata, que deveria ser o foco do evento, ocorreu em um clima leve, para não dizer cômico – os organizadores a conceberam como um momento “festivo”. Enquanto os delegados de cada estado anunciavam seus votos, já conhecidos de antemão, um DJ, com óculos escuros e um chapéu grande, tocava músicas populares e animava a multidão (“Meu nome é DJ Cassidy. Vocês estão aqui na chamada nominal dos estados para a convenção democrata!”). Flashes disparavam por todos os lados no meio da multidão em êxtase. Unanimidade perfeita, sem falhas. Foram necessários anos para chegar a esse ponto, mas enfim estavam lá: aquela convenção imitava a democracia, em vez de fazer parte dela. Não tinha como objetivo escolher os líderes de um partido político, e sim permitir que se apresentassem ao mundo. Era uma conversa unilateral: *nós* os ouvimos expor o que era importante para *elas*.

© Dave Center/Wikimedia



Assim como o Partido Republicano, a candidatura de Kamala não promete grandes mudanças à política liberal dos EUA

Em termos de performance de palco, o destaque foi Oprah Winfrey, superestrela da televisão, que em seu auge se dizia ser o reflexo da América comum. A eleição de novembro, explicou a apresentadora, será uma arma para resistir ao retrocesso (uma referência ao direito ao aborto e à segregação racial nos estados do sul), e aqueles que lutam para impedir essa regressão devem ser considerados “combatentes da liberdade”. Oprah chegou a cantar suas últimas frases – uma lembrança memorável, já que raramente se ouvem oradores políticos cantarem neste país. Porém, ela deixou sua marca principalmente por reivindicar valores fundamentais cujo monopólio os republicanos acabaram acreditando possuir: força moral, otimismo, “decência”, “respeito”, lealdade à Constituição e até o voto, pelo qual Trump não esconde sua aversão. “Eu voto”, declarou Winfrey, “porque sou norte-americana, e é isso que nós, norte-americanos, fazemos.” Durante cerca de cinquenta anos, os democratas preferiram manter distância das manifestações de patriotismo, que associavam ao sectarismo e ao belicismo.² No entanto, isso mudou. Por sua ignorância da história e sua atitude crí-

tica em relação ao Exército, Trump afastou-se desses símbolos, garantias de integridade, e seus adversários pretendem recuperá-los. Resultado: jamais uma convenção democrata viu tantas bandeirinhas sendo agitadas nem tantas vozes gritando “U-S-A” a plenos pulmões.

Por sua vez, Harris iniciou sua campanha cercada de mistério. Quem era ela? O que defendia? O programa de Biden ou o dela? Grande parte da convenção foi dedicada a descrever sua personalidade, sem receio de exagerar na apologia de sua retidão moral. Kamala reza por você quando está passando por um momento difícil; ela te liga para desejar feliz aniversário e, às vezes, até canta para você; ela não faz elogios vazios, mas formula-os exatamente como deve ser. Além disso, quando Kamala te olha, ela “realmente te vê”; “lutar pelos outros e pelo que ela acredita ser justo” é “mais forte que ela”; e, claro, ela vem de um simpático meio de classe média.³

Em seu discurso na última noite – mais de duas vezes mais curto que o de seu adversário republicano em sua própria convenção⁴ –, Harris apareceu séria e concentrada, guardando temporariamente seu riso característico. Dian-

te de um público em êxtase, ela falou com voz calma, como uma socorrista tentando tranquilizar um paciente em plena crise. No entanto, esses quarenta minutos foram suficientes para abordar uma incrível variedade de temas. Após acusar Trump de violar tanto os princípios democráticos como o interesse nacional, e superá-lo à direita ao pedir um Exército mais forte, fronteiras mais seguras e maior firmeza em relação à China, ela começou a prometer tudo a todos. Os consumidores veriam os preços cair. As *start-ups* teriam acesso ao capital facilitado. Trabalho e capital caminhariam juntos. A moradia não seria mais inacessível. E isso não era tudo: ela também seria implacável no combate à violência armada, garantiria um ar mais puro, acabaria com a guerra em Gaza, enfrentaria o Irã e desafiaria a “tirania” em todo o mundo. Votar nela lhe daria “o maior privilégio nesta terra: o orgulho de ser norte-americano”.

Zombar das promessas dos democratas é fácil; sua retórica é uma paródia de si mesma. Contudo, é preciso lembrar essa realidade: durante seu mandato, o apagado Biden fez mais pelos sindicatos do que qualquer outro presidente des-

de os anos 1960. Ele também investiu somas colossais em infraestrutura e indústria. Esses fatos incontestáveis foram mencionados repetidamente ao longo da convenção. Por outro lado, uma de suas realizações mais ambiciosas e visionárias – finalmente aplicar uma legislação antitruste adormecida havia quarenta anos – foi quase totalmente ignorada. A recente vitória do Departamento de Justiça contra o maior dos monopólios, o Google, nem sequer foi mencionada. Parece que romper o poder das multinacionais é um projeto difícil de explicar. Ou que isso poderia desagradar aos doadores do partido.

TRUMP INSULTA, HARRIS RI

Se há um tema sobre o qual os democratas se mostraram incansáveis, é o da extensão de suas qualidades morais. Um após o outro, eles apresentaram o catálogo de suas boas ações para mostrar quanto, como Harris, eram pessoas de bem. Seus pais haviam trabalhado arduamente e lhes inculcaram valores corretos; eles mesmos agiam corretamente; nunca perdiam de vista seu objetivo; tinham recebido tal distinção, e mais outra também.

Bastava, no entanto, sair alguns minutos ao ar livre para que toda essa melosidade perdesse subitamente o sabor. No terceiro dia da convenção, uma mulher usando um *keffiyeh* se sentou no meio da rua, logo atrás do cordão policial. Armada de um enorme megafone, ela recitava uma lista de nomes – aqueles, afirmava, de crianças mortas em ataques israelenses em Gaza – e se interrompia regularmente para apontar os responsáveis: os Estados Unidos, mais especificamente o Partido Democrata. “Todos vocês, delegados, têm sangue nas mãos”, gritava.

Ao observar a cena, era impossível não se perguntar qual seria a sensação de ser exposto por horas a uma unanimidade sem falhas, a um festival de autocongratulação – uma espécie de sermão que o obriga a se extasiar com a própria grandeza de espírito – e, ao atravessar a porta, ouvir o sermão se voltar contra você, descobrindo que é um agente do mal, e não do bem. Será que os progressistas que passavam por aquela mulher ficavam tentados a questionar o que acabavam de ouvir? Será que a imagem que tinham até então de sua virtude ficava borrada?

Duas semanas e meia depois, Trump e Harris se enfrentaram em um debate televisivo. Incansavelmente, a candidata democrata lançou armadilhas para o empresário temperamental, cutucando seu orgulho para forçá-lo a se defender e fazê-lo perder tempo. O republicano caiu todas as vezes. Como não responder quando seu adversário alega que a maior parte de sua fortuna veio de seu pai ou que seus fãs deixam seus comícios antes do fim, de tanto tédio? Trump se orgulha de seus bilhões e de seus comícios – são provas de seu sucesso! Enquanto ele vituperava em vão sobre este ou aquele as-

sunto, Harris ria abertamente e fazia ca-retas eloquentes para os telespectadores.

Para a classe dos comentaristas, essas simulações são a única coisa que importa na política, e todos, sem exceção, saudaram a habilidade com que Harris conseguiu desestabilizar seu fulminante oponente. Entretanto, as artimanhas que ela usou eram exatamente isso – técnicas que se aprendem nas aulas de retórica do ensino médio. Elas são, sem dúvida, úteis para esgotar o tempo de fala do adversário, mas esse não é o objetivo final de um debate. Um debate deve permitir examinar sob todos os ângulos possíveis grandes questões de interesse público.

Todavia, qual é a posição de Harris sobre os principais problemas que o país enfrenta? Entre os simpatizantes de esquerda, lamenta-se que ela se expresse pouco, ou quase nada, sobre assuntos importantes. Do lado republicano, afirma-se que ela muda de opinião como quem troca de roupa, posando hoje como moderada depois de ter feito campanha à esquerda em 2019. Recentemente, ela comemorou o apoio do ex-vice-presidente republicano Dick Cheney, um homem que os democratas outrora consideravam uma espécie de gênio do mal. Já o nome que ela escolheu dar para seu programa econômico – “economia das oportunidades” (*opportunity economy*) – lembra estranhamente aquele que os republicanos Reagan e Newt Gingrich deram a suas propostas principais há várias décadas – a “sociedade das oportunidades”. A confusão ideológica é notável, e toda a campanha de Harris é marcada pela precipitação. A impressão que fica é de um trabalho malfeito, de um projeto concebido às pressas, sem reflexão nem convicção.

Durante o debate televisivo, a candidata democrata conseguiu se animar e ser eficaz em apenas dois temas. O primeiro foi, evidentemente, a ameaça Trump, obsessão número um nos círculos de especialistas norte-americanos há nove anos. Harris resolveu a questão com uma concisão implacável.

O segundo foi o aborto, um tema sobre o qual ela demonstrou tanta paixão quanto compaixão, além de certo brilhantismo retórico. Há dois anos, juízes da Suprema Corte, três dos quais escolhidos pelo presidente Trump, invalidaram o caso “Roe vs Wade”, que havia liberalizado o aborto em nível federal. Consequência: o procedimento tornou-se ilegal em muitos estados. “É preciso entender o que isso significa”, insistiu Harris. “A sobrevivente de um crime – uma violação de seu corpo – não tem o direito de decidir o que vai acontecer com ele. Isso é imoral. E não é necessário renunciar à sua fé ou às suas crenças profundas para admitir que o governo, muito menos Donald Trump, não tem o direito de dizer a uma mulher o que ela deve fazer com seu corpo.”

Por outro lado, a vice-presidenta parecia desconfortável sempre que o debate se movia para temas como propriedade, distribuição, comércio... – em uma palavra, economia. A primeira pergunta abordava a inflação, e ela prontamente a evitou, afirmando que gostava muito de pequenas empresas. Por quê? Porque, quando era criança, sua mãe tinha uma grande amiga que dirigia uma! A hipótese mais provável para explicar essa arte da evasão é que esses assuntos simplesmente não a interessam muito. Tal como exposto em seu site, seu programa econômico é um amontoado de promessas vagas e generalidades sobre os sucessos da administração Biden. Ela é a favor de tudo o que é bom e contra tudo o que é ruim. Nenhuma ideia complicada. Tudo vai dar certo.

“INOVAÇÃO”, A PALAVRA MÁGICA


Existe uma medida objetiva do grau de insipidez em que um político democrata consente: a frequência com que o termo “inovação” aparece em seus discursos. Barack Obama adorava essa palavra, assim como o casal Clinton. E por uma razão: falar de inovação permite camuflar políticas econômicas favoráveis aos bancos por trás de um conceito com aparência progressista, até mesmo radical. Aliás, a classe dos comentaristas como um todo reverencia a inovação; quanto mais, melhor, custe o que custar. Sob a capa dessa palavra mágica, nossos líderes puderam reduzir impostos, depois diminuí-los ainda mais, desregular os mercados financeiros, fazer enormes concessões às empresas do Vale do Silício e fechar acordos de livre comércio que protegeram a indústria farmacêutica, ao mesmo tempo que expuseram setores mais vulneráveis da economia a uma concorrência devastadora.

A candidata Harris ainda não teve tempo de demonstrar todo o seu apego à inovação – ela só mencionou a palavra uma vez durante o debate. Porém, Gina Raimondo, secretária de Comércio, faz questão de nos tranquilizar:¹ o tema é uma “obsessão” para ela, que não deixará de apoiar *start-ups* e pequenas empresas, enquanto impõe maiores tributações aos “bilionários e grandes grupos industriais”. Seria a primeira vez que a referência à inovação serviria para justificar um aumento de impostos em vez de uma redução, mas, às vezes, a magia de uma palavra não tem limites.

Um artigo publicado em agosto passado no *New York Times* levanta uma ponta do véu sobre o que essa obsessão pela inovação poderia significar.² Seu autor, o capitalista de risco Reid Hoffman, nos garante que Harris, graças ao seu conhecimento do Vale do Silício, é a verdadeira escolha “pró-business”. Enquanto o presidente “populista” Trump havia ameaçado processar a Amazon por práticas antitruste, criticado algumas empresas

“emblemáticas” e atrapalhado o bom andamento dos negócios ao iniciar guerras comerciais, o mandato de Biden viu os mercados de ações baterem recordes e os investidores recuperarem o ânimo. Certamente, iniciativas como a aplicação zelosa de sua legislação antimonopólio podem ter prejudicado os “inovadores”, mas Hoffman não tem dúvidas de que uma administração Harris “focada na inovação” colocará um freio nisso.

Quando se trata de imaginar como seria uma presidência Harris, só podemos fazer conjecturas. De minha parte, aposto no apagamento progressivo dos elementos mais visionários e revigorantes da administração Biden. Uma vez que o perigo Trump seja definitivamente afastado – já que é pouco provável que ele se candidate novamente em 2028 –, a motivação para apoiar os aspectos populistas da tradição democrata desaparecerá. As medidas neorooseveltianas de fortalecimento dos sindicatos e combate aos monopólios serão esquecidas, enquanto a inovação se tornará o principal lema. Provavelmente veremos um aumento acentuado nos gastos militares, o desenvolvimento de um marco legislativo favorável ao Vale do Silício e um foco cada vez maior do Partido Democrata nos interesses, opiniões e moralidade das classes altamente educadas.

As últimas décadas nos ensinaram a não esperar muito dos democratas. Sua vitória no próximo mês de novembro marcaria, ao menos, o fim da era Trump. E talvez seja só isso o que se pode esperar por enquanto. 

*Thomas Frank, jornalista, é autor do livro *Le Populisme, voilà l'ennemi! Brève histoire de la haine du peuple et de la peur de la démocratie des années 1890 à nos jours* [Populismo, eis o inimigo! Breve história do ódio ao povo e do medo da democracia dos anos 1890 até os dias atuais], Agone, Marselha, 2021.

1 Cf. Thomas Frank, *Le Populisme, voilà l'ennemi !* [O populismo, eis o inimigo!], Agone, Marselha, 2021.

2 Robert S. McElvaine, “‘Liberals go back to the flag’ 40 years later” [“Liberals retomam a bandeira” quarenta anos depois], *Musings & Amusings of a B-List Writer*, 22 ago. 2024, <https://robertsmcelvaine.substack.com>.

3 Classe média alta, entenda-se: seu pai é professor emérito de Economia da Universidade Stanford e sua mãe, doutora em Biologia, trabalhava para um famoso laboratório de pesquisa federal. Harris cresceu em cidades universitárias, principalmente Berkeley, sede da Universidade da Califórnia, conhecida mundialmente por seu progressismo.

4 Ler Serge Halimi, “Donald Trump prendra-t-il sa revanche?” [Donald Trump terá sua vingança?], *Le Monde Diplomatique*, set. 2024.

5 “Harris campaign: ‘I don’t think the American public are interested in the minutiae of the mechanism of how she’ll increase taxes on billionaires’” [Campanha de Harris: “Não acho que o público norte-americano esteja interessado nas minúcias do mecanismo de como ela vai aumentar os impostos sobre bilionários”], *RealClear Politics*, 9 set. 2024.

6 Reid Hoffman, “Why Silicon Valley should get behind Kamala Harris” [Por que o Vale do Silício deveria apoiar Kamala Harris], *The New York Times*, 2 ago. 2024.

UMA ESCALADA DESEJADA POR TEL AVIV

O Líbano no olho da tempestade

Poderia ser o enredo de um filme de espionagem. Serviços secretos armam dispositivos de comunicação que explodem simultaneamente. Só que a realidade alcançou a ficção no Líbano, onde membros do Hezbollah perderam a vida nesses ataques aparentemente concebidos por Israel. O evento ameaça arrastar o País dos Cedros para uma nova guerra contra seu poderoso vizinho

POR AKRAM BELKAÏD*

Há um ano, em 7 de outubro de 2023, o ataque sangrento contra Israel, liderado a partir de Gaza pelo Hamas e seus aliados, lançou o Oriente Médio em um ciclo de violência de grande escala em razão da devastadora vingança de Tel Aviv. Longe de diminuir, esse conflito, apenas suspenso por um cessar-fogo de alguns dias em dezembro, abre caminho para uma guerra regional envolvendo a Síria e o Irã, mas também, e principalmente, o Líbano. Enquanto os combates continuam no enclave palestino, onde o número de mortos ultrapassa 40 mil, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, seu governo e o alto comando militar israelense parecem decididos a abrir uma importante frente ao norte para derrotar o Hezbollah. Alvo há vários meses em resposta aos lançamentos de foguetes na Galileia,¹ o partido-milícia sofreu dois reveses em poucos dias. Primeiro, nos dias 17 e 18 de setembro, quando em vários pontos de Beirute e sua periferia sul aparelhos de comunicação (bipes e *walkie-talkies*) explodiram quase simultaneamente. Esse ataque de novo tipo, atribuído aos serviços secretos israelenses, tirou a vida de quase quarenta pessoas e deixou 3 mil feridos. Muitas das vítimas são membros do Hezbollah, mas também há civis entre elas, incluindo crianças e funcionários de hospitais.²

Em seguida, um bombardeio da aviação israelense matou vários líderes da formação libanesa, incluindo Ibrahim Aqil, comandante das operações e figura emblemática da luta armada travada por esse partido contra Israel. Novamente, a população civil não foi poupada. Denunciando a violação de “todas as linhas vermelhas” por parte de Tel Aviv, o xeque Hassan Nasrallah, secretário-geral e líder religioso do Hezbollah, prometeu “um terrível castigo” a Israel.³ Caminhamos então para uma nova guerra comparável àquela de “33 dias” de 2006?⁴ Para essa pergunta, duas respostas opostas eram possíveis no momento da conclusão deste artigo. A primeira aposta no *status quo*, considerando a obstinada vontade do Hezbollah de se ater à sua estratégia de assédio a Israel. Os ataques diários contra alvos mi-

litares visam apenas pressionar para que um cessar-fogo finalmente seja concluído em Gaza. Ao constituir uma ameaça permanente, o partido libanês obriga Tel Aviv a mobilizar tropas ao norte, o que alivia um pouco o cerco ao Hamas. Mais importante ainda, ao obrigar milhares de civis israelenses a evacuar suas casas, o Hezbollah cria um grande problema político para Netanyahu, que precisa lidar com o descontentamento desses deslocados que exigem poder voltar para casa. “Vocês não podem trazer os habitantes do norte [de Israel] de volta para casa. A frente do Líbano com Israel permanecerá aberta até o fim da agressão em Gaza”, advertiu Nasrallah.

Netanyahu pensa em algo maior. Atacar o Hezbollah é forçar o Irã – e, por tabela, seu aliado sírio – a se envolver no conflito

A segunda possibilidade, inevitável para muitos comentaristas no mundo árabe, seria uma escalada que resultaria em um incêndio e uma nova invasão do Líbano pelo Exército israelense – seria a quarta desde 1978. De fato, é possível que a contenção do Hezbollah diminua com o tempo, especialmente se Israel lhe infligir novos golpes, espetaculares ou não. Com o caso dos dispositivos de comunicação armados, a reputação de organização rigorosa – e incorruptível – desse partido foi manchada. Como explicar que esses bipes não tenham sido inspecionados antes de ser distribuídos? Em fevereiro de 2024, em uma breve intervenção televisiva, Nasrallah reiterou suas recomendações de desconfiança em relação aos telefones celulares por causa da capacidade dos serviços israelenses de invadi-los por meio de programas espões. A doutrina *low-tech* – ou seja, o uso de tecnologias antigas ou menos avançadas – adotada como linha de conduta pelo Hezbollah provou-se ineficaz, já que não conseguiu proteger sua cadeia de abastecimento. Nos dias que se seguiram a esses ataques, infor-

mações não verificáveis circularam em Beirute e nas redes sociais sobre o destino dos responsáveis diretos por esse revés. Tendo aceitado subornos de uma empresa de fachada europeia, membros da formação libanesa não teriam sido vigilantes quanto à qualidade da mercadoria adquirida. Essa negligência culposa lhes teria custado a vida.

Seja como for, apenas uma ação espetacular do partido-milícia contra Israel poderia restaurar o prestígio perdido nessa questão. Sem esperar por esse pretexto, Israel decidiu endurecer suas operações, realizando intensos bombardeios na segunda-feira, 23 de setembro, data na qual o saldo provisório chegava a 492 mortos, incluindo 35 crianças e 58 mulheres, além de 1.645 feridos, segundo o Centro de Operações de Emergência do Ministério da Saúde do Líbano. Como de costume, Tel Aviv justificou-se alegando que o Hezbollah utilizava a população civil como escudo humano, ao mesmo tempo que afirmava ter atingido 1.300 alvos militares. Resta saber se isso prenuncia uma intensa campanha aérea que visaria todo o país, incluindo Beirute, e que pode levar a uma invasão terrestre. “Estamos invertendo a relação de forças [na fronteira]”, declarou Netanyahu, confirmando a possibilidade de uma nova guerra israelo-libanesa. Em um contexto de apelos à desescalada, mas também de silêncio da maioria das capitais árabes, o primeiro-ministro sabe que pode contar com a complacência dos ocidentais, qualquer que seja sua ação. Em Washington, Paris e Londres, poucos se indignam com a maneira como a intervenção em Gaza é conduzida, enquanto a Corte Internacional de Justiça (CIJ) já mencionava em janeiro o risco de um genocídio.⁵ Isso abre novas perspectivas ao primeiro-ministro, com a possibilidade de aplicar no sul do Líbano o mesmo esquema do enclave palestino. Isso se traduziria na criação de zonas desarmadas onde o Exército israelense poderia intervir à vontade para garantir a segurança de sua própria população na fronteira. Além disso, essa estratégia permitiria adiar indefinidamente os procedimentos judiciais que pesam contra ele. Assim, o chefe do governo israelense está ainda mais incli-

nado a seguir esse caminho, já que seus aliados nacionalistas religiosos estão convencidos de que seu país está finalmente travando a “grande guerra” que o libertará de todos os seus inimigos. Por fim, Netanyahu pensa em algo maior. Atacar o Hezbollah é forçar o Irã – e, por tabela, seu aliado sírio – a se envolver no conflito. A obsessão do primeiro-ministro israelense é acabar, pela força, com o programa nuclear de Teerã.⁶

Nesse contexto, e como aconteceu várias vezes na história contemporânea, os libaneses sabem que o destino de seu país lhes escapa e que o futuro depende do grau de firmeza que as grandes potências mostrarão em relação a Israel. Em um discurso que deveria expressar a solidariedade da França com o País dos Cedros, o presidente Emmanuel Macron evitou condenar os ataques terroristas com os bipes armados e limitou-se a exortar os libaneses a evitar o pior, resolvendo a crise política que, desde outubro de 2022 – data do fim do mandato de Michel Aoun –, impede a nomeação de um novo presidente. Quem pode acreditar que isso possa impedir as intenções bélicas israelenses? Na verdade, tanto Paris como Washington veem com bons olhos um enfraquecimento duradouro do Hezbollah, mesmo ao custo de um caos generalizado. Isso não escapa a Netanyahu. @

*Akram Belkaïd é jornalista do *Le Monde Diplomatique*.

1 Ler Emmanuel Haddad, “Au Liban, puissance et prudence du Hezbollah” [No Líbano, poder e prudência do Hezbollah], *Le Monde Diplomatique*, ago. 2024.

2 Cf. Jean-Luc Mounier, “Attaques au Liban: qui sont les victimes des explosions de bipeurs et de talkies-walkies?” [Ataques no Líbano: quem são as vítimas das explosões de bipes e *walkie-talkies*?], *France 24*, 20 set. 2024.

3 Cf. Pierre Barbancey e Vadim Kamenka, “Liban: Hassan Nasrallah promet que ‘le châtimeur viendra’” [Líbano: Hassan Nasrallah promete que “o castigo virá”], *L’Humanité*, Saint-Denis, 19 set. 2024.

4 Ler Tania-Farah Saab, “Un conflit de trente-trois jours” [Um conflito de 33 dias], *Manière de Voir*, n.174, dez. 2020-jan. 2021.

5 Ler Anne-Cécile Robert, “La Cour internationale de justice évoque un risque plausible de génocide à Gaza” [A Corte Internacional de Justiça menciona um risco plausível de genocídio em Gaza], *Le Monde Diplomatique*, fev. 2024.

6 Ler “Israël-Iran, la guerre qui vient” [Israel-Irã, a guerra que vem], *Le Monde Diplomatique*, maio 2024.

CONÍFERAS SUBSTITUEM OLIVEIRAS

Em Israel, a árvore também é uma ferramenta colonial

Como apagar os vestígios dos vilarejos árabes esvaziados de sua população durante a Nakba de 1948? Como forçar os beduínos do Neguev a partir? Plantando árvores. Missão do Fundo Nacional Judaico, o reflorestamento voluntário desenha uma nova geografia em Israel e mascara a presença de vestígios que testemunham a presença palestina, ao custo de significativos riscos ambientais

POR AÍDA DELPUECH*

Nesta manhã de janeiro de 2022, o vento do Deserto do Neguev, no sul de Israel, se levantou, acompanhando a centena de beduínos que estavam reunidos para expressar sua indignação. Há décadas, essa minoria, uma das mais marginalizadas do país, denuncia a violenta apropriação de suas terras ancestrais pelo Estado israelense. No cerne desse levante, um projeto – hoje cancelado – de plantio de árvores, conduzido pelo Fundo Nacional Judaico (FNJ), organização privada que administra a maior parte das florestas em Israel. “Eles chegaram uma manhã ao vilarejo de Sa’wa e começaram a plantar árvores no meio das habitações, para criar uma floresta. Foi insano”, lembra Khalil al-Amour, advogado e ativista pelos direitos dos vilarejos beduínos do Neguev. Itamar Ben Gvir, atualmente ministro da Segurança Nacional de extrema direita, esteve pessoalmente no local para apoiar a iniciativa e plantar árvores nos arredores do vilarejo.

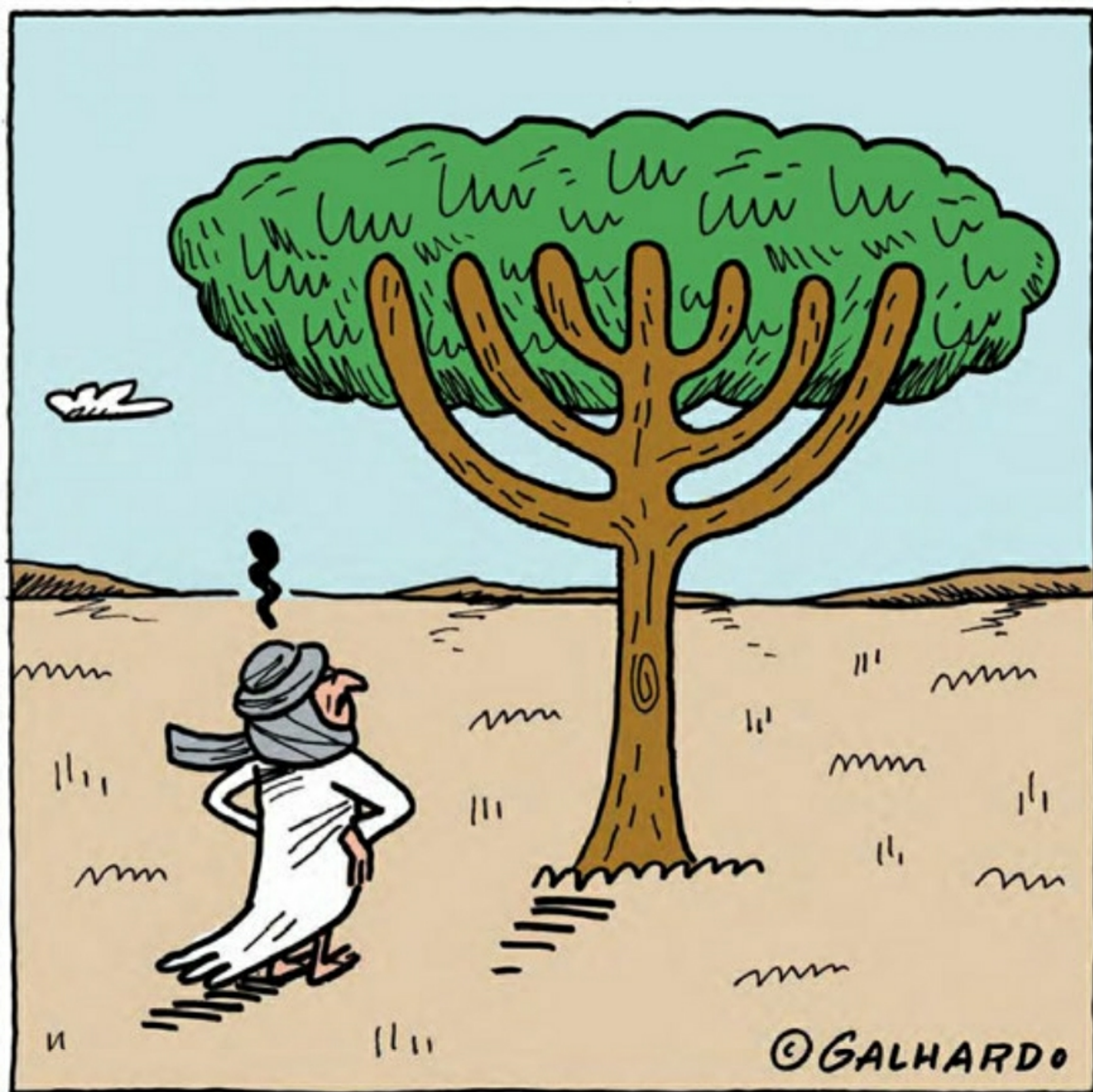
“Esse projeto de reflorestamento é um câncer que querem injetar em nosso corpo”, exclamou Attia al-Asam, presidente do Conselho Regional dos Vilarejos Não Reconhecidos do Neguev (RCUV). Reprimidas violentamente pela polícia israelense, essas manifestações fazem parte de uma longa luta contra a política de expulsão das populações beduínas palestinas e de apropriação de suas terras, que o Estado israelense justifica em nome do combate à desertificação. “Toda vez que uma família beduína é expulsa de suas terras, eles vêm plantar árvores no dia seguinte”, afirma Al-Amour.

A alguns quilômetros de Sa’wa, o vilarejo beduíno “não reconhecido” por Israel, Umm al-Hiran, também está ameaçado de desmantelamento desde 2003, quando o Conselho Nacional de Planejamento e Construção israelense aprovou a criação de uma colônia judaica naquela mesma área. Nas proximidades dessa localidade, com cerca de setecentos habitantes, estendem-se as Colinas de Yatir,¹ a maior floresta

plantada de Israel, nomeada em homenagem a “uma cidade levítica cujas ruínas ainda estão presentes”, explica um informativo do FNJ. Com as primeiras árvores plantadas em 1964, a floresta se expandiu graças a doações da Fran-

ça, Bélgica, Alemanha, Itália, América do Sul... Coníferas a perder de vista, famílias fazendo piquenique em áreas preparadas para isso, trilhas para os entusiastas de caminhadas... Um toque europeu às portas das áreas semidesér-

ticas do Neguev. A expansão do pinhal prenuncia o destino reservado aos vilarejos beduínos ao redor. Há vários anos, a floresta de Yatir abriga uma comunidade de judeus ortodoxos, que aguardam ansiosamente a expulsão da popu-



© Caco Galhardo

lação beduína vizinha para estabelecer a colônia de Hiran, a fim de continuar a “judaização do Neguev”. Essas famílias vivem atualmente em caravanas patrocinadas pela filial norte-americana do FNJ. “Dizem que o FNJ apenas planta árvores e trabalha para ‘fazer florescer o deserto’. Isso é falso. Eles são um pilar da política de colonização e assentamento em Israel”, afirma Al-Amour.

A questão das árvores raramente é associada ao conflito israelo-palestino. “No entanto, o Fundo Nacional Judaico é provavelmente a organização sionista mais importante de todos os tempos”, destaca Irus Braverman, etnóloga e professora de Direito e Geografia da Universidade de Buffalo (Nova York).² “Os primeiros pioneiros judeus que chegaram à terra de Israel no fim do século XIX encontraram uma paisagem desolada, sem sombra”, sugere o FNJ em seu site. Criada em 1901, essa organização sem fins lucrativos se orgulha de ter plantado cerca de 250 milhões de árvores desde seu início. Hoje, é a principal estrutura de planejamento territorial em Israel e o maior gestor de florestas do país. Desde seus primeiros dias, seu objetivo era adquirir terras “com o propósito de assentar judeus”, invocando uma citação do Levítico [terceiro livro da Torá, 25:23]: “As terras não serão vendidas para sempre. Pois a terra é minha...”.

APOIO DA DIÁSPORA

Na criação de Israel em 1948 e após a expulsão das populações palestinas durante a Nakba [“catástrofe”, em árabe], o FNJ já possuía 100 mil hectares de terra. O jovem Estado se apropriou das terras “abandonadas” e as confiou ao FNJ, em colaboração com a Autoridade de Terras de Israel (ILA). “Um dos primeiros projetos nacionais, a partir de 1948, foi o reflorestamento. Era preciso plantar em massa e o mais rapidamente possível”, diz Nadav Joffe, paisagista, ativista e coautor de um estudo intitulado “O reflorestamento na Palestina/Israel como arma do projeto sionista”.

O mandato do FNJ não mudou desde sua criação, e seus estatutos o destinam a arrendar e desenvolver o território apenas para os judeus. De acordo com Joffe, “o FNJ se considera uma entidade encarregada de servir exclusivamente aos interesses do povo judeu. Como resultado, adota a posição de que suas terras devem ser comercializadas apenas com judeus” – embora cerca de 25% da população israelense atual não seja de fé judaica.

Verdadeira “ferramenta sionista a serviço da colonização”, como descrito pelo historiador Ilan Pappé,³ o FNJ foi dirigido de 1932 a 1966 por Yossef Weitz, apelidado de “pai das florestas”, mas também um dos cérebros do Comitê de Transferência, órgão que orquestrou a expulsão das populações palestinas durante a Nakba. “Começamos a operação

de limpeza removendo os escombros e preparando os vilarejos para a agricultura e a colonização. Alguns deles se tornaram parques”, escreveu em seu diário em 30 de maio de 1948, quinze dias após a criação do Estado de Israel. “É por meio da figura de Yossef Weitz que se percebe claramente a conexão entre o manejo da natureza e a colonização”, analisa Joffe.

Os parques, florestas e reservas naturais israelenses escondem cerca de duzentas vilas palestinas demolidas

Com um orçamento declarado de quase US\$ 500 milhões em 2022, o FNJ conta com o apoio fiel da diáspora judaica, principalmente por meio das *blue boxes*, caixas azuis distribuídas a partir de 1904 para milhões de lares judeus ao redor do mundo, destinadas a arrecadar dinheiro para o fundo. A organização também reforçou a importância da festa de Tu Bishvat, “o Ano-Novo das Árvores”, convidando as famílias israelenses a plantar árvores todos os anos nessa ocasião. “Ônibus levam as pessoas para áreas já preparadas. Depois de plantar uma muda, elas voltam com uma bandeira dizendo: ‘Eu plantei uma árvore em Israel’”, continua Joffe.

Na estrada número 1, que liga Tel Aviv a Jerusalém, o Parque Ayalon-Canadá se estende por mais de 1.200 hectares. Com suas piscinas naturais e numerosas trilhas para caminhadas e ciclismo, é um destino privilegiado para seus 300 mil visitantes anuais. Placas de informação espalhadas por todo o parque guiam os caminhantes na descoberta desse local atravessado pelos séculos: vestígios da época do Segundo Templo (516 a.C.-70 d.C.), bem como banhos e aquedutos romanos, foram encontrados ali. O desenvolvimento desse parque segue um modelo usado pelo FNJ em todo o país: “O plantio de árvores que evocam a antiga presença e a atribuição de nomes bíblicos a esses espaços para reescrever fragmentos da narrativa fundadora no ambiente”, analisa a antropóloga Sylvie Friedman.⁴

No entanto, essas indicações omitem a presença dos vilarejos palestinos de Imwas, Yalu e Beit Noubá, cujos quase 6 mil habitantes foram expulsos em 1967 após a conquista da área por Israel durante a Guerra dos Seis Dias, fora da delimitação do plano de partilha da Palestina decretado pelas Nações Unidas em 1948. Naquele ano, quase todas as habitações foram demolidas, e cinco anos depois, na inauguração oficial do parque em 1972, a jovem vegetação encobria qualquer vestígio da presença palestina. “Tudo é apresentado como se os palestinos nunca tivessem existido”, co-

menta Ghada Sasa, autora de uma tese sobre o colonialismo verde na Palestina, na Universidade McMaster (Canadá).


A história do Parque Ayalon-Canadá não é um caso isolado. Os parques, florestas e reservas naturais israelenses escondem cerca de duzentas vilas palestinas demolidas, segundo uma pesquisa conduzida pela pesquisadora israelense Noga Kadman, autora de um livro sobre a destruição das aldeias árabes em 1948.⁵ Além de ocultar essa história moderna, o reflorestamento impede o retorno das populações palestinas expulsas. Elaboradas como muralhas verdes que permitem manter a presença israelense, as florestas servem para delimitar as fronteiras do Estado até o território colonizado. “Plantar uma árvore é plantar sua presença na paisagem. Isso também permite estabelecer-se sem que isso seja diretamente associado a uma forma violenta de desposamento”, explica Irus Braverman. “Em outras palavras, o desarraigamento de um permite o enraizamento do outro nesta região.” Em alguns casos, as árvores também serviram como ferramentas de ocupação temporária, aguardando serem substituídas por habitações ou outras infraestruturas.

Para combater essa amnésia deliberada, a ONG israelense Zochrot [“lembrar”, em hebraico] tem se dedicado há mais de vinte anos a sensibilizar a população israelense sobre a história e as consequências da Nakba. Seus voluntários realizam visitas guiadas nos parques do país, na presença de testemunhas ou descendentes de vítimas da Nakba, para contar uma contra-história desses territórios. “O sionismo enfatiza muito o conhecimento da terra, de sua história. Contudo, essa história é incompleta enquanto não contarmos a história palestina desta terra”, afirma Eitan Bronstein, fundador da Zochrot. Em 2005, a associação ganhou um processo que moveu contra o FNJ na Suprema Corte israelense, denunciando suas práticas de sinalização no Parque Ayalon-Canadá. O FNJ então teve de modificar seus painéis, e alguns desapareceram misteriosamente pouco tempo depois de ser alterados...

Como a maioria das “colônias verdes” plantadas pelo FNJ – como as define Ghada Sasa –, o Parque Ayalon-Canadá é composto em sua maior parte de coníferas, notadamente pinheiros-de-alepo [“pinheiros-de-jerusalém”, em hebraico], espécie preferida pelo FNJ em todos os seus projetos de plantio. Essa escolha não é acidental. “É a árvore ideal para atender às ambições territoriais sionistas”, explica Joffe: com resistência à seca, crescimento rápido e cobertura vegetal durante o ano, essa conífera rapidamente se tornou aliada da expansão israelense. Além de participarem de um empreendimento securitário e expansionista, essas árvores transformam a paisagem: “Elas são o marcador

do controle judaico-israelense do território, enquanto as árvores frutíferas, notadamente as oliveiras, remetem a uma presença local e agrária (palestina)”, explica Irus Braverman. Desde 1967, mais de 800 mil oliveiras palestinas foram arrancadas pelas autoridades e colonos israelenses. Recentemente, a tendência evoluiu lentamente para a apropriação. A oliveira, embora símbolo supremo do apego dos palestinos à sua terra, foi eleita “árvore do ano” em 2022 pelo FNJ, argumentando que “é uma das árvores mais simbólicas de Israel, representando a bênção, a saúde e o enraizamento”.

Embora sirvam a um projeto apresentado como “ecológico”, as monoculturas de coníferas, no entanto, não têm a aprovação unânime entre os protetores do meio ambiente. “Alguns as qualificam até de ‘desertos de pinheiros’, dada a forma como empobreceram os ecossistemas”, indica Sasa. As agulhas de pinheiro que cobrem os solos dessas florestas acidificam a terra e impedem o desenvolvimento de qualquer fauna ou flora endêmica. Essa política é também criticada veementemente pela Sociedade para a Proteção da Natureza (SPNI), principal ONG de conservação de Israel, que afirma que “o reflorestamento implantado aleatoriamente em áreas naturais [...] não contribui para a conservação do solo e a atenuação das mudanças climáticas, e aumenta o risco de incêndios”.

Em agosto de 2021, um incêndio nos arredores de Jerusalém destruiu mais de 2 mil hectares de pinhais. Assim que as chamas foram apagadas, as cinzas deixaram à mostra os vestígios das vilas palestinas e das terras agrícolas, engolidas pelas florestas recentes. Hoje, os campos de oliveiras e as famílias palestinas que os cultivam estão na linha de frente dos ataques e atos de vandalismo perpetrados por colonos e autoridades israelenses na Cisjordânia e em Jerusalém, que aumentaram em violência desde 7 de outubro de 2023. Mais de 3 mil oliveiras foram arrancadas durante a colheita de 2023, segundo a Autoridade Palestina. A guerra das árvores continua. 

***Aïda Delpuech** é jornalista.

- 1 Arieli Dloomy, “The ‘new Zionism’ is turning Neguev Bedouin into a myth” [O “novo sionismo” está transformando os beduínos do Neguev em um mito], *+972 Magazine*, 26 jun. 2015.
- 2 Autora de *Planted Flags: Trees, Land, and Law in Israel/Palestine* [Bandeiras plantadas: árvores, terra e lei em Israel/Palestina], Cambridge University Press, 2009.
- 3 Ilan Pappé, *Le Nettoyage ethnique de la Palestine* [A limpeza étnica da Palestina], La Fabrique, Paris, 2024 (1. ed.: 2008).
- 4 Sylvie Friedman, “Planter un arbre en Israël: une forêt rédemptrice et mémorielle” [Plantar uma árvore em Israel: uma floresta redentora e memorial], *Diasporas et jardins*, n.21, Presses Universitaires du Mirail, Toulouse, 2013.
- 5 Noga Kadman, *Erased From Space and Consciousness. Israel and the Depopulated Palestinian Villages of 1948* [Apagados do espaço e da consciência. Israel e as aldeias palestinas despovoadas de 1948], Indiana University Press, Bloomington, 2015.

ESTRATÉGIA ISRAELENSE DE DESAPROPRIAÇÃO CULTURAL

O saque do patrimônio palestino

Pratos tradicionais, bordados, arqueologia... A batalha cultural ocupa papel central no sionismo político. Ferramenta essencial para que Israel demonstre seu direito exclusivo sobre a terra, essa batalha faz parte da criação de uma narrativa nacional, independentemente de sua veracidade histórica. Além da dimensão territorial, os palestinos lutam pela sobrevivência de sua identidade

POR OLIVIER PIRONET*

Durante um voo da companhia britânica Virgin Atlantic, no fim de 2017, o nome de uma entrada no cardápio dos novos pratos servidos a bordo gerou polêmica. A “salada de cuscuz palestino”, em referência ao *maftoul*, um cuscuz tradicional do Oriente Médio, popular na região, era descrita como “inspirada nos sabores da Palestina”. No entanto, um passageiro insatisfeito publicou nas redes sociais uma foto da página do menu, acusando a companhia aérea e sua equipe de serem “simpatizantes de terroristas”. A imagem, disseminada por organizações pró-Israel, viralizou, provocando a ira de muitos internautas. Alguns chegaram a afirmar que se tratava de uma salada “judaica” ou “israelense”. Diante das pressões, a companhia se desculpou oficialmente pela “ofensa feita a seus clientes” e em seguida retirou as palavras “palestino” e “Palestina” do nome e da descrição do prato no cardápio.¹

Por sua vez, a companhia emiradense Flydubai, que abriu uma linha aérea entre os Emirados Árabes Unidos e Israel após o acordo de normalização assinado em 2020, teve o cuidado de não cometer a mesma “ofensa”. Seu pequeno “Guia de viagem de Israel”, disponível em seu site,² elogia “as delícias e o sabor autêntico” do homus (patê de grão-de-bico), falafel (bolinho de grão-de-bico e favas) e *msabaha* (uma variação do homus), caracterizando-os como parte da gastronomia israelense, embora sejam pratos típicos do território palestino e do Levante.³ No entanto, ao contrário do que ocorreu com a Virgin Atlantic, a Flydubai ignorou as críticas feitas por palestinos e outros cidadãos de países árabes.

Esses dois exemplos, longe de serem anedóticos, ilustram a batalha cultural e ideológica que Israel vem travando contra os palestinos há décadas para consolidar sua dominação no campo simbólico. A batalha constitui um dos principais aspectos do conflito israelo-palestino, paralelamente à sua dimensão territorial e colonial.

Essa luta hegemônica pela legitimidade histórica na Terra Santa foi promovida pelos sionistas em detrimento dos “autóctones” da Palestina desde o fim do século XIX e continuou após a criação de

Israel, em maio de 1948. Uma das ideias principais do sionismo político, teorizada por Nathan Birnbaum (1864-1937) e Theodor Herzl (1860-1904) para a construção de um Estado judeu, baseia-se no postulado de que todos os judeus modernos descendem dos hebreus. Nessa condição, eles teriam um direito de anterioridade sobre o solo da Palestina (renomeada “terra de Israel”), após os judeus da Antiguidade terem sido expulsos em massa pelos romanos no início da era cristã. Segundo essa narrativa, a região ficou esvaziada de seus habitantes emblemáticos, que se dispersaram pelo mundo. Posteriormente, a região foi invadida pelos árabes, mas negligenciada durante séculos por esses “estrangeiros”, que a deixaram em grande parte abandonada.

O mito do exílio forçado de um povo dotado de religião, cultura e território comuns, compondo uma nação única apesar de sua dispersão, serviu, na época, para justificar o projeto colonial sionista, invocando o “retorno” dos judeus ao seu “lar ancestral”. O Estado judaico deveria ser criado na Palestina, sustentaram líderes sionistas como David Ben-Gurion (1886-1973), em nome da exclusividade que os judeus teriam sobre a “Terra Prometida”, conforme a Bíblia. Quanto à população árabe palestina,⁴ historiadores como Shlomo Sand nararam que ela era vista como composta de “inquilinos temporários” em uma terra que não lhes pertencia, sendo, portanto, uma população a ser substituída ou expulsa.⁵ Embora as ficções fundadoras do sionismo tenham sido desconstruídas por historiadores e arqueólogos, incluindo israelenses,⁶ elas continuam a formar a base ideológica do Estado de Israel e de sua narrativa nacional.

Essa guerra cultural contra os palestinos cobre uma diversidade de áreas: história, tradições, arte, patrimônio material e imaterial, *habitat* e meio ambiente. Em outras palavras, tudo o que constitui a memória coletiva e a identidade de um povo.

EM NOME DA IDENTIDADE

A dimensão política da arqueologia na região ajuda a entender por que o patrimônio da Palestina continua sendo alvo de Tel Aviv. Em junho de 1967, por exemplo, durante a conquista de Je-

rusalém Oriental, da Cisjordânia e de Gaza por suas tropas na guerra árabe-israelense, Israel, que havia ratificado em 1957 a Convenção de Haia para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado (1954), tomou o Museu Arqueológico Nacional da Palestina, localizado na Cidade Santa. Esse museu, onde se conservavam os famosos manuscritos do Mar Morto, além de numerosos artefatos e livros antigos, foi rebatizado como Museu Rockefeller e colocado sob a tutela de um órgão ligado ao governo. Estima-se que, de 1967 a 1992, os israelenses confiscaram cerca de 3 milhões de objetos arqueológicos dos territórios palestinos e aproximadamente 120 mil por ano a partir de 1995.⁷

Na Cisjordânia, de mais de 6 mil sítios arqueológicos catalogados, duzentos estão localizados em colônias judaicas e cerca de mil foram danificados ou destruídos durante a construção do muro de separação ao redor dos palestinos. O Exército israelense proíbe o acesso de palestinos à maioria desses locais e monumentos antigos, reservados a visitantes judeus ou estrangeiros. Além disso, os guias turísticos palestinos, cuja profissão foi proibida por Israel entre 1967 e 1994, recebem autorizações de circulação limitada, principalmente para locais e edifícios cristãos.⁸

O patrimônio da Faixa de Gaza, onde foram registrados mais de 350 sítios, estabelecimentos e monumentos históricos, sofreu imensos danos desde o início da guerra entre Israel e o Hamas em 7 de outubro de 2023. Cerca de duzentos desses locais, incluindo a Mesquita Al-Omari (do século VII) e a Igreja de São Porfírio (do século XII), além de vestígios cananeus, filisteus, egípcios, romanos e otomanos, foram severamente danificados ou destruídos pelas bombas israelenses.⁹ Tropas israelenses também saquearam esses bens: em 12 de janeiro de 2024, o diretor da Autoridade de Antiguidades de Israel publicou em sua conta no X (antigo Twitter) uma fotografia mostrando uma coleção de objetos arqueológicos roubados pelos soldados e expostos como troféus no Parlamento israelense.¹⁰

A vontade de se apropriar das terras ancestrais e dos bens dos palestinos tem suas raízes no projeto concebido pelos pensadores sionistas de “desara-

bização” do território e da paisagem. Essa é a missão que o Fundo Nacional Judaico (FNJ), criado na Suíça em 1901, atribuiu aos “pioneiros” que chegaram da Europa à Palestina para estabelecer colônias de povoamento. Responsável pela aquisição de terras palestinas, o FNJ também promoveu a introdução de árvores importadas do Velho Continente – especialmente coníferas – para apoiar a expansão das colônias agrícolas, onde a silvicultura passou a se desenvolver. Esse programa de reflorestamento contribuiu para recriar um ambiente familiar aos imigrantes ocidentais, em vez de uma natureza cujos aspectos eram considerados demasiado “orientais” (*ler artigo na pág. 22*).

A apropriação cultural se estende ainda às vestimentas. As roupas e trajes tradicionais palestinos, costurados à mão, são um exemplo revelador. O bordado (*tatreez*), que surgiu na região do Levante na era cananeia, há milhares de anos, é transmitido principalmente dentro das famílias de vilarejos palestinos. Cada aldeia tem as próprias cores, figuras geométricas e padrões, inspirados pela flora e fauna locais. Contudo, esse patrimônio artesanal é reivindicado por israelenses com base no “direito de antiguidade” dos judeus sobre a “Terra Prometida”: eles afirmam que essa técnica de bordado já era usada nos tempos bíblicos. Livros dedicados à história do bordado e das vestimentas na Terra Santa têm apoiado essa narrativa, ignorando completamente as tradições palestinas. Nos últimos anos, o *tatreez* entrou até mesmo no mercado da moda “moderna” em Israel, e é comum ver esse tipo de bordado nas roupas de jovens hipsters em Tel Aviv.

O roubo do bordado está longe de ser um caso isolado: o *keffiyeh*, lenço tradicional palestino que se tornou símbolo da resistência desde a grande revolta árabe de 1936-1939, também foi apropriado pela indústria da moda, sendo despojado de seu significado político. Em 2016, a estilista israelense Dorit Baror (Dodo Bar) criou roupas femininas adornadas com os motivos do *keffiyeh*, vendidas por preços exorbitantes em suas lojas. Em 2021, o grupo francês LVMH, de propriedade do bilionário Bernard Arnault, provocou polêmica ao



Diante das opressões Israelenses sobre a cultura e povo palestino, a população resiste e recebe apoio mundial em defesa dos direitos humanos e por soberania

vender *keffiyehs* nas cores da bandeira israelense, assinados pela Louis Vuitton, por 582 euros cada.

Como demonstram os casos da Virgin Atlantic e da Flydubai, a culinária é um ponto central das tensões causadas pela apropriação de pratos palestinos, agora classificados como pratos nacionais de Israel. Hoje, de Nova York a Paris, passando por Londres, o humus, o tabule e o tahine (pasta de gergelim) são frequentemente percebidos erroneamente como especialidades israelenses, sendo despojados de suas origens levantinas, em grande parte graças às campanhas de propaganda cultural de Tel Aviv no exterior.

Os casos do zatar (mistura de especiarias composta principalmente de tomilho) e do *akkoub* (gundélia) também ilustram as ameaças à identidade palestina. Muito apreciadas pelos palestinos, essas plantas, que crescem de forma selvagem e são colhidas na primavera, são conhecidas por suas qualidades gastronômicas e por seus benefícios medicinais. No entanto, depois de 1977 e de 2005, sua coleta na natureza foi proibida por Israel, tanto em seu território como nos territórios ocupados, sob o pretexto de que essas espécies estariam “em pe-

rigio”, embora estudos científicos contradigam essa decisão.¹¹ Atualmente, essas plantas são cultivadas por empresas agrícolas israelenses, cujo público-alvo principal é a clientela árabe. Aqueles que desrespeitam a proibição de colheita “selvagem” do tomilho e do *akkoub* estão sujeitos a pesadas multas e até mesmo à prisão caso não consigam pagá-las.

UM ESPÍRITO DE RESISTÊNCIA DIÁRIA

Apesar dos riscos, muitos coletores e coletoras continuam até hoje a colher essas plantas da mesma forma que seus pais e avós faziam. *Foragers* [Colhedores, lançado em 2022], um filme da artista palestina Jumana Manna, situado entre o documentário e a ficção, expõe em detalhes a absurda regulamentação e suas consequências para os palestinos. O filme mostra ainda a resistência dos coletores árabes a essa lei arbitrária e discriminatória, apesar dos riscos judiciais que enfrentam. Uma das cenas do filme foca o caso de Samir, um colhedor “clandestino” detido por agentes da Administração Israelense de Parques e Natureza (Inpa) no Golã ocupado, com um saco cheio de *akkoub*. Antes de ser julgado, ele é levado a uma magistrada,

que relembra seus vários “antecedentes” relacionados à coleta ilegal de *akkoub* e tomilho. Entretanto, Samir, que enfrenta uma possível pena de prisão por causa de sua recusa em pagar qualquer multa, declara firmemente: “Serei pego de novo em 2050, com meus filhos e netos [...]. Seguirei o caminho dos meus avós”. Essas palavras resumem de forma simples o espírito de resistência (*soumoud*) que os palestinos demonstram diariamente perante a guerra cultural que enfrentam há mais de um século.

*Olivier Pironet é jornalista.

- 1 Cf. Michael Bachner, “Virgin Atlantic removes ‘Palestinian’ from couscous description” [Virgin Atlantic remove “palestino” da descrição do cuscuz], *The Times of Israel*, 13 fev. 2018, www.timesofisrael.com.
- 2 “Israel travel guide” [Guia de viagem de Israel], www.flydubai.com.
- 3 Ler Akram Belkaid, “La ‘guerre du houmous’” [A “guerra do humus”], *Manière de Voir*, n.142, ago.-set. 2015.
- 4 No início do século XX, a Palestina tinha cerca de 750 mil habitantes, dos quais aproximadamente 80% eram muçulmanos, 12% cristãos e 8% judeus.
- 5 Shlomo Sand, *Comment la terre d’Israël fut inventée. De la Terre sainte à la mère patrie* [Como a Terra de Israel foi inventada. Da Terra Santa à pátria mãe], Flammarion, Paris, 2014 (1. ed.: 2012).
- 6 O próprio Ben-Gurion estava convencido de que a maioria dos palestinos descendia dos

judeus da Antiguidade, que adotaram o cristianismo e depois o islamismo ao longo dos séculos, enquanto uma minoria manteve o judaísmo. Cf. Tom Segev, *A State at Any Cost. The Life of David Ben-Gurion* [Um Estado a qualquer custo. A vida de Ben-Gurion], Head of Zeus, Londres, 2019.

- 7 Cf. Luma Zayad, “Systematic cultural appropriation and the Israeli-Palestinian conflict” [Apropriação cultural sistemática e o conflito Israel-Palestina], *DePaul Journal of Art, Technology & Intellectual Property Law*, v.28, DePaul University, Chicago, 2019.
- 8 Cf. “Palestine’s cultural property and the Israeli occupation” [O patrimônio cultural da Palestina e a ocupação israelense] e “Palestine’s tourism and archeology under Israel’s colonial occupation” [O turismo e a arqueologia da Palestina sob a ocupação colonial de Israel], Departamento de Assuntos de Negociações (NAD) da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), respectivamente 16 dez. 2020 e 20 jun. 2022.
- 9 Clothilde Mraffko e Samuel Forey, “Dans la bande de Gaza, les bombes israéliennes détruisent le patrimoine et effacent la mémoire” [Na Faixa de Gaza, as bombas israelenses destroem o patrimônio e apagam a memória], *Le Monde*, 14 fev. 2024.
- 10 “Israel: Army displays artefacts stolen from Gaza in the Knesset” [Israel: Exército exhibe artefatos roubados de Gaza no Knesset], *Middle East Monitor*, 22 jan. 2024.
- 11 Cf. Rabea Eghbariah, “The struggle for za’atar and akkoub. Israeli, nature protection laws and the criminalization of Palestinian herb-picking culture” [A luta pelo zatar e pelo *akkoub*. Leis israelenses de proteção à natureza e a criminalização da cultura de colheita de ervas dos palestinos], Oxford Food Symposium, jun. 2020.

A ARTE DA DIFAMAÇÃO POLÍTICA

A acusação falsa de antissemitismo

Criticar as posições do partido de esquerda La France Insoumise, suas escolhas estratégicas, suas trapalhadas ou seus arroubos tem lugar no debate democrático. Propagar a imputação infamante e mentirosa de que a formação e seu fundador seriam “antissemitas” é, no entanto, expressão de um desejo de destruição. E seus efeitos políticos já se fazem sentir...

POR SERGE HALIMI E PIERRE RIMBERT*

Em 7 de julho, a Nova Frente Popular (esquerda), composta de quatro partidos, conquistou 193 cadeiras de deputados em um total de 577, superando a coalizão presidencial (166 cadeiras) e o Rassemblement National (extrema direita) com seu aliado de direita (142). Dois meses depois, o presidente da República nomeava como primeiro-ministro Michel Barnier, oriundo de uma formação neoliberal e conservadora, Os Republicanos (LR, direita tradicional), que havia obtido 6,57% dos votos no primeiro turno e eleito 47 deputados na noite do segundo turno. Barnier governa com o apoio da extrema direita, contra quem as grandes formações (exceto o LR) haviam se coligado no dia 7 de julho, e com o apoio parlamentar do partido presidencial, perdedor incontestável da eleição. Essa dissonância entre o voto dos franceses e sua representação política tornou-se habitual: Barnier terá de seguir, como seus antecessores, a agenda europeia rejeitada por 54,7% dos eleitores no referendo constitucional de 2005.

O golpe de força de Emmanuel Macron foi viabilizado pela encenação política e midiática de uma mentira: Jean-Luc Mélenchon e La France Insoumise (LFI) seriam antissemitas. A acusação – o tipo exato de desinformação que as autoridades francesas combatem quando vem de Moscou ou da Trump Tower – permitiu realizar três objetivos ao mesmo tempo: ostracizar o maior grupo parlamentar de esquerda, reabilitar a extrema direita (que, supostamente, teria deixado de ser antissemita) e, assim, justificar o afastamento da coalizão que contava com o maior número de representantes eleitos em uma disputa legislativa marcada pela alta participação.

A violência do ataque contra o LFI, combinada com a ausência de provas irrefutáveis que o justificassem, é vertiginosa. “O que pensa a turma de Mélenchon?”, exclamou Philippe Val na rádio Europe 1 (2 set. 2024). “Que vamos assistir a antissemitas e seus cúmplices se instalarem nos ministérios como vacas olhando os trens passarem!” Para impedir esse perigo, o ex-diretor do *Charlie Hebdo* e da France Inter conclamou “todo francês que se preza” a expulsá-los “dos ministérios da República”. E amea-

çou: “Podemos prometer que eles vão viver um inferno, porque não vamos existir até que eles partam!”.

No jornal *Le Figaro* (5 jul. 2024), um grupo de intelectuais, incluindo Pascal Perrineau, professor da Sciences Po, onde dirigiu por mais de vinte anos o Centro de Pesquisas Políticas (Cevipof), doutor em Estado e possuidor do título acadêmico de *agrégé*, conclamou o público a “barrar a Nova Frente Popular, uma coalizão que, acreditamos, representa hoje a maior ameaça aos judeus franceses e, mais amplamente, à França”. Os signatários miram especialmente o “La France Insoumise, esse partido que fez do ódio aos judeus uma estratégia eleitoral”.

O mesmo jornal conservador publicou em 20 de junho de 2024 as reflexões de Alain Finkielkraut, da Academia Francesa, nas quais ele qualifica Mélenchon de “líder da judeofobia contemporânea”.

“Aymeric Caron, David Guiraud, Danièle Obono, Sébastien Delogu, Mathilde Pannot, Rachel Keke, Thomas Portes, Louis Boyard, esses candidatos da Nova Frente Popular agitam os espectros de Pétain [Philippe Pétain, presidente da França durante a ocupação nazista], Maurras [Charles Maurras, intelectual ultraconservador, antissemita e apoiador do regime de Vichy] e até Adolf Hitler”, acrescenta o produtor de um programa da rádio France Culture. E adivinhe qual foi a primeira pergunta que passou pela cabeça da apresentadora Apolline de Malherbe quando recebeu a deputada de esquerda Clémentine Autain no canal BFM-RMC em 14 de novembro de 2023: “Jean-Luc Mélenchon é antissemita?”. A formulação do jornalista Benjamin Sportouch no programa *28 minutes*, do canal Arte, em 24 de junho de 2024, foi apenas ligeiramente diferente: “Raphaël Enthoven, uma pergunta bem simples: o LFI é um partido antissemita?”.

© Creative Commons/Touam (Hervé Agnoux)



O partido La France Insoumise (LFI), foi acusado injustamente de ser antissemita

“O LFI é o primeiro partido antissemita da França”, respondeu sem hesitar o editorialista do *Franc-Tireur*.

“La France Insoumise é um partido antissemita. Esse partido antissemita está em posição dominante na Nova Frente Popular”, também afirmou Bernard-Henri Lévy no *Le Point* (27 jun. 2024). A revista multiplicou as capas sobre os supostos malefícios do LFI (“Islamismo e antissemitismo. Como as barreiras caíram”, com o retrato de Mélenchon ao fundo, 2 nov. 2023), provavelmente inspirado por seu editorialista *pop star*, Franz-Olivier Giesbert, recebido como um oráculo nas redes de notícias: “Hoje há”, escreveu ele, “uma ‘esquerda iraniana’ encarnada por Jean-Luc Mélenchon e seus seguidores. [...] Hoje, como no tempo do *Führer*, a Internacional antissemita, agora a serviço de Teerã, pretende fazer desaparecer os judeus da face da terra. O plano deveria estar claro para todos: trata-se de fomentar a multiplicação dos atos antissemitas para forçar os judeus a deixar o país e se refugiar em Israel, onde está planejado que eles sejam degolados, no momento certo” (*Le Point*, 29 ago. 2024). O estupro de uma criança judia ou o incêndio de uma sinagoga agora levam muitos meios de comunicação a imputar imediatamente a inspiração desses crimes aos Insoumis. A tal ponto que uma deputada macronista, Caroline Yadan, sugeriu “a dissolução do LFI para combater o antissemitismo” (X, 8 ago. 2024). Dissolver um grande partido de oposição? Por que diabos não pensamos nisso antes?

Um exagero semelhante – o termo “excesso” parece reservado a Mélenchon – seria sem dúvida menos aceitável sem o aval implícito dado ao resto da matilha pelos meios de comunicação chamados de referência, aqueles que inspiram as elites políticas e editoriais: a France Inter, principal rádio da França, e o *Le Monde*, maior jornal nacional. Desde 7 de outubro de 2023, dez editoriais desse jornal associaram explicitamente Mélenchon e o LFI ao antissemitismo, denunciando seus “excessos” e sua “complacência com a violência mais bárbara” – enquanto reservavam para si “a coragem da nuance”.

UMA CONTRAVERDADE MANIFESTA

A saturação do espaço público pelo tema do antissemitismo do LFI vem

acompanhada de um silêncio midiático sobre outra “complacência com a violência mais bárbara”: aquela das principais formações políticas francesas em relação aos crimes de guerra cometidos com armas ocidentais e o “apoio incondicional” de personalidades políticas de destaque, com a presidenta da Assembleia Nacional à frente. Ora, ao longo de um ano, enquanto a mídia exagerava e distorcia o menor deslize de linguagem dos Insoumis, que sua mania de tuitar indignações constantes não deixou de provocar, minimizava a extensão dos massacres israelenses em Gaza. A ponto de Dominique de Villepin protestar, em 12 de setembro de 2024, na France Inter, em resposta a uma pergunta de Léa Salamé: “Temos Gaza, que é sem dúvida o maior escândalo histórico e sobre o qual ninguém mais fala neste país. É o silêncio, um véu de chumbo. Sou obrigado a googlar para encontrar uma breve nota”. Será que algum dia a France Inter, a TF1 ou a BFM TV questionarão um responsável político sobre a indulgência da França em relação a Israel? Ou protestarão contra o tuíte antipalestino de um deputado e acusarão seu partido inteiro de racismo antiárabe, se ele não for imediatamente sancionado?

“Mélenchon antissemita”: o veneno midiático circula desde 2018 (paradoxalmente, com a expulsão do líder do LFI de uma manifestação contra o antissemitismo). Após os assassinatos cometidos pelo Hamas em Israel em 7 de outubro de 2023, a campanha contra o LFI e, em menor grau, contra o Partido Comunista, o Novo Partido Anticapitalista (NPA) e os Ecologistas mudou de escala e de natureza. O objetivo nacional – tornar o maior partido de oposição de esquerda inaceitável – se encaixa perfeitamente em uma estratégia internacional que visa banir do debate público a crítica a Israel e suas políticas.

Desde 2016, o *lobby* pró-Israel tem se empenhado para que um número crescente de Estados adote a definição de antissemitismo estabelecida pela Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA) e promovida pelo Parlamento Europeu.¹ Extremamente vaga (“O antissemitismo é uma percepção dos judeus que pode se expressar como um ódio em relação a estes”), essa definição é acompanhada de onze exemplos, dos quais sete confundem crítica a Israel com antissemitismo. O objetivo? Não só disciplinar os debates sobre a Questão Palestina, mas também desacreditar e proibir mobilizações como o movimento Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS).

Assim, recusar a definição da IHRA é incorrer *ipso facto* na suspeita de antissemitismo. Após uma campanha contra o líder do Partido Trabalhista britânico, Jeremy Corbyn, um defensor da causa palestina injustamente acusado de judeofobia,² o Labour teve de adotar essa

definição. Hoje, 43 estados³ a subscrevem, incluindo a França, desde 2019, por iniciativa de Macron. A Comissão Nacional Consultiva de Direitos Humanos, no entanto, informou que “não é favorável a essa transposição” e que “é contrário ao direito constitucional francês fazer tal distinção entre os racismos”. E concluiu: “É igualmente necessário evitar qualquer instrumentalização da luta contra o antissemitismo e não confundir com racismo a crítica legítima a um Estado e sua política, um direito fundamental em uma democracia”.⁴ Em vão. Em bases muitas vezes absurdas ou sob o pretexto de um deslize, pessoas tão diversas quanto os cartunistas Siné e Plantu, os humoristas Charline Vanhoenacker e Guillaume Meurice, François Rufin e Daniel Mermet, intelectuais como Pierre Bourdieu, Judith Butler, Noam Chomsky, Edgar Morin, Pascal Boniface, as representantes democratas norte-americanas Ilhan Omar e Rashida Tlaib, Hugo Chávez e Dominique de Villepin, sem esquecer Charles de Gaulle, foram associadas à escória da humanidade.

Como um projeto tão grosseiro, visando desqualificar opositores políticos ou geopolíticos com base em uma contraverdade manifesta, pôde triunfar? Até hoje, nenhum dos acusadores de Mélenchon apresentou uma prova de declarações, fatos ou atos antissemitas de que o fundador do LFI tenha sido culpado – o qual, aliás, nunca foi condenado por tal crime. A acusação fraudulenta de que ele é vítima tem a particularidade de se basear em uma mentira tanto consciente como intencional: com exceção de alguns ideólogos sinceramente convencidos do caráter judeofóbico de um apoio à Palestina, a maioria dos propagadores do boato sabe que Mélenchon não é antissemita, e, de fato, eles às vezes admitem isso. Temos aqui o caso excepcional de uma *fake news* de Estado, repetida mecanicamente por jornalistas que não só não acreditam nela, mas também compreendem – e compartilham – o objetivo político que motiva sua disseminação.

Na falta de qualquer elemento antissemita inegável, os acusadores do LFI são forçados a interpretar intenções ocultas ou a extrapolar a judeofobia subterrânea de um léxico de termos proibidos, dos quais eles são os autores e que aumentam diariamente. Assim, ao lado de “sionismo”, “apartheid”, “elite”, “charuto”, “sistema”, “banco”, “500 famílias”, “populismo”, “Hollywood”, “dólar” etc., surgiu o verbo *camper* [acampar]. Ninguém o associava aos campos de extermínio até o domingo, 22 de outubro de 2023, quando o líder do LFI criticou em um tuíte a presidenta da Assembleia Nacional por “acampar em Tel Aviv para encorajar o massacre” em Gaza. Yaël Braun-Pivet havia declarado, alguns dias antes, o “apoio incondicional” da representação nacional a Israel, e então ela foi à capital desse Estado. Imedi-

tamente, os adversários de Mélenchon associaram o verbo “acampar”, que ele acabara de usar, não mais a excursões de verão ao ar livre ou a cercos militares, mas... aos campos nazistas. Essa interpretação inesperada veio não apenas de *trolls* pró-Israel, mas também de meios de comunicação respeitados, que, não satisfeitos em adotar essa interpretação extravagante, pretendiam impô-la a todos. Como uma verdade alternativa.


“O estranho verbo ‘acampar’ remete ao ‘campo’”, explicou em 23 de outubro o diretor do serviço político da France Inter, Yaël Goosz. “Insuportável, quando se conhece a história familiar de Yaël Braun-Pivet, cujo avô judeu polonês veio para a França para fugir do antissemitismo...” Dez dias depois, o *Le Monde* solicitou ao historiador Pierre Birnbaum, que, segundo o jornal, “lembra que o termo ‘acampar’ – utilizado pelo líder do La France Insoumise – [...] se inscreve em uma longa tradição antissemita francesa”. Birnbaum detalha: em 1890, o antissemita Édouard Drumont havia associado judeus a acampamentos de nômades; em 1937, outro antissemita, muito menos conhecido, Maurice Bedel, fez o mesmo em relação a Léon Blum. Por fim, novamente em 1954, em uma publicação monarquista, em relação a Pierre Mendès France. Assim, três referências dispersas, das quais a última remonta há setenta anos, foram suficientes para estabelecer que, ao usar a palavra “acampar”, Mélenchon teria feito uma piscadela judeofoba aos antissemitas contemporâneos, especialmente aos muçulmanos dos subúrbios, conhecidos por sua admiração por Drumont, Bedel e as coleções de *Aspects de la France...*

TÉCNICA MAL-INTENCIONADA DA INSINUAÇÃO

É assim: basta agora alinhar suspeitas, maledicências e maldade para forjar uma prova. “Consideradas separadamente”, afirmou o *L'Express* de 28 de agosto passado, “as declarações do líder dos Insoumis sobre os judeus podem inocentá-lo. Mas sua acumulação não pode fazer crer em uma simples coincidência.” E o sociólogo Gérald Bronner expôs sua brilhante demonstração: “Não podemos responder à questão de qual é a probabilidade exata de que esta ou aquela alegação seja realmente antissemita. No entanto, por serem emitidas pela mesma pessoa, é necessário ver essas probabilidades como interligadas”. Resumamos: a partir do momento em que dez metáforas ou palavras, tão polissêmicas quanto o verbo “acampar”, por exemplo, são qualificadas como antissemitas por decreto midiático, quem as utiliza se torna antissemita. Há vinte anos, o *Le Monde* já se destacava nesse registro admirável ao suspeitar de Pierre Bourdieu (e alguns outros) de antissemitismo pelo simples fato de terem criticado o jornalismo,

uma profissão que o autor do artigo insinuava ser considerada por antissemitas no século passado “como a profissão por excelência dos judeus”.⁵ Como podemos ver, pretender combater o antissemitismo não impede o uso de uma técnica que, ironicamente, é profundamente antissemita: a da insinuação.

Em vez de atacá-lo, os adversários de Mélenchon deveriam se curvar diante de sua performance. Isso porque ele provavelmente é o único líder de partido “antissemita” que nunca fez uma declaração antissemita, cuja formação propôs, com suas aliadas, cinco séries de medidas destinadas a combater esse flagelo⁶ e que foi a uma rádio judaica, a Radio J, para proclamar: “Cada judeu deve saber, até mesmo no menor vilarejo da França, que encontrará em nós ajuda e proteção”. Mélenchon também conseguiu, em 2015, que o tribunal de segunda instância de Paris condenasse três personalidades de direita que o haviam acusado de antissemitismo. Oito anos depois, o tribunal judicial de Paris também obrigou a emissora de extrema direita CNews a publicar um direito de resposta do LFI e a pagar uma multa à formação dos Insoumis por tê-los qualificado como “partido antissemita”.

“O raio paralisante abusivo da acusação de antissemitismo já não tem efeito”, estimou em 2 de junho último o fundador do LFI em seu blog. Ele se ilude. Um ano após seu lançamento, o assalto político-midiático atingiu seu alvo. No fim de agosto, Mélenchon aceitou ele mesmo a ideia de que o LFI, tornado radioativo, especialmente pela campanha de difamação de que foi alvo, não participe de um eventual governo de esquerda. A repetição da mentira, portanto, surtiu efeito. E, no caminho, outro objetivo também foi alcançado. Enquanto os massacres continuam na Palestina, o *L'Opinion* (16 set.) observou, quase surpreso: “Apesar da guerra em Gaza, a relação estratégica entre a França e Israel nunca foi tão boa”. 

*Serge Halimi e Pierre Rimbart são jornalistas do Le Monde Diplomatique.

- 1 Dominique Vidal e Bertrand Heilbronn, “Comment Israël manipule la lutte contre l'antisémitisme” [Como Israel manipula a luta contra o antissemitismo], *Orient XXI*, 12 fev. 2019.
- 2 Ler Daniel Finn, “Antisémitisme, l'arme fatale” [Antissemitismo, a arma fatal], *Le Monde Diplomatique*, jun. 2019.
- 3 <https://holocaustremembrance.com/resources/working-definition-antisemitism>.
- 4 Commission Nationale Consultative des Droits de l'Homme, “La lutte contre le racisme, l'antisémitisme et la xénophobie. Année 2018” [A luta contra o racismo, o antissemitismo e a xenofobia. Ano 2018], La Documentation française, Paris, jul. 2019.
- 5 Cf. Henri Maler, “Le Monde contre ‘les critiques antimédias’, antidémocrates et antisémites” [*Le Monde* contra as “críticas antimídia”, antidemocráticas e antissemitas], *Acrimed*, 26 abr. 2004. Ler também “Un ‘scoop’” [Um “furo”], *Le Monde Diplomatique*, maio 2004.
- 6 “Avec le Nouveau Front populaire, combattons l'antisémitisme et toutes les formes de racisme !” [Com a Nova Frente Popular, combatamos o antissemitismo e todas as formas de racismo], 23 jun. 2024.

A IMPOSSIBILIDADE DE ESCAPAR DA UNIÃO EUROPEIA

Instituições francesas doentes

Constitucionalistas ocupam os programas de televisão e as sessões de debate dos jornais para analisar a crise do regime que se instala na França desde as eleições legislativas. Propostas surgem; no entanto, a maioria das ideias esquece o ponto fundamental: as instituições são, antes de tudo, um bem público e um contrato social a ser reconstruído

POR ANDRÉ BELLON*

A física conhece um fenômeno curioso da natureza chamado sobrefusão. É o caso de um lago cuja água está abaixo de zero grau, mas não está congelada. Contudo, se jogarmos nele um pequeno cristal de gelo, o lago congela completamente. É possível imaginar que uma situação semelhante ocorra na política? Por exemplo, que uma organização institucional seja metastável e esteja à espera de seu “cristal de gelo”?

Há muito tempo o sistema político francês está congelado. Comentaristas frequentemente culpam apenas os políticos eleitos, em especial o comportamento do presidente da República. Dessa forma, evitam aceitar um fato fundamental, como lembrava o historiador Marc Bloch: “As instituições políticas, em geral, só podem ser verdadeiramente compreendidas quando suas ligações com as profundas correntes de ideias – e também de sentimentos – que as sustentam forem restabelecidas”.¹ Ou seja, aquilo que constitui os fundamentos de uma “comunidade política”.

O artigo 3º da Constituição francesa de 4 de outubro de 1958 estabelece que essa comunidade política é o povo, ao qual pertence a soberania nacional, que a exerce por meio de eleições. No entanto, a prática institucional anestesia ou desvia o sufrágio universal: um fato inédito, a nomeação de um novo primeiro-ministro levou 51 dias. Mesmo com uma participação excepcional nas eleições legislativas, o arbítrio do presidente da República lhe permitiu nomear uma pessoa derrotada já no primeiro turno das primárias de um partido hoje marginal.

Os apelos repetidos para respeitar os “usos republicanos” ou o “espírito da Constituição”, vagos mas insistentes, confirmam que essas derivações revelam uma crise profunda. As instituições têm como objetivo refletir um contrato social que expressa a vontade de uma

comunidade política. Elas são legítimas se rompem esse contrato, que confere significado político ao povo?

Essa questão já estava presente durante a IV República (1946-1958), cuja queda é muitas vezes resumida às fraquezas estruturais do parlamentarismo. Esquece-se que suas instituições foram minadas por práticas que lançaram dúvidas sobre o contrato social da época, nascido da Libertação (independência nacional, restauração da República, reconstrução do país, leis sociais). As instituições da IV República permitiam, por exemplo, excluir dois importantes movimentos políticos, os comunistas e os gaullistas, criando uma lacuna entre a representação e a realidade social, tudo isso em um cenário de guerras coloniais. Métodos questionáveis, porém legais, como o sistema de *apparentements* (alianças em eleições proporcionais), foram usados para eliminar os “indesejados”. Tais métodos destruíram a confiança dos cidadãos nas instituições que antes apoiavam. A perda dessa confiança contribuiu para o colapso da IV República e o advento da V.

Há um paralelo com o abuso quase doentio do artigo 49.3, hoje utilizado para sufocar uma crise política cada vez mais profunda. O artigo foi concebido como uma ferramenta excepcional, não como um modo de governo. Consequentemente, a V República, que pretendia “racionalizar” o poder parlamentar, levou ao recente apagamento quase total do Parlamento. Claro, alguns podem pensar que a crise pode ser resolvida modificando-se marginalmente o poder do presidente da República e o sistema eleitoral, por meio da introdução, por exemplo, da representação proporcional. Porém, essa visão técnica ignora a ruptura entre os cidadãos e seus representantes teóricos, resultando no desaparecimento do corpo político soberano.



OS CIDADÃOS, UM LOBBY COMO OUTRO QUALQUER

Os sinais dessa ruptura foram sistematicamente ignorados pela classe dirigente. Em primeiro lugar, o aumento da abstenção estrutural: as Assembleias Nacionais de 2017 e 2022 foram eleitas por uma minoria de eleitores, e a eleição presidencial marcou uma queda de participação no primeiro turno. O aumento da votação em 2024 foi acompanhado de um crescimento sem precedentes do Rassemblement National (RN, extrema direita) e de uma política de bloqueio que

complica a interpretação dos resultados finais. Como tirar conclusões políticas claras de uma eleição em que a esquerda correu em socorro de Élisabeth Borne, autora de uma reforma da previdência imposta com toda a violência institucional possível contra a vontade da maioria, e de Gérald Darmanin, responsável pela lei de imigração? Assim, os abusos de poder do presidente da República – desrespeito aos procedimentos de consulta do artigo 12 (dissolução), recusa em nomear um governo em um prazo razoável, um governo demissionário que vai além de



ção como ela realmente é: uma crise de regime e um colapso moral.

“A soberania nacional pertence ao povo.” Pode-se ver nisso apenas uma afirmação sem grande consequência. No entanto, para o general De Gaulle, havia um equilíbrio entre um poder central forte e a capacidade de afirmação da vontade popular. Essa vontade, simbolizada pelo referendo, revelou-se artificial. Em 2005, uma votação com cerca de 70% de participação rejeitou o Tratado Constitucional Europeu (TCE) por uma maioria de 54,7%. O presidente Nicolas Sarkozy desrespeitou a votação, com o apoio de François Hollande, adotando o Tratado de Lisboa. Por outro lado, em 24 de setembro de 2000, os eleitores aprovaram por referendo a substituição do mandato presidencial de sete anos pelo de cinco: o “sim” obteve 73% dos votos, embora houvesse 70% de abstenções e 16% de votos brancos ou nulos. Os cidadãos percebem claramente que as instituições podem ignorar sua vontade e que eles são desprezados nos discursos públicos.

Muitos debates giram em torno da estabilidade do poder, e há décadas ouvimos de defensores de governos em apuros afirmações como: “Se estivéssemos sob a IV República, o governo teria caído”. Certamente, mas isso é um problema? E a que custo pagamos essa “estabilidade”? Quando os conflitos sociais se desenvolvem e a estabilidade do poder ocorre em detrimento da expressão normal das aspirações populares, a legitimidade das instituições não está em questão? Pelo contrário, é o próprio conceito de povo que é contestado, apresentado de forma pejorativa, como incapaz e propenso a conflitos, esquecendo que o conflito é um dos fundamentos da democracia.

Podemos considerar legítima a reforma da previdência quando o governo fez de tudo para impô-la, enfrentando milhões de manifestantes e impedindo até mesmo uma votação no Parlamento, que a teria rejeitado? O percurso da lei de imigração é ainda mais revelador: o texto proposto pelo governo foi alvo de uma moção de rejeição na Assembleia Nacional em dezembro de 2023. Posteriormente, passou pelo Senado, que o modificou; a Assembleia validou as emendas “às pressas”; o Conselho Constitucional censurou quase todas as emendas, retornando ao texto inicial, e assim a proposta de lei inicialmente rejeitada pelos deputados entrou em vigor! Isso revela uma inversão da legitimidade, na qual os cidadãos não passam de mais um *lobby*, como qualquer outro.

A crise das instituições é uma crise do poder político. Ao criar a V República, o general De Gaulle pretendia sustentar um poder forte na preservação da soberania nacional. Lembramo-nos, a esse respeito, da política da cadeira vazia, entre 30 de junho de 1965 e 30 de janeiro de

1966, para impor o respeito aos interesses franceses na Comunidade Europeia.

Paradoxalmente, as instituições podem hoje ser usadas para destruir o que resta da soberania nacional e popular.

Embora a União Europeia nunca tenha se posicionado como adversária da democracia, não se pode negar que isso acontece, em grande parte, porque ela evita tratar da questão. No entanto, lembramo-nos dos alertas de Pierre Mendès France quando ele votou contra o Tratado de Roma em 18 de janeiro de 1957. Ele já denunciava o caráter tecnocrático da construção europeia, afirmando que “a abdicação de uma democracia pode ocorrer de duas maneiras: pela entrega de todos os poderes a um homem providencial ou pela delegação desses poderes a uma autoridade externa, que, em nome da técnica, exercerá na realidade o poder político”. Naturalmente, referências à democracia começaram a aparecer nos discursos europeus a partir dos anos 1970, mas de forma puramente formal e curiosamente sob um jargão contábil, conhecido como “déficit democrático”. Um ponto de virada oficializou essa diluição da democracia: a aprovação do Tratado de Lisboa.

De fato, o processo antidemocrático, como previa Pierre Mendès France, vem se intensificando desde o início. Em nome da eficiência decisória, a soberania dos povos é sistematicamente confiscada em favor das instituições supranacionais. Assim, não só a concorrência econômica é o alfa e o ômega das relações sociais na União Europeia, mas, como observa Dieter Grimm, ex-membro da Corte de Karlsruhe, “a intervenção dos Estados não é mais necessária para estabelecer o Mercado Comum. A Comissão (como órgão responsável pela implementação dos tratados) e a Corte de Justiça da União Europeia (como órgão responsável pela interpretação dos tratados em caso de conflito) podem tomar para si a integração econômica. Quando consideram que a legislação nacional atrapalha o Mercado Comum, declaram-na inadequada, sem que os governos possam efetivamente se opor”.²

Nesse contexto, não há mais vida política no sentido aristotélico. O que há é a dominação de uma ideologia: a de uma economia liberal, na qual o indivíduo é apenas um consumidor isolado. O sufrágio universal se transforma em um teatro de sombras.

A situação política exige uma clarificação, mas não apenas em termos de jogos políticos. É necessário refundar o contrato social e, para isso, revisar as regras do jogo político. Os movimentos sociais, subterrâneos ou não, indicam isso há muito tempo, sejam os Coletes Amarelos, as manifestações agrícolas, os apelos por referendos de iniciativa cidadã (RIC) ou as críticas à construção europeia. Nesse contexto, as institui-

ções são apenas um nome dado à reconstrução da soberania e à expressão de sua vontade.

Constitucionalistas podem explicar as reformas institucionais necessárias, mas muitas vezes o fazem para impor suas soluções e, principalmente, para privar o povo de qualquer controle real sobre a definição dessas mudanças. Eles evitam, assim, discutir a formulação do poder político diante da economia liberal e da ideologia gerencial da Europa. Dominique Rousseau,³ constitucionalista midiático, por exemplo, propõe uma pequena assembleia de cidadãos sorteados para repensar as instituições sob sua supervisão e a de especialistas escolhidos a dedo. Essa exclusão sofisticada do povo lembra que estamos diante de uma questão crucial de poder: a verdadeira questão não é apenas redefinir as instituições, mas quem tem legitimidade para construí-las. Recordemos Jean Jaurès, que proclamou: “O que é a República? É um grande ato de confiança. Instituir a República é proclamar que milhões de homens saberão traçar por si mesmos a regra comum de sua ação; que saberão conciliar a liberdade com a lei, o movimento com a ordem. [...] Instituir a República é proclamar que os cidadãos das grandes nações modernas, obrigados a satisfazer as necessidades da vida privada e doméstica por meio de trabalho constante, terão ainda tempo e liberdade de espírito para se ocupar da coisa pública”.⁴ E justamente hoje, quando a questão principal é a “comunidade política”, a reconstrução do povo, esse soberano natural, tudo é feito para evitar que os cidadãos assumam esse papel e para que a realidade do corpo social, que permitiria debates livres e racionais, não seja representada. A alternativa entre uma direção autoritária do país e a reconstrução da democracia⁵ emerge dessa crise de regime.

Hoje, devemos admitir que a questão está colocada: um mundo está em sobrefusão, e outro aguarda seu “cristal de gelo”.

***André Bellon** é presidente da Association pour une Constituante e ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Nacional francesa.

suas “funções correntes” etc. – não tiveram consequências além de gesticulações. Em uma Assembleia fragmentada e dividida entre onze grupos (um recorde!), eleita no contexto distorcido de um bloqueio contra um partido que obteve quase 11 milhões de votos, continuar a afirmar que a direita ou a esquerda ganharam ou perderam não faz sentido. As instituições, funcionando assim, não são mais capazes de expressar qualquer vontade popular. A classe política como um todo, focada em seus interesses partidários, parece incapaz de analisar a situa-

1 Marc Bloch, *Les Rois thaumaturges. Étude sur le caractère surnaturel attribué à la puissance royale, particulièrement en France et en Angleterre* [Os reis taumaturgos. Estudo sobre o caráter sobrenatural atribuído ao poder real, especialmente na França e na Inglaterra], Gallimard, Paris, 1983 (1. ed.: 1924).

2 Dieter Grimm, “Quand le juge dissout l’électeur” [Quando o juiz dissolve o eleitor], *Le Monde Diplomatique*, jul. 2017.

3 “Il faut arrêter le bricolage. Le moment est venu de changer de Constitution” [É preciso parar com os remendos. Chegou o momento de mudar a Constituição], *Le Monde*, 14 mar. 2023.

4 Jean Jaurès, “Discours à la jeunesse” [Discurso à juventude], jul. 1903.

5 Ler “Bonapartisme ou Constituante” [Bonapartismo ou Constituinte], *Le Monde Diplomatique*, abr. 2014.

NA SEQUÊNCIA DO AVANÇO UCRANIANO NA RÚSSIA

Por que Moscou não negocia

Desde a incursão ucraniana na região de Kursk, em agosto passado, as posições dos líderes ocidentais divergiram significativamente. Berlim anunciou a redução de sua ajuda militar, enquanto Londres e Washington autorizaram Kiev a lançar mísseis de curto alcance sobre o território russo. Como o Kremlin analisa esses eventos?

POR ARNAUD DUBIEN*

A incursão de milhares de soldados ucranianos na região de Kursk, no início de agosto, certamente constitui um evento de grande importância. Pela primeira vez desde a invasão alemã de 1941, o território da Rússia foi atacado e ocupado por tropas estrangeiras. Esse aspecto simbólico – central nos cálculos do poder em Kiev – foi amplamente destacado pela mídia ocidental. Para o presidente russo, Vladimir Putin, trata-se de um grande insulto, especialmente porque a operação contou com a aprovação de Washington para o uso de mísseis norte-americanos de curto alcance. No entanto, pode-se falar em uma virada na guerra com a Ucrânia? Do ponto de vista militar, essa hipótese parece ser negada pelos últimos desenvolvimentos no campo de batalha: o Exército russo lançou uma contraofensiva em meados de setembro, ao mesmo tempo que continua seu avanço no Donbass, sem reduzir suas forças ali, como esperava o Estado-Maior ucraniano. A incursão de Kiev também não alterou a estratégia russa. Convencido de que o tempo joga a seu favor na guerra de atrito em curso, o Kremlin parece não querer mudar seu ritmo. Nenhuma negociação para resolver o conflito está prevista a curto prazo, e o calendário eleitoral dos Estados Unidos – ao contrário do que se pensa amplamente na Europa – é secundário nas análises de Moscou. Para o Kremlin, o nome do ocupante da Casa Branca não altera a tendência estruturalmente conflituosa de suas relações com o governo norte-americano. Além disso, o poder russo duvida – não sem razão – da confiabilidade de Donald Trump, caso ele volte a ser presidente. Embora aprecie suas posições isolacionistas, o Kremlin acredita que ele é capaz de qualquer mudança de postura no exercício de suas responsabilidades.

O choque, a raiva e depois o afundamento em uma nova forma de “normalidade”: as reações na Rússia aos eventos de Kursk evoluíram rapidamente e de maneira semelhante à observada no outono de 2022, durante a contraofensiva ucraniana na região de Kharkiv, ou por ocasião da tentativa de golpe de Yevgeny Prigojin em junho de 2023. Foi nas redes

sociais – em particular no Telegram, um espaço informacional à parte na Rússia – que surgiram as críticas mais ferozes. “Blogueiros militares” (*voenkory*), que já haviam apontado as concentrações de tropas ucranianas na região de Sumy no fim de julho, mais uma vez criticaram a hierarquia militar por sua incompetência. Enquanto mais de 130 mil pessoas tiveram de ser evacuadas da zona de combate (mais de 10% da população da região de Kursk), um vasto movimento de solidariedade foi formado, mas a política de compensação do Estado – pagamento de uma ajuda emergencial de 15 mil rublos (R\$ 865) – inicialmente gerou incompreensão e ressentimento.¹ Fiel à sua postura, o Kremlin tentou minimizar os eventos. Longe de mobilizar a população para a defesa da “pátria em perigo”, tratou a incursão ucraniana como se fosse uma catástrofe natural. Apesar dessa postura calma do governo, a população realmente sentiu apreensão. Assim, no fim de agosto, 48% das pessoas entrevistadas pelo instituto FOM afirmaram perceber esse sentimento em seu círculo social. Embora significativo, o número é muito inferior ao registrado em setembro de 2022, após o anúncio da mobilização parcial para o conflito (o nível de preocupação era então de 69%). Além disso, ele diminuiu nas semanas seguintes.

A devolução de territórios tomados da Ucrânia não é considerada por nenhum observador sério em Moscou

EXIGÊNCIAS TERRITORIAIS

Nos círculos de poder, parece ter se instalado certa dúvida em relação à narrativa oficial sobre a inevitável vitória da Rússia. O oligarca Oleg Deripaska, fundador do grupo Rusal, em entrevista concedida ao *Nikkei Asia* em 8 de agosto,² declarou-se a favor de um cessar-fogo. Por outro lado, Alexander Khodakovsky, ex-oficial das forças especiais ucranianas que aderiu à causa separatista em 2014, compartilhou

suas preocupações sobre o andamento da “operação militar especial” em postagens publicadas em 17 de agosto em seu canal do Telegram (que contava com 503 mil assinantes antes de ser desativado, provavelmente devido a pressões políticas). Ambos refletem um ceticismo latente – raramente expresso e, portanto, difícil de quantificar – entre as elites econômicas e em certos círculos militares em Moscou. No entanto, essas vozes têm pouco peso no país, e – salvo uma evolução dramática da situação socioeconômica ou militar – nenhuma mudança de posição é esperada no Kremlin a curto prazo.

O presidente Putin reiterou isso durante o Fórum Econômico Oriental no início de setembro, em Vladivostok: “Se surgir um desejo de negociar [na Ucrânia], não recusaremos”. Essas palavras estão alinhadas com outras declarações de autoridades russas – notadamente do ministro das Relações Exteriores, Serguei Lavrov – que buscam atribuir a responsabilidade pelo impasse à Ucrânia e retomar o projeto de acordo discutido em Istambul na primavera de 2022 como base para negociações.³ Na prática, contudo, as condições impostas por Moscou para um retorno à mesa diplomática (retirada das tropas ucranianas das regiões de Donetsk, Lugansk, Kherson e Zaporíjia; compromisso de Kiev de não aderir à Organização do Tratado do Atlântico Norte [Otan]) – que Putin lembrou em 14 de junho diante da direção do Ministério das Relações Exteriores – estão distantes o suficiente do atual equilíbrio de forças militar para serem consideradas como um recuo na disposição de discutir. Além disso, as posições iniciais expressas por Moscou para uma negociação permanecem muito exigentes: renúncia ao armamento nuclear por parte de Kiev, desmilitarização (com base nas discussões da primavera de 2022) e “desnazificação” da Ucrânia, bem como o levantamento de todas as sanções. A incursão na região de Kursk, portanto, constitui uma oportunidade para a liderança russa, que agora tem um argumento forte – especialmente em relação a seus parceiros do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul) às vésperas da cúpula de Kazan, prevista para o fim de outubro – para não abrir negociações de imediato.

Se o que o Kremlin realmente quer não é claro, o que ele não está disposto a aceitar é mais evidente. A devolução de territórios tomados da Ucrânia não é considerada por nenhum observador sério em Moscou: isso vale para a Crimeia, anexada em 2014, para as parcelas das “repúblicas populares” de Donetsk e Lugansk sob controle separatista antes de 24 de fevereiro de 2022, e para as áreas conquistadas pelo Exército russo desde então. Um simples congelamento do conflito, sem um acordo de paz, muitas vezes chamado de “cenário coreano”, não é visto como uma opção desejável. Ele deixaria em aberto todas as preocupações estratégicas do Kremlin (expansão da Otan, armamento da Ucrânia etc.). Embora Putin tenha mencionado o reconhecimento formal da soberania russa sobre as quatro regiões anexadas, é duvidoso que tal demanda – que contraria a posição dos principais parceiros de Moscou, a começar pela China e pela Índia – seja de fato colocada à mesa no momento adequado.⁴

Do ponto de vista do Kremlin, os Estados Unidos são o único interlocutor relevante por pelo menos três razões: porque raciocinam em termos estratégicos, porque são capazes de impor a paz à Ucrânia e porque são o pilar do sistema de segurança na Europa por meio da Otan. No entanto, é provável que a Rússia deseje ver o Brics e a ONU desempenharem um papel de copatrocinadores, junto com Washington e seus aliados europeus. Moscou pretende, de fato, capitalizar seu grande pivô em direção ao Sul Global – considerado irreversível – e exclui depender apenas dos ocidentais para garantias pós-conflito, uma lição que Moscou tira do fracasso dos Acordos de Minsk, assinados em 2015 (patrocinados por Paris e Berlim). Pois, se a Ucrânia, a União Europeia e os Estados Unidos não confiam na Rússia, o inverso também é verdade.

A “operação especial” lançada por Putin em 24 de fevereiro de 2022 para provocar a derrubada do governo em Kiev rapidamente resultou em fracasso. Provavelmente concebida como uma reedição da Operação Danúbio, de agosto de 1968, na Tchecoslováquia⁵ – mas com forças insuficientes, dado o tamanho do país invadido, e com base em uma aná-

lise político-militar equivocada –, ela se transformou em uma guerra convencional prolongada. Em posição desfavorável no outono de 2022, o Exército russo começou a se fortalecer a partir da primavera seguinte, conduzindo uma ampla campanha de recrutamento de contratados (cerca de 30 mil por mês, com salários inéditos na Rússia). Ao mesmo tempo, o governo lançou um plano de encomendas militares, sem, no entanto, como se diz às vezes, transformar o país em uma “economia de guerra”. Embora o complexo militar-industrial esteja operando a todo vapor, as fábricas civis não foram redirecionadas para a produção de armamentos. As despesas militares – cerca de 6% do PIB – ainda estão distantes dos níveis observados na União Soviética durante a Guerra Fria. Um rápido ajuste permitiu, no entanto, ao Exército russo repelir a contraofensiva ucraniana na região de Zaporíjia no verão de 2023 e retomar a iniciativa no Donbass no fim de 2023.

EM DIREÇÃO A UM NOVO CICLO

Hoje, o presidente Putin enfrenta uma escolha difícil. Ele pode decidir continuar com a estratégia de “apropriação”

territorial, combinada com bombardeios profundos nas infraestruturas energéticas e militares da Ucrânia. Esse cenário inercial tem a vantagem de preservar a aparente normalidade que reina na Rússia, base da aceitação social dessa guerra que não se declara como tal. Entretanto, esse caminho não permite prever uma modificação significativa no equilíbrio de forças no campo de batalha. O outro cenário é uma ampliação do conflito. A maioria dos especialistas russos estima que seriam necessários pelo menos 500 mil homens adicionais para superar o Exército ucraniano e conquistar grandes cidades, como Kharkiv, Zaporíjia ou até Odessa. Até agora, o Kremlin sempre rejeitou essa opção. Ele não pode ignorar que a maioria dos russos (57%, segundo as últimas pesquisas) se opõe a uma segunda onda de mobilização.⁶ A escolha da “guerra até o fim” não é apoiada além de um movimento ultrapatriótico minoritário, que representa entre um quinto e um quarto da população.

Por enquanto, Putin se mostra confiante e repete regularmente que “todos os objetivos serão alcançados”. A imprecisão desses objetivos lhe dá

uma margem de manobra que a parte ucraniana não tem. A natureza do regime e o espírito pouco belicoso da população provavelmente permitem ao presidente russo “vender” uma vitória medíocre ao seu país. Porém, é possível que ele tema, nesse cenário, aparecer aos olhos das elites não como um novo Pedro, o Grande, ou uma nova Catarina II, mas como o ex-líder soviético Nikita Kruchev após a crise dos mísseis de Cuba. Em outras palavras, como um líder que assumiu muitos riscos para a Rússia por um resultado duvidoso do ponto de vista estratégico. Tudo indica que Moscou deseja que o conflito ucraniano termine no início de 2026 para abrir um novo ciclo: importantes eleições legislativas se aproximam, e muitas decisões até agora adiadas – principalmente no que diz respeito à sucessão no Kremlin – precisarão ser tomadas ou ao menos esboçadas. Além disso, embora a economia russa tenha mostrado uma notável resiliência até agora,⁷ ela pode estar atingindo seus limites. A hora das escolhas se aproxima para Putin. De sua avaliação dos riscos dependerá, em grande medida, a evolução da guerra.

***Arnaud Dubien** é diretor do Observatório Franco-Russo (Moscou), pesquisador associado do Institut de Relations Internationales et Stratégiques (Iris) e conselheiro do presidente do Institut Choiseul.

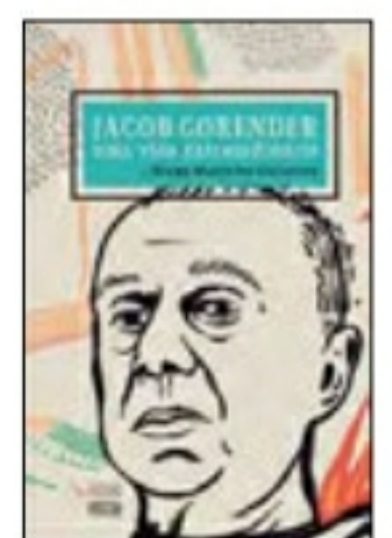
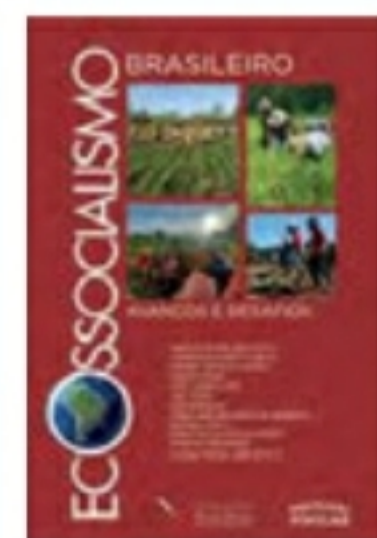
- 1 Alain Barluet, “À Koursk, les autorités russes se veulent rassurantes mais les évènements redoutent que les combats s'éternisent” [Em Kursk, as autoridades russas buscam tranquilizar, mas os evacuados temem que os combates se prolonguem], *Le Figaro*, Paris, 22 ago. 2024.
- 2 *Nikkei Asia*, Tóquio, 8 ago. 2024.
- 3 Ler Samuel Charap e Sergueï Radchenko, “La négociation qui aurait pu mettre fin au conflit en Ukraine” [A negociação que poderia ter acabado com o conflito na Ucrânia], *Le Monde Diplomatique*, jul. 2024, tradução de um artigo publicado na revista *Foreign Affairs*, em 16 abr. 2024.
- 4 Anatol Lieven, “How the Russian establishment really sees the war ending” [Como o establishment russo realmente vê o fim da guerra], *Foreign Policy*, Washington, DC, 27 ago. 2024.
- 5 Ruslan N. Pukhov, “From ‘special’ to ‘military’. Lessons from two years of the operation in Ukraine” [De “especial” a “militar”. Lições de dois anos de operação na Ucrânia], *Russia in Global Affairs*, v.22, n.2, Moscou, abr.-jun. 2024.
- 6 “Relatório dos russos sobre a operação militar especial na Ucrânia. 15ª onda (23 de maio-2 de junho de 2024)” (em russo), <https://russianfield.com/svo15>.
- 7 Ler David Teurtre, “Comment la Russie surmonte les sanctions” [Como a Rússia supera as sanções], *Le Monde Diplomatique*, jun. 2024.

28 ANOS PRODUZINDO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO POLÍTICA

The screenshot displays the website of the Fundação Perseu Abramo. At the top, there are navigation tabs: Agenda, Vídeos, Podcast, Escuta PT, Arquivo FPA, and MAPPE. Below these, there are several featured articles and interviews. One prominent article is titled 'ENTREVISTA • 27 DE AGOSTO • 17h' and features Rafaela Rosas and Carol Bispo. Another article mentions 'FPA publica subsídios e contribuições para programas de governo municipais'. There are also sections for 'Reconexão Periferias entrevista Elas existem - mulheres encarceradas' and 'FPA lança cartilha para facilitar diálogo com evangélicos'. On the right side, there is a 'CONTÉUDO RECENTE' section with links to 'Juventude e política', 'FPA lamenta morte de João Paulo Passos', and 'Fundação Perseu Abramo recebe visita de delegação do Partido Comunista da China'. At the bottom, there is a 'FOCUS' section with a book cover titled 'ATAQUE AO STF MIRA AMISTIA' and a video thumbnail about 'Ataques de Bolsonaro tentam usar ataques ao STF para justificar proposta de veto'.



Visite nossa biblioteca digital e baixe livros gratuitamente!



ACOMPANHE NOSSOS CANAIS E RECEBA NOSSAS PUBLICAÇÕES!

www.fpabramo.org.br

@fpabramo

Fundação Perseu Abramo

@fpabramo

INVESTIGAÇÕES SOBRE A DESTRUIÇÃO DOS GASODUTOS NORD STREAM

Cenários para um atentado

Desde o 11 de Setembro de 2001, a luta contra o terrorismo se tornou prioridade absoluta para os países ocidentais. No entanto, ela encontrou um ponto cego: a destruição dos gasodutos Nord Stream, em setembro de 2022. Claramente constrangidas, as autoridades políticas e judiciais evitam o tema, e não sem motivo. Dois anos depois, as investigações apontam não para o Kremlin, mas para Kiev, Washington e Varsóvia...

POR FABIAN SCHEIDLER*

Em 26 de setembro de 2022, quatro explosões abalaram o fundo do Mar Báltico, perto da ilha dinamarquesa de Bornholm. Durante dias, grandes quantidades de metano escaparam de três seções destruídas dos gasodutos Nord Stream 1 e 2, que transportavam gás da Rússia para a Alemanha. As consequências do atentado logo pesaram sobre a população europeia, com aumento acentuado nos preços da energia, especialmente na Alemanha. Além disso, essa infraestrutura, cuja construção custou mais de 10 bilhões de euros, não tinha apenas a russa Gazprom como acionista, mas também duas empresas de energia alemãs (E.ON e Wintershall), uma holandesa (Gasunie) e uma francesa (Engie), todas com direito de reclamar indenizações.

Sem dúvida, o maior ato de sabotagem da história recente da Europa, combinado com um desastre ambiental, deveria ter desencadeado uma investigação rigorosa e a punição severa dos responsáveis. No entanto, dois anos depois, as investigações oficiais são marcadas pela falta de urgência e por um notável constrangimento. Até o momento, não houve prisões, interrogatórios ou acusações contra os suspeitos.

No início de junho, um mandado de prisão europeu foi emitido pelo procurador-geral contra um cidadão ucraniano residente na Polônia, chamado Volodymyr Jouravlov. Contudo, Varsóvia se recusou a fornecer assistência administrativa, como exigido pela lei, e o suspeito conseguiu escapar sem ser incomodado.¹ Com uma leveza incomum em questões de combate ao terrorismo, o primeiro-ministro Donald Tusk, ídolo dos liberais europeus, criticou as autoridades alemãs no X (antigo Twitter), em 17 de agosto: “A todos os iniciadores e patrocinadores do Nord Stream: a única coisa que vocês precisam fazer é se desculpar e se calar”.

Logo após as explosões, as autoridades judiciais suecas e dinamarquesas afirmaram que apenas um ator estatal poderia ter realizado tal operação.² Entretanto, elas encerraram suas investigações inesperadamente, sem divulgar os resultados. Assim que o atentado foi

cometido, os Estados Unidos anunciaram o início de investigações, prometendo resultados, especialmente porque seus serviços de inteligência monitoram completamente o Mar Báltico; todavia, nada foi comunicado. Paralelamente, os ocidentais recusaram sistematicamente a oferta repetida de Moscou para participar da investigação. As autoridades alemãs continuam suas investigações, mas, em resposta a questionamentos parlamentares, o governo afirma que qualquer divulgação de informações ameaçaria o “bem do Estado” (*Staatswohl*) – ou seja, que países ou serviços secretos aliados seriam comprometidos.

Jornalistas investigativos e deputados do Bundestag afirmam de forma unânime que suas petições encontram um muro de silêncio. Holger Stark, da revista *Die Zeit*, falou sobre uma “pressão brutal sobre todas as autoridades para que não falem com nenhum jornalista”.³ Já o deputado social-democrata Ralf Stegner, entrevistado pelo *Le Monde Diplomatique*, acha “muito surpreendente” que um crime tão grave, cometido em um dos mares mais monitorados do planeta, tenha gerado tão poucas informações dois anos após o ocorrido. Seu colega Andrej Hunko, da Aliança Sobra Wagenknecht (BSW, esquerda), fala de um “desinteresse provocador pela elucidação” desse crime.

O SUSPEITO DE SEMPRE

Três hipóteses circulam sobre a identidade dos sabotadores. A primeira é que os próprios russos seriam os responsáveis. Nos meses que se seguiram aos atentados, alguns representantes governamentais e a grande mídia ocidental apontaram o dedo para a Rússia. “É a única que tem capacidade e motivo para fazer isso”, pontuou Pierre Haski, cronista geopolítico da rádio France Inter (28 set. 2022). Desde então, as autoridades judiciais alemãs e suecas declaram repetidamente que não há indícios de envolvimento russo. O diretor da CIA, William Burns, pouco suspeito de poupar Moscou, também afirmou o mesmo, assim como o *Washington Post* ao final de uma longa reportagem investigativa.⁴ Entre os motivos misteriosos que teriam

levado a Rússia a destruir uma infraestrutura custosa da qual detém 51%, a teoria de que Moscou cometeu o atentado para evitar penalidades em caso de interrupção das entregas não convence: em vista das sanções e dos ativos russos confiscados, provavelmente o país teria se recusado a pagar as multas.

A segunda teoria foi apresentada em 8 de fevereiro de 2023, quando o jornalista Seymour Hersh, conhecido por suas revelações sobre crimes de guerra norte-americanos no Vietnã e no Iraque, publicou em seu blog um artigo detalhado culpando os Estados Unidos e a Noruega. Segundo sua única fonte, a administração Biden teria ordenado o atentado.⁵

Um mês depois, em 7 de março, o *New York Times*, onde Hersh foi um dos principais repórteres, avançou com uma terceira hipótese, baseada em depoimentos anônimos de “funcionários norte-americanos que avaliaram informações de inteligência”:⁶ a sabotagem teria sido obra de um “grupo pró-ucraniano”. Pouco depois, um consórcio de meios de comunicação alemães, liderados pela *Die Zeit*, aprofundou a teoria com base em informações do procurador-geral federal: as reportagens identificaram um veleiro alugado pelos sabotadores. Desde então, os principais meios de comunicação ocidentais têm se concentrado quase exclusivamente nessa versão: com 15 metros de comprimento, o *Andromeda* teria partido do porto alemão de Rostock em setembro de 2022 com cinco homens e uma mulher a bordo, com destino à área da Ilha de Bornholm. Lá, esses mergulhadores amadores teriam minado os tubos a 80 metros de profundidade. Os investigadores alemães indicam que, em janeiro de 2023, foram detectados traços do explosivo HMX na mesa do navio, que a tripulação havia esquecido de limpar; segundo os investigadores, esse mesmo produto foi encontrado no local das explosões.

As primeiras publicações dessa versão rapidamente levantaram questionamentos: um barco tão pequeno poderia abrigar uma operação de tal magnitude e transportar as toneladas de explosivos necessárias, de acordo com as primeiras estimativas dos especialistas? Mergu-

lhos tão profundos não exigiriam uma câmara de descompressão – grande demais para esse barco? Desde então, uma expedição privada realizada no local do atentado pelo engenheiro sueco Erik Andersson, em colaboração com o jornalista Jeffrey Brodsky,⁷ dissipou algumas dúvidas. Primeiro, a análise de fotografias subaquáticas detalhadas revelou que menos de 50 quilos de explosivos seriam suficientes para destruir um gasoduto. Em segundo lugar, profissionais altamente treinados poderiam realizar esses mergulhos sem uma câmara de descompressão – embora com mais risco e maior tempo de execução. No entanto, pergunta Brodsky, por que criminosos sem uma câmara de descompressão teriam escolhido minar os tubos a 80 metros de profundidade se, nas proximidades imediatas, uma parte do Nord Stream se encontrava a menos de 40 metros? E por que um dos dispositivos explosivos foi colocado a 75 quilômetros dos outros três?⁸ Apesar de muitas perguntas ainda sem resposta, teoricamente o *Andromeda* poderia ter realizado a operação.

Sinal do gênio diabólico dos organizadores ou da vontade europeia de não saber, as pistas dos supostos autores se perdem no nevoeiro. Passaportes falsos usados para alugar o barco levam a um soldado ucraniano e a uma empresa de fachada polonesa financiada por um empresário ucraniano chamado Rustem A. Outras pistas conduzem ao instrutor de mergulho ucraniano Volodymyr Jouravlov e a outros suspeitos. Contudo, ninguém foi interrogado, e os investigadores alemães não apresentaram pedidos de cooperação judicial à Ucrânia. Pior: as autoridades alemãs teriam até facilitado indiretamente a fuga do suspeito ao não registrarem seu nome no sistema Schengen, que lista as pessoas sujeitas a mandados de prisão europeus. “Os guardas de fronteira poloneses não tinham as informações ou motivos para detê-lo, já que ele não estava listado como procurado”, afirmou a porta-voz da Procuradoria-Geral da Polónia.⁹ Segundo um relatório da CIA citado pelo *Washington Post* (11 nov. 2023), os mandantes do atentado seriam o agente ucraniano Roman Chervinsky e o ex-comandante-chefe das Forças Armadas ucranianas, Valerii Zaluzhnyi, hoje embaixador em Londres. Esse documento ressaltava que o presidente Volodymyr Zelensky não tinha conhecimento do plano. Entretanto, em agosto passado, o *Wall Street Journal* relatou, com base em fontes anônimas ucranianas, que Zelensky havia dado sua aprovação, antes de tentar – sem sucesso – interromper as operações sob pressão norte-americana.¹⁰ A indiferença ocidental diante da perspectiva de que um país aliado, armado e financiado pelos Estados Unidos e Europa possa ser considerado um Estado terrorista levanta questões: forças

políticas estariam dificultando as investigações por temer que elas cheguem a conclusões geopoliticamente incorretas e capazes de abalar o apoio à Ucrânia?

James Bamford, renomado jornalista investigativo dos Estados Unidos e especialista em inteligência, vai um passo além. Ele considera praticamente impossível que uma operação tão complexa tenha ocorrido sem o conhecimento dos serviços secretos norte-americanos.¹¹ Primeiro, porque esses serviços mantêm laços muito próximos com os militares e os serviços de inteligência ucranianos. Além disso, os Estados Unidos garantem uma vigilância completa do Mar Báltico por causa da presença do sistema Integrated Undersea Surveillance System (Iuss), colocado em prática com a ajuda da Suécia. O sistema de inteligência de sinais da Agência de Segurança Nacional (Sigint) monitora de perto as comunicações do Exército e do governo ucraniano. Apesar do anúncio de sua própria investigação, Washington ainda não forneceu nenhum dado.

De acordo com o jornal *Die Welt* (14 dez. 2023), cidadãos norte-americanos – presumivelmente colaboradores dos serviços secretos – teriam participado da inspeção do *Andromeda* pelos guardas de fronteira locais durante uma parada do veleiro em Kolberg, na Polônia, em 19 de setembro de 2022. As autoridades polonesas se recusam a fornecer mais informações e alegam que as imagens das câmeras de vigilância do porto não existem mais. A falta de cooperação de Varsóvia, feroz opositor ao Nord Stream, levanta questões sobre a possibilidade de que esteja ativamente acobertando os autores do crime, ou até mesmo envolvida na organização das operações.

SINAL VERDE NORTE-AMERICANO?

Segundo o *Washington Post* de 6 de junho de 2023, a CIA sabia, desde junho de 2022, de um plano ucraniano para explodir os gasodutos; a agência havia informado alguns países europeus, incluindo a Alemanha. Se acreditarmos nessas fontes, os governos ocidentais teriam conscientemente ocultado do público que seu aliado ucraniano estava no topo da lista de suspeitos da maior sabotagem industrial da história contemporânea. O *Wall Street Journal* (14 jun. 2023) cita funcionários públicos norte-americanos anônimos afirmando que a CIA tentou na época dissuadir a Ucrânia. Nenhuma fonte independente corrobora essa afirmação. Andersson vê nisso uma manobra de Washington para estabelecer o que se chama de “negação plausível” na diplomacia. Ele e Brodsky acreditam que, se o veleiro realmente fez parte do crime, os Estados Unidos, no mínimo, deram sinal verde para a operação, pois, caso contrário, os sabotadores ucranianos correriam um risco muito alto de aparecer nos radares de vigilância norte-americanos – com con-

sequências potencialmente fatais para as relações com os ocidentais. O engenheiro e o jornalista não descartam uma participação ativa dos Estados Unidos no planejamento. A existência de planos anteriores para explodir os gasodutos, que teriam contado com a participação de “especialistas ocidentais”, segundo o *Wall Street Journal* (14 ago. 2024), parece reforçar essa interpretação.

A questão do papel dos Estados Unidos nos leva à segunda teoria, a de Hersh. Em dezembro de 2021, afirma o jornalista, o presidente Joe Biden teria instruído a CIA a elaborar um plano para destruir os gasodutos em caso de invasão da Ucrânia pela Rússia. Mergulhadores especializados da Marinha dos Estados Unidos teriam executado o plano em junho de 2022, colocando explosivos acionáveis remotamente por sinal acústico. As manobras anuais da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) no Mar Báltico serviriam de disfarce. Em setembro, Biden teria dado a ordem para detonar os explosivos.

Após sua publicação em fevereiro de 2023, o artigo de Hersh foi ignorado ou desqualificado como teoria da conspiração pela imprensa ocidental. A principal crítica feita pelos poucos jornalistas que analisaram o texto é que ele se baseia em uma única fonte anônima – como, aliás, a maioria de suas revelações importantes. Hersh observa que os Estados Unidos nunca esconderam sua intenção de destruir o Nord Stream: o próprio presidente Biden anunciou, em 7 de fevereiro de 2022, durante uma coletiva de imprensa na Casa Branca, ao lado do chanceler alemão, Olaf Scholz, que seu país “acabaria com os gasodutos se a Rússia invadisse a Ucrânia”. “Vocês verão: nós podemos fazer isso”,¹² acrescentou ele, sorrindo. Após os atentados, a subsecretária de Estado norte-americana, Victoria Nuland, celebrou durante uma audiência no Senado: “O governo norte-americano está muito satisfeito que o Nord Stream 2 não seja mais do que um monte de metal no fundo do oceano”.¹³ Do ponto de vista geopolítico e econômico, não há dúvida de que Washington tinha interesse em colocar esses tubos fora de operação.¹⁴ Os Estados Unidos desaprovavam a aproximação entre Alemanha e Rússia; além disso, segundo Hersh, Washington pretendia privar a Rússia de uma ferramenta de pressão, que poderia ter incentivado Berlim a limitar seu apoio à Ucrânia. Todavia, existem indícios ou provas que corroborem a versão de Hersh? Foi justamente para responder a essa pergunta que Andersson empreendeu sua expedição. Sua análise do local do crime revelou que não havia dois explosivos por gasoduto, como Hersh inicialmente afirmou, mas muito provavelmente apenas um. Originalmente defensor da tese de Hersh, o engenheiro agora considera a versão do *Andromeda* como mais provável, em-

bora não descarte que Hersh, apesar de seus erros de detalhe, possa estar certo. Por exemplo, a análise detalhada de Andersson de dados de inteligência de fontes abertas (*open source intelligence*, Osint) conclui que as posições dos navios de guerra e aviões norte-americanos são compatíveis com a descrição de Hersh,¹⁵ ao contrário do que afirmavam análises anteriores de Osint.

Embora as teses de Hersh não tenham sido refutadas, Stark, chefe do departamento de investigação da revista *Die Zeit*, acredita que seu colega errou desta vez, pois suas afirmações não foram corroboradas por nenhum resultado de investigação até o momento. O jornalista investigativo Jeremy Scahill, cofundador da plataforma de notícias The Intercept, mencionou duas possibilidades que poderiam estabelecer uma ligação entre a versão de Hersh e a do *Andromeda*. Em primeiro lugar, a fonte de Hersh pode ter tido conhecimento de um plano que foi abandonado e substituído por outra operação – uma hipótese que Andersson também considera plausível. Outra possibilidade é que a jornada do iate tenha sido parte de uma manobra de distração complexa. Steven Aftergood, que chefiou o programa de pesquisa sobre operações secretas do governo norte-americano na Federation of American Scientists de 1991 a 2021, considera a disseminação de narrativas falsas para encobrir uma operação “uma prática comum em operações militares e de inteligência”, muitas vezes chamada de “camuflagem e engano”.¹⁶ Scahill observa que deixar vestígios de explosivos na mesa é “ou prova de total falta de profissionalismo, ou uma ‘pista’ deixada intencionalmente para enganar”. A ideia de que os autores do atentado “não tiveram tempo suficiente para apagar seus rastros”¹⁷ no iate, como sugeriu Stark, parece pouco plausível, dado que o barco ficou semanas em viagem. O *Andromeda*, aliás, passou quatro meses inativo antes de ser examinado pelos investigadores, tempo mais que suficiente para apagar rastros – ou criá-los. Porém, até o momento, nenhuma prova concreta sustenta essa hipótese de distração, que também é defendida por Hersh.

O atentado contra o Nord Stream permanece, assim, uma questão não resolvida. Diante dessa situação, muitos parlamentares defendem uma comissão de inquérito independente, talvez sob os auspícios do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No entanto, uma resolução nesse sentido, apresentada pela Rússia e apoiada pela China e pelo Brasil, não recebeu o apoio dos Estados Unidos e de seus parceiros. Alemanha e Suécia sempre rejeitaram a ideia de tal comissão para – oficialmente – não prejudicar as investigações em andamento. A vontade de não esclarecer os fatos é compreensível: se as pistas levarem à responsabilidade do governo ucraniano

ou até mesmo norte-americano, as consequências geopolíticas serão imprevisíveis e potencialmente fatais. Assim, o jogo de esconde-esconde em torno da mais explosiva história criminal de nossa época continua.

***Fabian Scheidler** é jornalista e autor de *La Fin de la mégamachine* [O fim da megamáquina], Seuil, Paris, 2020.

- 1 Bojan Pancevski, “Nord Stream revelations ignite dispute between US allies” [Revelações sobre o Nord Stream geram disputa entre aliados dos EUA], *The Wall Street Journal*, Nova York, 20 ago. 2024.
- 2 “Schweden sieht schuld bei staatlichem Akteur” [Suécia vê culpa em ator estatal], *Tagesschau*, 6 abr. 2023.
- 3 “Eine verminte Recherche – Wer sprengte die Nord-Stream-Pipelines?” [Uma investigação minada – Quem explodiu os gasodutos Nord Stream?], mesa redonda durante a assembleia anual da Netzwerk Recherche em Hamburgo, 16 jun. 2023, gravada pela Tide TV.
- 4 Bojan Pancevski et al., “US warned Ukraine not to attack Nord Stream” [EUA alertaram a Ucrânia para não atacar o Nord Stream], *The Wall Street Journal*, 14 jun. 2023; e Shane Harris et al., “No conclusive evidence Russia is behind Nord Stream attack” [Sem evidências conclusivas de que a Rússia esteja por trás do ataque ao Nord Stream], *The Washington Post*, 21 dez. 2022.
- 5 Seymour Hersh, “How America took out the Nord Stream pipelines” [Como os Estados Unidos destruíram os gasodutos Nord Stream], *Substack*, 8 fev. 2023.
- 6 Adam Entous, Julian E. Barnes e Adam Goldman, “Intelligence suggests pro-Ukrainian group sabotaged pipelines, US officials say” [Inteligência sugere que grupo pró-ucraniano sabotou gasodutos, dizem autoridades norte-americanas], *The New York Times*, 7 mar. 2023.
- 7 Erik Andersson, “A trip to the Nord Stream blast sites” [Uma viagem aos locais da explosão do Nord Stream], *Substack*, 28 jun. 2023.
- 8 Jeffrey Brodsky, “What is and what isn’t known about the Nord Stream sabotage” [O que é e o que não é conhecido sobre a sabotagem ao Nord Stream], *Substack*, 30 nov. 2023.
- 9 “Erster hftbefehl wegen Nord-Stream-anschlägen” [Primeiro mandado de prisão pelos atentados ao Nord Stream], *Tagesschau*, 14 ago. 2024.
- 10 Bojan Pancevski, “A drunken evening, a rented yacht: The real story of the Nord Stream pipeline sabotage” [Uma noite de bebedeira, um iate alugado: a verdadeira história da sabotagem ao gasoduto Nord Stream], *The Wall Street Journal*, 14 ago. 2024.
- 11 “Intercepted: The biggest whodunnit of the century” [Interceptado: o maior mistério criminal do século], *The Intercept*, 17 maio 2023; e James Bamford, “The Nord Stream explosions: New revelations about motive, means, and opportunity” [As explosões do Nord Stream: novas revelações sobre motivo, meios e oportunidade], *The Nation*, Nova York, 5 maio 2023.
- 12 “President Biden on Nord Stream 2 pipeline if Russia invades Ukraine: ‘We will bring an end to it’” [Presidente Biden sobre o gasoduto Nord Stream 2 caso a Rússia invada a Ucrânia: “Vamos acabar com ele”], disponível no YouTube.
- 13 “Just in: Ted Cruz confronts top Biden official over Nord Stream 2 decision” [Urgente: Ted Cruz confronta principal funcionário de Biden sobre decisão do Nord Stream 2], disponível no YouTube.
- 14 Ler Pierre Rimbart, “Comment saboter un gazoduc” [Como sabotar um gasoduto], *Le Monde Diplomatique*, maio 2021.
- 15 Erik Andersson, “Aircraft and vessels in Seymour Hersh’s Nord Stream story” [Aeronaves e embarcações na história de Seymour Hersh sobre o Nord Stream], *Substack*, 22 maio 2023.
- 16 Jeremy Scahill, “Conflicting reports thicken Nord Stream bombing plot” [Relatórios conflitantes complicam trama do atentado ao Nord Stream], *The Intercept*, 10 mar. 2023.
- 17 Holger Stark, “Nord-Stream-Ermittlungen: Spuren führen in die Ukraine” [Investigações sobre o Nord Stream: pistas levam à Ucrânia], *Zeit Online*, 7 mar. 2023.

CASO TELEGRAM

A submissão francesa

A prisão do fundador do Telegram, culpado de “assegurar o respeito pela confidencialidade” e de dificultar “interceptações”

POR MATT TAIBBI*

Na segunda-feira, 21 de outubro de 2013, o embaixador dos Estados Unidos na França foi convocado ao Ministério das Relações Exteriores. O *Le Monde* havia acabado de publicar¹ vários trechos das revelações do denunciante Edward Snowden, que evidenciaram a interceptação, em um mês, de “70,3 milhões de registros de dados telefônicos de franceses” pela Agência de Segurança Nacional norte-americana (NSA): uma vigilância “em grande escala”.

Na época, o primeiro-ministro Jean-Marc Ayrault exigiu “respostas claras” de Washington e insistiu que os Estados Unidos trabalhassem com a França para criar “condições de transparência a fim de acabar com essas práticas”. Antes de uma reunião com o secretário de Estado norte-americano, John Kerry, que estava em Paris no momento da publicação dos trechos, o então ministro das Relações Exteriores, Laurent Fabius, estava furioso. Ele explicou que era necessário “garantir rapidamente” que essa vigilância “totalmente inaceitável” fosse interrompida. Uma semana depois, Kerry admitiu que a espionagem tinha ido “longe demais”.²

Cerca de dez anos antes da prisão do fundador do aplicativo de mensagens Telegram, Pavel Durov, pela França (em 24 de agosto), os líderes europeus fingiam indignação diante do regime de vigilância conduzido por seu aliado, que havia tomado proporções consideráveis sob a direção do vice-presidente Dick Cheney (2001-2009). Após os ataques de 11 de setembro de 2001, muitos altos funcionários norte-americanos decretaram que a privacidade era um luxo que não podiam mais proteger. Aqueles que ainda defendiam essa ideia – em sua maioria progressistas – ficaram satisfeitos ao ver a Europa envergonhar Washington. Talvez esse tratamento trouxesse os Estados Unidos de volta à razão?

Em 2013, quando a ex-chanceler alemã Angela Merkel descobriu que o governo de Barack Obama estava espio-

nando seu telefone celular,³ ela declarou que “espionar amigos não é algo que se faz”. Em 2015, quando o WikiLeaks publicou um relatório intitulado “Espionagem no Eliseu”,⁴ revelando que Jacques Chirac, Nicolas Sarkozy e François Hollande haviam sido alvos, os progressistas norte-americanos mais uma vez aplaudiram a indignação francesa. Muitos deles celebraram as desculpas públicas que Obama teve de fazer a Hollande por telefone (a primeira havia sido em 2013, após as revelações do *Le Monde*). O desconforto era evidente: nas capturas de tela divulgadas pelo WikiLeaks, uma das entradas mostrava “FR PRES CELL” (telefone celular do presidente francês), gerando um grande mal-estar na “comunidade internacional”.

Na época, Julian Assange, fundador do WikiLeaks, ainda estava em liberdade. Ele explicou que os Estados Unidos vinham “espionando economicamente a França há mais de uma década”, usando ferramentas de vigilância para dar vantagem às suas empresas em negociações de contratos. Segundo o WikiLeaks, essas práticas visavam a BNP Paribas, AXA, Crédit Agricole, Peugeot, Renault, Total, Orange e até associações agrícolas. Para piorar, as informações obtidas eram compartilhadas com concorrentes britânicos da França.

Dez anos depois, a indignação francesa desapareceu. Agora, a França está na vanguarda da vigilância global, comportando-se como um “cachorrinho” dos Estados Unidos. Recentemente, a procuradora da República de Paris tornou pública a lista de acusações contra Pavel Durov.⁵ Podemos concluir das acusações que o governo francês está exigindo do Telegram que lhe seja oferecida a possibilidade de colocar em prática uma vigilância semelhante àquela que anteriormente o Eliseu criticou nos episódios envolvendo a NSA e Snowden. A plataforma seria um obstáculo para isso, como indicam algumas acusações: “prestação de serviços de criptografia

para garantir funções de confidencialidade sem declaração em conformidade”; “fornecimento de meio de criptografia que não assegura exclusivamente funções de autenticação ou controle de integridade sem prévia declaração”; “recusa de fornecer, mediante solicitação das autoridades competentes, as informações ou os documentos necessários para a realização e exploração das interceptações autorizadas por lei”.

Poucos fora dos Estados Unidos sabem que, nos últimos cinco anos, a política norte-americana foi marcada por uma violenta batalha sobre a censura digital. As burocracias criadas pelo Exército e por agências de espionagem para combater as comunicações on-line de grupos como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico (EI) foram utilizadas para enfrentar outra “ameaça”, dessa vez interna. Assim, a vigilância passou do antiterrorismo para o “antipopulismo”.

Nos Estados Unidos, a liberdade de expressão garantida pela Primeira Emenda da Constituição não é reservada às empresas, aos ricos e poderosos, como Durov e Elon Musk. No entanto, nas plataformas privadas de redes sociais, os cidadãos não têm proteção da Primeira Emenda, ficando expostos à censura de seus anfitriões. A desmantelar monopólios como o X (antigo Twitter) ou criar espaços públicos on-line, as autoridades preferem manter essas plataformas sob controle privado, permitindo que contornem leis de proteção das liberdades individuais.

Nos Estados Unidos, se duas pessoas trocam documentos em um parque público, o FBI não tem o direito de interceptá-los. Contudo, se esses documentos são enviados on-line, o governo pode pressionar a plataforma para obtê-los. Agências federais afirmam ter o direito de exigir a descriptografia ou exclusão dessas mensagens se não estiverem em conformidade com os termos de uso da plataforma. Se X, Telegram, YouTube ou Facebook fossem serviços públicos, o Estado estaria agindo ilegalmente. Po-

rém, no espaço privado não há obstáculos legais para isso.

Tudo isso não tem nada de anedótico. Pouco depois da prisão de Durov, Mark Zuckerberg, evidentemente tomado pelo nervosismo, escreveu ao Congresso norte-americano admitindo que, em 2021, membros do governo Biden haviam “exercido pressões repetidas sobre [suas] equipes durante meses para que censurassem certos conteúdos relacionados à Covid-19, especialmente os humorísticos e satíricos”.⁶ O CEO da Meta também afirmou ter sido alertado pelo FBI, que alegava que um artigo de desinformação sobre Hunter Biden, filho do presidente norte-americano, era de origem russa. Em um caso de censura sem precedentes nos Estados Unidos, tanto o Facebook como o X restringiram a divulgação do artigo em questão, cujo conteúdo se revelou, posteriormente, verdadeiro.



© Creative Commons/Wikimedia



A prisão de Pavel Durov, fundador do Telegram, é um exemplo do movimento de controle global da internet na França e nos EUA

O caso dos “Twitter Files”, um vazamento na correspondência interna do X quando a empresa ainda se chamava Twitter, coberto pelo autor destas linhas, insere-se na mesma linha. Ele revelou as inúmeras “solicitações” de remoção de conteúdo provenientes das autoridades norte-americanas antes da aquisição da plataforma por Musk. Os e-mails e textos divulgados expuseram um FBI e um Departamento de Estado preocupados em controlar o fluxo de informações, seja em relação aos Coletes Amarelos, a Donald Trump ou ao Brexit. Uma geração antes, do outro lado do Atlântico, a população se indignava ao descobrir que o FBI havia enviado uma simples carta para a gravadora que produziu um sucesso do grupo de rap NWA denunciando a violência policial.⁷ No entanto, os “Twitter Files” não esclareceram uma única carta, mas milhares.


A firmeza dos Estados nos conflitos relacionados à liberdade de expressão na França, no Brasil, no Reino Unido e em outros lugares foi apresentada como uma ilustração de sua determinação em forçar bilionários odiosos e pouco inclinados a prestar contas a cessar a propagação do ódio e da desinformação. Entretanto, nenhuma capital se propôs a aprofundar a democratização da internet. Seu projeto consiste, na verdade, em transformar a liberdade de expressão em um privilégio sob controle privado e em erigir os bilionários que detêm as plataformas como parceiros da vigilância e da censura estatal. Com a prisão de Durov, a França contribui de forma significativa para esse projeto.

A prisão do fundador do Telegram, culpado de “assegurar o respeito pela confidencialidade” e de dificultar as “interceptações”, surpreendeu os progressistas norte-americanos, que há não muito tempo

se alegravam ao ver Paris se opor aos programas de vigilância de Washington. Em 2014, no exato momento em que os Estados Unidos enfrentavam a indignação provocada pela revelação de espionagem de seus aliados, Durov foi forçado a deixar a Rússia por ter se recusado a fornecer a Moscou informações sobre os usuários de sua rede social, a VKontakte. Assim, cabe à França, que havia enfrentado a NSA em 2013, a distinta honra de ser o primeiro país europeu a seguir os passos do presidente russo, Vladimir Putin...

É evidente que as concepções norte-americana e europeia de liberdade de expressão diferem. Nos Estados Unidos, a Primeira Emenda estabelece que os cidadãos gozam naturalmente da liberdade de culto, de imprensa e de expressão, bem como do direito de se reunir pacificamente; ela restringe o poder do Congresso sobre esses direitos “inalienáveis”. Na tradição francesa, o Estado é convida-

do a desempenhar um papel na busca de um equilíbrio entre as liberdades individuais e o direito coletivo à segurança.

Uma terceira abordagem – que está atualmente emergindo – combina o que há de pior nas duas opções anteriores. Na maioria dos países, a liberdade de expressão logo será inserida em um ambiente controlado pelo setor privado, no qual a liberdade dos cidadãos será regulamentada. Por trás das fachadas dessas empresas, os espões que remexiam há dez anos nas comunicações privadas dos bancos franceses ou da chanceler alemã terão como alvo as pessoas comuns, independentemente de seu país, aproveitando as possibilidades quase ilimitadas que oferecem seus “parceiros” privados em termos de vigilância e manipulação. Os recentes acontecimentos não devem ser interpretados como um aviso a bilionários ameaçadores: eles participam da absorção desses atores no próprio aparelho do Estado, sem que o público tenha a possibilidade de obter esclarecimentos. Esse é um projeto para o qual a França realmente quer contribuir? 

*Matt Taibbi é jornalista.

- 1 Jacques Follorou e Glenn Greenwald, “Comment la NSA espionne la France” [Como a NSA espiona a França], *Le Monde*, 21 out. 2013.
- 2 “Espionnage: John Kerry reconnaît que les États-Unis sont allés ‘trop loin’” [Espionagem: John Kerry reconhece que os Estados Unidos foram “longe demais”], *France 24*, 1 nov. 2013.
- 3 “Allegation of US spying on Merkel puts Obama at crossroads” [Alegação de espionagem dos EUA sobre Merkel coloca Obama em uma encruzilhada], *The New York Times*, 24 out. 2013.
- 4 “Espionnage Élysée” [Espionagem no Eliseu], *WikiLeaks*, 29 jun. 2015.
- 5 Comunicado de imprensa da procuradora da República, Paris, 26 ago. 2024.
- 6 “Mark Zuckerberg just admitted three things” [Mark Zuckerberg acabou de admitir três coisas], publicação da Comissão Judiciária da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos no X, 27 ago. 2024.
- 7 Jack Whitley, “The threatening letter the FBI sent to NWA” [A carta ameaçadora que o FBI enviou ao NWA], *Hip Hop Hero*, 27 out. 2021.

DESENVOLVIMENTO PESSOAL E MARKETING DA ALMA

Onde foi parar o inconsciente?

Uma força alheia à nossa razão que interfere em nossas escolhas, pensamentos e corpo: o inconsciente, segundo Sigmund Freud, trouxe uma revolução na compreensão do ser humano, levantando suspeitas sobre as normas comuns. Nossa percepção e, de modo mais amplo, o “bom senso” foram alterados por isso. Hoje, a celebração pelos empreendedores da saúde mental de um ego “transparente” marca um retrocesso

POR EVELYNE PIEILLER*

Para neutralizar uma ideia que possa gerar dúvidas sobre os valores que justificam o sistema vigente, não é necessário, nas democracias, proibi-la – afinal, defendemos a liberdade... Basta distorcê-la, pervertê-la, esvaziá-la. Isso é discreto, elegante e, além do mais, bem-acerto, pois não se trata de ser reacionário atacando uma descoberta, e sim de parecer progressista popularizando-a; e, como toque final, isso é lucrativo. Foi exatamente o que aconteceu com a noção de inconsciente.

Quando os escritos de Sigmund Freud e de seus discípulos afirmaram que esse mistério profundo influenciava nossa vida, houve uma mudança radical na forma de entender os distúrbios psíquicos e uma revolução na visão de mundo. Ora, o que acontecia com nosso livre-arbítrio? E nossa responsabilidade? Que papel restava para a razão, aquela habilidade tão preciosa que deveria ser incentivada por uma disciplina saudável? O que acontecia com a singularidade humana se o indivíduo fosse “controlado” por forças que ele desconhecia?

Claro, sempre se soube que não éramos totalmente mestres de nós mesmos. Sonhos, lapsos, associações intempestivas de ideias, patologias físicas incompreensíveis, paixões avassaladoras: ao longo dos séculos, além das interpretações médicas, várias explicações para essas manifestações incontrolláveis foram elaboradas, especialmente por filósofos e poetas. O mal obscuro no coração dos descendentes de Adão – desejos involuntários e irresistíveis – foi por muito tempo uma explicação: “Meu Deus, que guerra cruel! Encontro dois homens em mim”, como escreveu Jean Racine em seus *Cânticos espirituais* (1694). Mais tarde, essa sensação de exílio interior e a percepção de uma força fora de controle seriam descritas de outra forma. Friedrich Nietzsche, em *Além do bem e do mal* (1881), ecoando o famoso “Eu é um outro” de Arthur Rimbaud, escreveu: “Um pensamento só vem quando ele quer, e não quando eu quero, de modo que é uma distorção dos fatos pretender que o sujeito ‘eu’ seja a condição do atributo ‘eu penso’. Algo pensa, mas acreditar que esse algo é o antigo e famoso eu é uma pura suposição”.

Vinte anos depois, Freud expandiu e redefiniu essa ideia. Ele concebeu o inconsciente não apenas como aquilo que esquecemos ou ignoramos, mas também como o que influencia o corpo e “informa” o consciente sem que tenhamos consciência disso. Em outras palavras, ele “descentraliza” o humano, como era comumente representado (não é mais o “eu” que governa, com o resto sendo amplamente patológico e marginal), e oferece uma leitura revolu-

cionária de nossos desajustes, escolhas e capacidades: um deciframento suspeito daquilo que pensamos ser nossa verdade, uma nova maneira de alcançar a libertação das ilusões.

Os impactos foram enormes. Freud chamou isso de a terceira ferida narcísica da humanidade, depois da revolução copernicana-galileana (não, o Sol não gira em torno da Terra...) e o abalo da teoria da evolução de Darwin (não, o ser humano não é uma criatura única,

distinta das outras espécies animais). Ele estava certo. Entretanto, Freud se enganou ao pensar que, ao fazer palestras nos Estados Unidos em 1909, estaria “trazendo a peste”. O inconsciente foi encolhido. A peste se transformou em cuidados de beleza – interiores.

UM TRUQUE MAGNÍFICO

Antigamente, os ensaios de psicanalistas eram publicados por editoras generalistas, e Françoise Dolto até se tornou



uma estrela na rádio France Inter, com seu programa *Quando a criança aparece*, em 1976-1977. Ainda estávamos no rastro de certa efervescência intelectual, aquela dos anos 1960, que viu florescer coleções de ciências humanas e celebrar pensadores pouco dados à vulgarização, como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Pierre Bourdieu. Era um tempo em que o futuro era plural e estimulava a imaginação. A ideia de revolução, inclusive conceitual, não parecia ultrapassada. Transformar o mundo, mudar a vida... Essa época desperta nostalgia – suas modas, músicas e ícones são constantemente reciclados –, porém, como de costume, trata-se de uma nostalgia inofensiva, já que as questões que animavam aquilo de que se tem saudade dificilmente são revividas...

É isso que se torna evidente com o uso atual do “inconsciente”. Ele foi por muito tempo limitado – e isso é uma maneira eficaz de tentar contê-lo – ao seu uso psicoterapêutico, versão “miséria sexual”: desde o *slogan* de 1968 que ordenava “goze sem entraves”, os “tabus”, supostamente a essência do inconsciente, junto com a repressão, continuam a ser superados, e o inconsciente começou a perder seu sentido devastador. Isso não impediu que os ataques continuassem. À direita, à esquerda, contra a psicanálise, teoria e prática, contra Freud, em nome da ciência – descobertas das neurociências cognitivas, enquanto a influência do manual de psiquiatria norte-americano (o famoso DSM, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) e a força da indústria farmacêutica cresciam. Não foi necessário apagar a descoberta de Freud, bastou resolvê-la. Encolhida. A maioria dessas novas abordagens seguia na mesma direção: a dissolução de sua capacidade de dismantelar certezas. O oposto da ação de seu rival, o ego “transparente”, que está em alta atualmente.

Assim, passamos para questões mais sérias, ou seja, o retorno do “bom senso”, essa construção ideológica que se apresenta como a velha e boa verdade. Nossos tumultos obscuros são tratados com benevolência e adaptados às normas – especialmente por filósofos ou afins, que cuidam das complicações da mente. Como diz Christophe André, psiquiatra francês que assumiu o papel de humilde mestre da sabedoria e youtuber de sucesso: “O inconsciente? Não sou nem a favor nem contra, muito pelo contrário”, mas é preciso reconhecer que “os sonhos, os atos falhos etc. podem resultar de falhas no processamento e armazenamento” das informações que recebemos do ambiente. Além disso, não está descartada a possibilidade de haver “vários inconscientes”.¹ Nesse caso, a noção já não é mais a mesma... Portanto, melhor diluí-la em subconsciente e, por que não, como um obstáculo desnecessário para ser quem você

é: um truque magnífico. Não se trata mais de compreender o que nos escapa, mas de organizar nosso bem-estar. Simples. É preciso, por exemplo, “considerar a depressão como um intruso, o que ela realmente é (ela se instalou sem sua permissão), e desobedecê-la: ‘Não estou em depressão. Seus interesses não são os meus’”.² Um pouco de força de vontade, um esforço próprio, e tudo ficará bem, como é sabido. Afinal: “Todas as feridas [...] estão ligadas à falta de amor ou são amplificadas por ela. [...] Sua cura estará ligada a todas as formas e expressões de compaixão. É tão simples assim”.³ Simples – nunca nos cansamos disso: “É melhor aceitar primeiro o que causa minha raiva ou tristeza e guardar minha energia para ações mais importantes do que reclamar ou me irritar”.⁴ E o que é mais importante? A felicidade. A paz interior. O desenvolvimento pessoal.

Christophe André é o porta-voz da “psicologia positiva”: um conjunto de “abordagens destinadas a nos ajudar a enfrentar melhor as adversidades”, obviamente apoiado por “dados de pesquisa” (*La Vie*, 1 maio 2021). Ele popularizou uma técnica de “meditação da atenção plena” que ajuda a “desaprender a depender das fontes de angústia” (France Inter, 6 maio 2023). Adaptamos, mas não quebramos. Não tentamos mais mudar o mundo, nem mesmo o interior; somos superiores a ele, pela graça de uma disciplina espiritual. Somos superiores ao mundo, aceitando suas imperfeições com “compaixão” por nós mesmos e nos adaptando ao que somos – e ao que é. Maravilhosa conformidade com a ideologia burguesa. Não nos rebelamos, aprendemos a tolerância. A história particular não importa, somos todos iguais, no fundo, poderosos ou miseráveis, todos sujeitos às mesmas pequenas misérias – todos humanos, todos iguais, já que todos falíveis, e todos capazes de superar suavemente nossos conflitos.

Sem surpresa, o sucesso veio: a dificuldade de existir não está desaparecendo, e os guias para colocar os sintomas entre parênteses, ignorando as causas, encontram um nicho lucrativo. Além de seus livros, vídeos e palestras, Christophe André organiza sessões de meditação. Inclusive para parlamentares. Segundo a *Philosophie Magazine* (10 jan. 2018), “[a iniciativa] atrai primeiro os centristas”, mas não apenas: “Os deputados da LREM [La République en Marche, do presidente Emmanuel Macron] me pareceram muito receptivos” – às virtudes de se adaptar ao mundo como ele é, talvez?

O filósofo francês Charles Pépin é outro representante dos professores de apaziguamento íntimo, de uma lucidez conquistada sobre os múltiplos obstáculos ao autodesenvolvimento. No programa *La question philo* [A pergunta filosófica], na France Inter, ele oferece chaves. “Para viver, você deve ser você mesmo. Deve ouvir, diz Bergson,

a nota que é sua, a melodia interior de sua subjetividade. Mas como fazer para saber qual é essa melodia pessoal? [...] É preciso olhar para o passado e procurar quando a ouvimos pela primeira vez” (11 set. 2023). Você saberá, com total clareza. Momento de revelação. Sua verdadeira identidade, ali. Nua. Melhor ainda: do lado do passado, nada está decidido. “Não é necessário aceitar certas coisas do passado apenas porque elas aconteceram. Podemos intervir nelas.” Uma cena da infância que gerou algum complexo? Você deve reencená-la – literalmente – de outra forma, e a “criança interior” será “curada”.⁵

Isso pressupõe, entre outras coisas, que sabemos claramente o que nos faz sofrer, assim como sabemos identificar quem somos. Não precisamos do inconsciente e de suas encenações que fazem parecer ilusões aquilo que pensamos ser verdade. Basta nos concentrarmos em nós mesmos. E, com um esforço contínuo, nos conhecemos, nos realizamos, nos purificamos de nossos erros que levam ao fracasso, nos tornamos o que devemos ser, transparentes para nós mesmos, prontos para funcionar. O autodesenvolvimento nem sempre passa por uma gestão com tanto valor agregado como a espiritualidade ou a filosofia, sustentadas pelas últimas descobertas sobre o cérebro. Às vezes, é mais direto e visa permitir o sucesso: pode então se apoiar nas várias técnicas de mensuração de si mesmo (o *quantified self*).⁶ Contudo, o objetivo é o mesmo: o ego feliz em sua transparência harmoniosa, os traços negativos identificados e desfeitos. Basta querer. Pois, quando se quer, se pode. De volta ao ponto de partida. O inconsciente? Nada que não possa ser domado.


Somos superiores ao mundo, aceitando suas imperfeições com “compaixão” por nós mesmos e nos adaptando ao que somos – e ao que é. Maravilhosa conformidade com a ideologia burguesa

O INDIVÍDUO NO CRUZAMENTO DE DUAS ALIENAÇÕES

Baruch Spinoza, em *Ética*, observou: “Não é porque uma coisa é boa que a desejamos, mas é porque a desejamos que a julgamos boa”. Não, o juízo de valor nem sempre se fundamenta na pura razão. Sabemos, pelo menos desde Étienne de La Boétie, que alguns abraçam com entusiasmo uma servidão voluntária. “Livramento”. No plano individual, assim como no coletivo. Como

lembram Félix Guattari e Gilles Deleuze em *O anti-Édipo*, é surpreendente que “os famintos nem sempre roubem” e que “os explorados nem sempre façam greve”; é surpreendente que algumas populações adotem doutrinas mortíferas com plena consciência e desejem vê-las triunfar. O que alimenta essas “escolhas”? O que faz com que se busque a mão firme de um líder?

Essa foi a reflexão do que veio a ser chamado de freudo-marxismo, com destaque para o psicanalista e comunista Wilhelm Reich, que ligava o subjetivo ao social, afirmando que o fascismo encontrou o desejo das massas.⁷ O freudo-marxismo foi amplamente atacado, à direita e à esquerda; no entanto, ele destaca um ponto fundamental: o inconsciente encontra sustento na ideologia, e vice-versa – quanto aos valores e códigos propagados pela ideologia, eles não têm nada de transparentes, embora se apresentem como “naturais”. A ilusão suprema. Assim como a suposta “verdade” do que se chamará então de identidade ou, melhor ainda, de alma. O indivíduo está no cruzamento de duas alienações, íntima e coletiva. Os empreendedores da higiene do sucesso pessoal contribuem para ocultar ambas e trabalham para a mistificação de uma *self-liberation* que glorifica, em última instância, a resignação. Não mude o mundo, nem o de fora nem o de dentro; mude a percepção que tem dele! O contrário, sob a cobertura de uma libertação mais ou menos estoica, da emancipação.

Servidão voluntária, sorridente, recompensada por uma autoestima deliciosamente reforçada. O que, na verdade, enquanto durar, pode sempre ser útil, em um mundo movido pelo espírito de competição e pelo bom uso da submissão esclarecida. 

*Evelyn Pieiller é jornalista do *Le Monde Diplomatique*.

- Entrevista, 14 abr. 2009, www.psychologies.com.
- Christophe André, *Mon programme contre la dépression* [Meu programa contra a depressão], L'Iconoclaste, Paris, 2018.
- Christophe André, *Les États d'âme. Un apprentissage de la sérénité* [Os estados da alma. Um aprendizado da serenidade], Odile Jacob, Paris, 2009.
- Christophe André, *Imparfais, libres et heureux. Pratique de l'estime de soi* [Imperfeitos, livres e felizes. Prática da autoestima], Odile Jacob, 2015 (1. ed.: 2006).
- Entrevista entre Charles Pépin e Isabelle Spaak, *Madame Figaro*, Paris, 4 set. 2023, sobre o livro *Vivre avec son passé* [Viver com o passado], de Charles Pépin (Allary Éditions, Paris, 2023). Na mesma editora: *La Confiance en soi* [A autoconfiança] (2021), *Les Vertus de l'échec* [As virtudes do fracasso] (2018), *La Joie* [A alegria] (2016).
- Cf. o instrutivo livro *Crise de soi. Construire son identité à l'ère des réseaux sociaux et du développement personnel* [Crise de si. Construindo sua identidade na era das redes sociais e do desenvolvimento pessoal], de Thierry Jobard, 10/18, Paris, 2024.
- Cf. Wilhelm Reich, *La Psychologie de masse du fascisme* [A psicologia de massa do fascismo], Payot, Paris, 1998.

livros

**FINANCEIRIZAÇÃO:
CRISE, ESTAGNAÇÃO
E DESIGUALDADE**

Lena Lavinas, Norberto M. Martins, Guilherme L. Gonçalves e Elisa Van Waeyenberge (orgs.), Contracorrente


O livro vê-se diante da tarefa de avançar nos debates sobre a centralidade dos mercados financeiros e finanças relativamente à esfera da produção e circulação efetiva de mercadorias. Organizada em oito partes e 35 capítulos e com 66 colaboradores, a obra explora diversos aspectos do capitalismo em sua forma financeirizada e apresenta-se como expressão teórica e de conteúdo político.

A coletânea destaca que, nas formas contemporâneas do capitalismo, há inegável subordinação da produção e circulação de mercadorias aos ganhos e rendas financeiras, com proeminência do rentismo e das práticas expropriatórias. O resultado é a erosão das bases do Estado de bem-estar social. Dessa forma, educação, saúde, saneamento básico,

entre outros direitos fundamentais, tornam-se apenas colaterais das políticas sociais, pois o interesse maior são os ganhos financeiros. O livro mostra o caso das parcerias público-privadas na saúde, da financeirização da educação superior, da financeirização da pobreza e da dívida como mecanismo de reprodução social.

As questões de gênero, meio ambiente, direitos humanos e democratização do acesso às cidades também se veem transformadas no capitalismo financeirizado. As políticas públicas desprezam, portanto, o bem-estar coletivo e passam a priorizar os mercados secundários de títulos e papéis, que vão concentrar a riqueza nas mãos das novas elites financeiras. Há uma desconexão entre a políti-

ca social e sua função primaz. Com isso, são negociados direitos, natureza, cidadania, que se transformam em ativos financeiros, como mostra o livro.

É preciso colocar as lentes da financeirização para compreender não apenas o capitalismo contemporâneo, mas também os desafios que se colocam hoje para o Brasil, considerando que foi justamente nas gestões de coalizões de esquerda que os efeitos da financeirização se tornaram recorrentes e dramáticos. Essa é a contribuição desta coletânea. 

[Carlos Eduardo Caldarelli]

Professor associado do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: caldarelli@uel.br.

**CAVALO**

Lucas Castor, Penalux


Potência e impotência. Qual é o significado dessas palavras na vida de um homem? Em *Cavalo*, romance finalista do Prêmio Mozart Pereira Soares em 2023, Lucas Castor propõe, de forma leve, realista e crítica, um retrato da construção da masculinidade.

O título *Cavalo*, que no linguajar popular muitas vezes se refere a um homem de expressiva vitalidade, principalmente no âmbito sexual, acaba sendo uma escolha inteligente e provocativa para a reflexão que vai sendo elaborada por

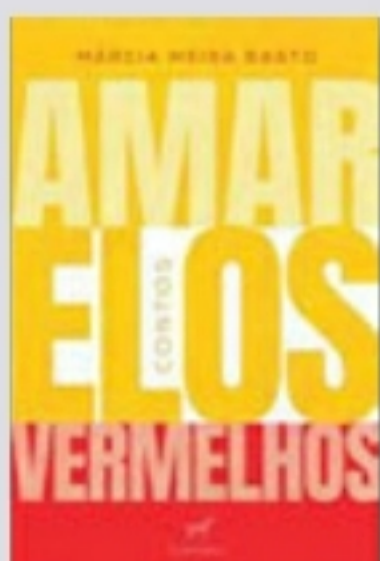
Carlos. Frustrado, o personagem descreve a trajetória de seu corpo, o que envolve também uma carreira como preparador físico, cuja potência vai se “esvaindo” conforme o tempo passa.

Desse modo, o envelhecimento também faz parte de sua percepção da masculinidade. Já não se encaixando mais no padrão de virilidade que dele é supostamente esperado, Carlos passa a se entender como impotente, termo que, assim como o título, é explorado em sua polissemia

– mais especificamente, em seu significado para o masculino. Ao mesmo tempo, ele procura reconstruir e atribuir um significado à ideia de potência.

Por fim, *Cavalo* é uma obra que se destaca pelo jogo inteligente com o jargão próprio da masculinidade – “cavalo”, “impotência” –, buscando, acima de tudo, ressignificar a masculinidade. 

[Laura Redfern Navarro] Poeta, jornalista e crítica literária.

**AMAR ELOS
VERMELHOS**


Márcia Meira Basto, Labrador

A palavra de Márcia Meira Basto é visceral, profunda. É palavra de poeta que descobre seu lugar na ancestralidade da linguagem, revelando o mundo em bruto, tal como origem – buraco, cratera... essência. É verbo que pesa sobre a alma que o descobre, mas nem por isso perde a leveza e o encantamento poético, sendo capaz de convidar o leitor a contemplar a árvore cósmica, em tudo feminina e inaugural.

Amar elos Vermelhos nos revela uma escritora madura, que não teme o verbo e conta história para que o tempo não lhe escape e se converta em permanência, em nós. Para Márcia, a infância é o Elo que não se perde e com o qual se pode entregar ao mundo e amá-lo com a força do Mar, do Ouro, do Sangue, do Sagra-

do, do Tempo, da Dor e, sobretudo, do Amor. É permanente.

Em tons de amarelo e vermelho, o livro é composto de contos que se apresentam na urdidura dos pequenos cotidianos, como se fosse uma manta que agasalha e afaga o leitor. Cada história projeta-se em amarelos de luz – sol, dia, jardim, girassol, semente, laranjas –, explosão de afetos. Estamos diante de uma escritora brotada da palavra “mundo” e sua significância. Com o sal e o sol, Márcia batiza a terra, sem nunca nos apontar o caminho da salvação. Somente nos diz que a falta nos marcará em círculos de fogo, retornando à alma da criação, como se fosse um relâmpago surgido das palmas de Deus. Apenas num instante,

entre uma palma e outra, nascem as histórias. Nascemos e morremos. Depois, como cometa que se perdeu no infinito, resta o escuro, onde o fogo dança em roda es-carlate. Mas também há brancura e solidão. Existe em Márcia uma urgência, uma “quasidade” clariceana, em que a Menina, personagem que acende as estrelas e desnuda a face da artista, vive sua universalidade. Ler *Amar elos Vermelhos* foi como poder descobrir mundos e, no bater das palmas, a eternidade. 

[Joana Cavalcanti] Escritora, professora do Instituto Europeu de Estudos Superiores – Portugal e doutora em Teoria Literária. E-mail: joana.cavalcanti@iees.pt.

CANAL DIRETO

Capa

“Saudades” de Tiririca.

Erica Malunguinho, via Instagram

Polarização entre lulismo e bolsonarismo? Não é melhor usar os termos “fascismo” e “democracia”?
mc10276919, via Instagram

Não é verdade o que está no texto. Existem propostas, sim. Todo ano é a mesma lenga-lenga de que não existem propostas. Existe o besteiro, e a imprensa potencializa isso para desqualificar a política, o que é muito bom pros ricos. Se a população discutisse mais a fundo as propostas que existem, a eleição e a política seriam melhores a cada ano.

Mauricio José Lopes, via Instagram

Trump terá sua vingança?

Pessoas de bom senso lutam diariamente para que ele não se eleja. Pois ele é uma política putrificada.
Lisandro, via Instagram

A guerra mais longa

Palestina livre do rio ao mar!

Nina Adorno, via Instagram

Guerra contra a educação

E do Hamas (grupo verdadeiramente terrorista), que cria quartéis, túneis e fabrica equipamentos militares em escolas, ninguém fala nada.

Elias, via Instagram

O **Diplô** conta com sua solidariedade para a continuidade do nosso trabalho. Se você acha importante continuarmos presentes, levando nossas análises até você, faça uma contribuição!

Acesse
catarse.me/diplo



O DIPLÔ AGORA TEM UMA NEWSLETTER

Inscreva-se na
Déjà-vu usando
o QR CODE ao lado



Participe de *Le Monde Diplomatique Brasil*: envie suas críticas e sugestões para diplomatique@diplomatique.org.br. As cartas são publicadas por ordem de recebimento e, se necessário, resumidas para a publicação.

Os artigos assinados refletem o ponto de vista de seus autores. E não, necessariamente, a opinião da coordenação do periódico.

SUMÁRIO



- 02** Da Segunda Guerra Mundial aos conflitos no Oriente Médio
As manipulações da história
Por Benoît Bréville
- 04** Editorial
Democracia para quem?
Por Silvio Caccia Bava
- 06** Capa
América Latina, até onde a vista alcança
Por Fabio Luis Barbosa dos Santos
- Derrotas e recuos no Chile**
Por Diogo Ives e Júlia Furtado Reis
- Bolívia: um país em constante ebulição**
Por Marília Closs
- Mudanças e continuidades com Sheinbaum no México**
Por Marcela Franzoni e Carlos Eduardo Carvalho
- A crise sem fim na Venezuela**
Por Christophe Ventura
- A política na praia de tombo**
Por María Julia Giménez
- Os giros de El Salvador**
Por Simone da Silva Ribeiro Gomes
- Uma eleição anunciada**
Por Marianna Albuquerque e Débora Bedim
- Influência em queda do presidente influencer no Equador**
Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello
- A corrida pela Casa Branca e seus impactos no Brasil e América Latina**
Por Livia Peres Milani e Luciana Wietchikoski
- Kamala Harris ou a ilusão da mudança**
Por Thomas Frank, enviado especial
- 21** Uma escalada desejada por Tel Aviv
O Líbano no olho da tempestade
Por Akram Belkaïd
- 22** Estratégia israelense de desapropriação cultural
Em Israel, a árvore também é uma ferramenta colonial
Por Aïda Delpuech
O saque do patrimônio palestino
Por Olivier Pironet
- 26** A arte da difamação política
A acusação falsa de antissemitismo
Por Serge Halimi e Pierre Rimbart
- 28** A impossibilidade de escapar da União Europeia
Instituições francesas doentes
Por André Bellon
- 30** Na sequência do avanço ucraniano na Rússia
Por que Moscou não negocia
Por Arnaud Dubien
- 32** Investigações sobre a destruição dos gasodutos Nord Stream
Cenários para um atentado
Por Fabian Scheidler
- 34** Caso Telegram
A submissão francesa
Por Matt Taibbi
- 36** Desenvolvimento pessoal e marketing da alma
Onde foi parar o inconsciente?
Por Evelyne Pieiller
- 38** Miscelânea

LE MONDE
diplomatique BRASIL

Ano 17 – Número 207 – Outubro 2024
www.diplomatique.org.br

DIRETORIA

Diretor da edição brasileira e editor-chefe

Silvio Caccia Bava

Diretores

Anna Luiza Salles Souto, Jorge Romano, Maria Elizabeth Grimberg e Rubens Naves e Vera da Silva Telles

Editor

Lufs Brasilino

Editor de Arte

Cesar Habert Paciornik

Editora web

Carolina Azevedo

Estágio em Jornalismo

Maíra Oliveira Graça

Estágio em Design

Nanna Tariki

Planejamento estratégico

Numa Sales de Paiva

Revisão

Lara Milani e Maitê Ribeiro

Gestão Administrativa e Financeira

Lúcia Benito da Silva Ricco

Conselho Editorial

Adauto Novaes, Amâncio Friaça, Anna Luiza Salles Souto, Ariovaldo Ramos, Betty Mindlin, Claudius Ceccon, Eduardo Fagnani, Heródoto Barbeiro, Igor Fuser, Ivan Giannini, Jacques Pena, Jorge Eduardo S. Durão, Jorge Romano, José Luis Goldfarb, Ladislau Dowbor, Maria Elizabeth Grimberg, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik, Ricardo Musse, Rubens Naves, Sebastião Salgado, Tania Bacelar de Araújo e Vera da Silva Telles.

Assessoria Jurídica

Rubens Naves, Santos Jr. Advogados

Le Monde Diplomatique Brasil é uma publicação da associação Palavra Livre.

Rua Araújo, 124, 2º andar – Vila Buarque

São Paulo/SP – 01220-020 – Brasil

Tel.: 55 11 2174-2005

diplomatique@diplomatique.org.br

www.diplomatique.org.br

Assinaturas: Lúcia Benito da Silva Ricco

assinaturas@diplomatique.org.br

Tel.: 55 11 2174-2005

Impressão

GRAFICA SANTA EDWIGES, 45.938.917/0001-70

Rod. Cornélio Pires SP 127- KM 73 + 9, Bairro Ponte Alta,

Tietê - SP, CEP. 18.539-000

LE MONDE DIPLOMATIQUE (FRANÇA)

Fundador

Hubert Beuve-Méry

Presidente, Diretor da Publicação

Benoît Bréville

Redator-Chefe

Akram Belkaïd

Diretora de Relações e das Edições Internacionais

Anne-Cécile Robert

Le Monde diplomatique

1 avenue Stephen-Pichon, 75013 Paris, France

secretariat@monde-diplomatique.fr

www.monde-diplomatique.fr

Em novembro de 2021, o *Le Monde Diplomatique* contava

com 31 edições internacionais em 22 línguas:

24 edições impressas e 7 eletrônicas.

ISSN: 1981-7525

GRANDES DESAFIOS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS



Confira os dados e indicadores que apontam as prioridades para os prefeitos e prefeitas das **26 capitais do país**. Acesse:



[www.cidadessustentaveis.org.br/
paginas/grandes-desafios-capitais](http://www.cidadessustentaveis.org.br/paginas/grandes-desafios-capitais)

